

NHO DE CAMPOS



ROPA GUERRA

NTÁRIO LEVE



DEPOSITÁRIOS

LVES LIVRARIA FERIN
, 166 RUA NOVA DO ALMADA
E JANEIRO, LISBOA

1915



U. 8.
18858

EUROPA EM GUERRA

COMENTÁRIO LEVE

02958



DO AUTOR :

Gramática alemã, ed. Guillard, Aillaud & C.^a, Lisboa, 1898.

Analfabetismo e educação, Lisboa, 1904 (esgotado).

Leituras alemãs, ed. E. Ferin, Lisboa, 1906.

Mil Trovas (de colaboração com Alberto d'Oliveira) 2.^a edição, Magalhães & Moniz, Porto, 1908.

Educação e Ensino, 1.^a série, Porto, ed. Magalhães & Moniz, 1911.

Educação e Ensino, 2.^a série, no prélo.

AGOSTINHO DE CAMPOS



EUROPA EM GUERRA

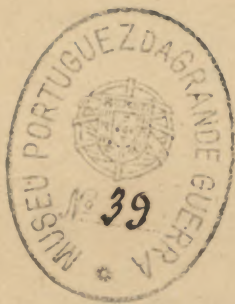
COMENTÁRIO LEVE



DEPOSITÁRIOS

FRANCISCO ALVES LIVRARIA FERIN
RUA DO OUVIDOR, 166 RUA NOVA DO ALMADA
RIO DE JANEIRO, LISBOA

1915



APRESENTAÇÃO

A matéria do presente volume foi publicada em dois dos mais antigos e mais importantes jornais de língua portugueza: o «Commercio do Porto», e o «Jornal do Commercio» (edição da tarde) do Rio de Janeiro. Coligidos agora sob o título de EUROPA EM GUERRA, estas pequenas notas apareceram primeiro, dia a dia, na secção de Aphorismos, ou na de Pombos-correios, que o Autor tem sustentado respectivamente nos dois mencionados jornais. E esta segunda publicação é feita sem a menor alleração do sentido e com raríssimas e insignificantes alterações da forma com que os artigos agora reunidos foram primitivamente expostos ao juízo do Público

luso-brasileiro. O Autor põe este ponto em relêvo, para dar satisfação a um sentimento de honestidade e lialdade literária: honestidade para com as empresas jornalísticas de quem o seu trabalho recebeu acolhimento, e que assim verificam o esforço do Autor para tornar o menos efêmera possível uma obra de efemérides; lialdade para com o Público — se este livro o tiver — porque o único interesse e o único mérito de uma publicação como a presente seria perdido e falseado, se o Autor emendasse agora, para luzir de esperto, os seus primitivos erros de visão, e as fífias que deu ao meter-se a profeta.

Como espectador e comentador da guerra

actual, o Autor considera-se o que os Ingleses chamam the man in the street. Não sendo militar, nem diplomata, nem politico, nem historiador, nem filósofo, o seu intuito foi entreter os primitivos leitores com o comentário sereno e risosinho de um acontecimento que interessava a tôda a gente. E como não lhe consta de outrem que em lingua portuguesa houvesse empreendido e sustentado, com a mesma continuidade, este divertimento inofensivo, pareceu-lhe justificável a promoção a livro das suas despretençiosas notas de jornal.

Todo o homem que entrega o seu manuscrito á imprensa e o seu livro ao mercado público

subintende praticar assim um acto naturalissimo, de legitimidade indiscutivel. Alguns há, se não muitos, que o fazem com intima ou até com visivel satisfação, seguríssimos de que a biblioteca universal, com as suas mil e mil léguas de prateleiras cheias, tinha ainda uma vaga de dois centímetros, aonde a obra deles vai entrar como a jóia no estôjo.

O Autor não é destes. Depois de ter vivido bastantes anos e lido bastantes livros, chegou á conclusão de que, salvo alguns casos excepcionais, a idea e a palavra foram dadas ao homem, não para recreio ou ensino dos outros homens, mas para aviamento das suas próprias urgências e

usos quotidianos. O homem vulgar, quando diz: Dá-me o caldo! ou: Senta-te mais para lá!... — diz pouca coisa, mas fala bem. Aquele que se aventurou a exclamar para o lado: Que lindo tempo!... — já fez literatura e, portanto, falou de mais.

O Autor é, felizmente, um homem vulgar; o Autor, infelizmente, fez literatura; e fê-la, com a sua minguada cultura e os seus talentos mediocres, a propósito de um assunto colossal. Julga êle, no entanto, que essa mesma falta de proporção entre sujeito e objecto desculpa e, melhor ainda, justifica este livro: este livro não presta, nem podia prestar, como obra de arte, ou de

filosofia politica; mas terá por ventura algum interesse como documento. Lendo-o, agora ou mais tarde, poder-se-á ver a impressão produzida num homem qualquer por um acontecimento sem precedentes; e seguir de perto o curioso choque entre as ideas feitas do Europeu mediano de 1914, e a esmagadora avalanche de factos que a guerra quasi geral começou a despenhar sôbre a Europa em meados dêsse ano cíclico.

Tendo cumprido perante o Público o dever de justificar a sua indiscreção, o Autor termina por desempenhar-se de um outro dever mais imperioso ainda: o de agradecer aos srs. dr. José Carlos Ro-

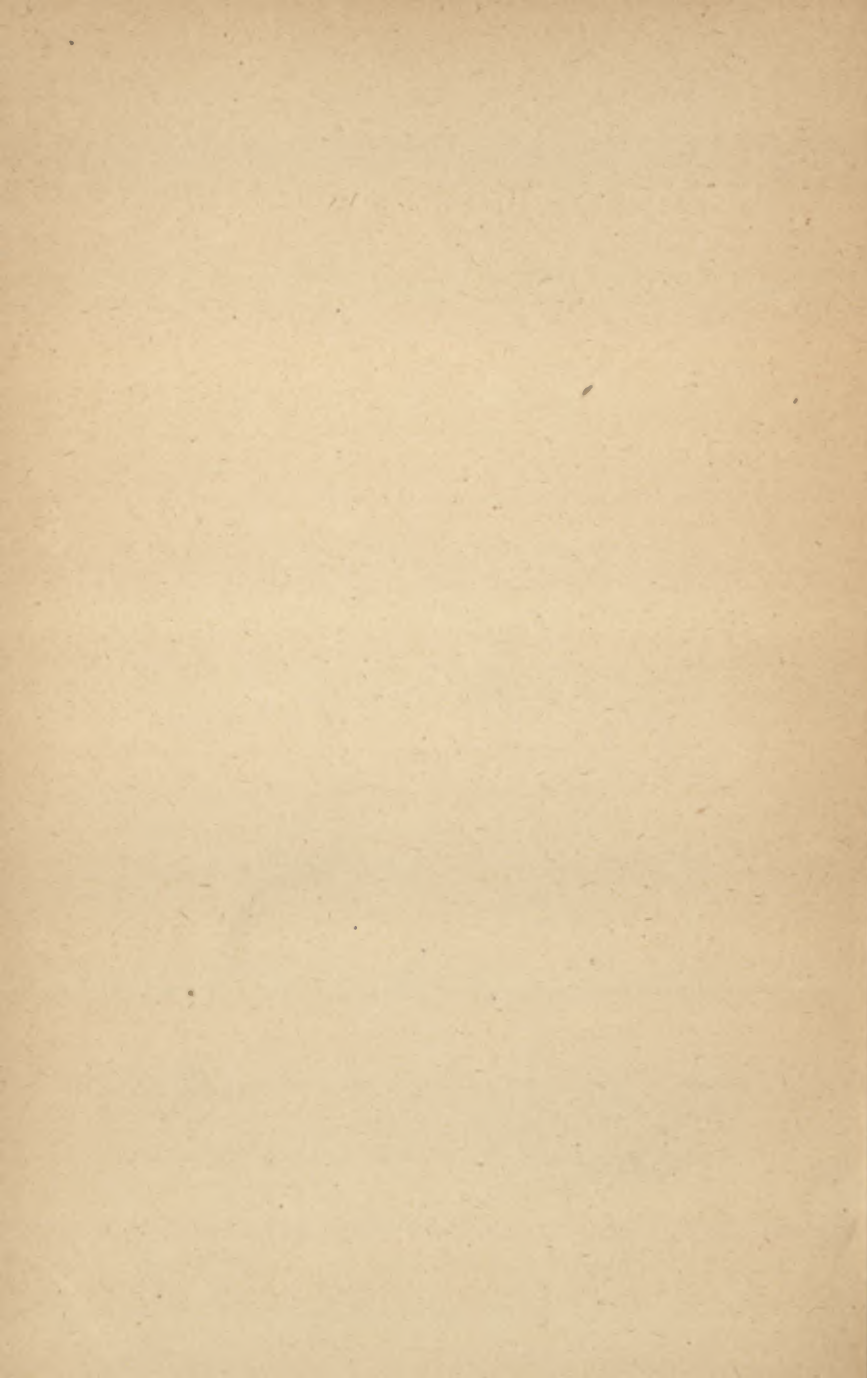
drigues e comendador Antonio Rodrigues Ferreira Botelho, directores do «Jornal do Commercio», assim como ao sr. prof. Bento Carqueja, director do «Commercio do Porto», a hospitalidade recebida nas colunas destes dois grandes jornais, que atestam a energia constructiva dos Luso-Brasileiros e tão poderosamente contribuem, pelo instrumento da lingua nacional, para manter aquém e além dos mares a unidade, cada vez mais preciosa, da nossa velha raça e da nossa tradição comum.

Estoril, junho de 1915.

A. C.

PRIMEIRA PARTE

ANTECEDENTES



FRANÇA

I

LIBERDADE

4 de novembro, 1911.

O nosso misterioso e ilustre colega *Ju-nius* continua a lamentar, nos seus bilhetes diários ao *Echo de Paris*, os duros tempos intolerantes em que os cidadãos de uma nação regida por instituições que se supõem ou dizem livres, se queixam com razão de não serem senhores da sua própria consciência. Militares castigados, porque a sua fé católica lhes impõe a desobediência á lei que os manda arrombar as portas das igrejas; professores perseguidos pela denúncia de caciques locais que os accusam de ser casados com mulheres que vão á missa; livros de ensino primário em que as vene-

*

ráveis fábulas do bom La Fontaine são vandálicamente truncadas e deturpadas pelo capachismo dos compiladores subservientes, para que a palavra *Deus* desapareça do texto, como se fôsse uma obscenidade...

Tudo isto é com efeito uma vergonha para o nosso século e para a nossa raça; mas tudo isto é, salvo modalidades de superfície, a história da nossa raça em todos os séculos. E a grande vergonha é essa.

Quando os oficiais franceses eram forçados a ir á missa todos os domingos, sob pena de não serem promovidos a tempo e horas; quando as melhores classificações escolares nos estabelecimentos do Estado eram invariavelmente arrematadas pelos antigos alunos dos jesuitas; quando o reverendo Didon proclamava do púlpito, intervindo nas discórdias políticas, que era preciso *não deixar enferrujar a espada*, mas vibrá-la contra aqueles que a persuasão não tinha demovido, — quando tudo isto se passava, *Junius* não sentia ainda necessidade de escrever-nos os seus deliciosos bilhetes, mas o

espírito de tolerância, sem o qual o homem social não pode respirar, sentia-se tão asfixiado como agora, em que a mesma intolerância persiste, embora com signal contrário.

O sol, quando nasce, é para todos, diz um velho rifão português.

A liberdade, comparada ao sol muitas vezes pelos nossos retóricos, distingue-se facilmente do sol, nos intolerantes climas católico-latinos: nunca nasce a valer, e nunca é para todos. Será talvez melhor compará-la a um cobertor tão mesquinho, que, quando uns puxam, para se aconchegarem, ficam outros, coitados, com as pernas de fóra.

II

LAFARGUE

8 de dezembro, 1911.

Paul Lafargue suicidou-se, deixando como último testamento uma carta que fe-

chava com um viva ao socialismo internacional. Se êste viva representa um acto de fé e de esperança na vitória proxima da doutrina, é lícito afirmar que Paul Lafargue tinha fé e esperança de pedra e cal. Êle viu todas as nações europeias onde o socialismo tem feito maior caminho, empenhadas em procurar derivativo no imperialismo. Viu a pequena Bélgica conquistar o Congo; viu a Alemanha debater-se no afan descoordenado mas teimoso de encontrar bom piso na África; viu a Áustria alastrar pela Herzegovina e pela Bósnia; viu ainda a França instalar-se em Marrocos e a Itália pôr o pé, e sobretudo a bota, em Trípoli. Viu tudo isto, o genro de Karl Marx, e não compreendeu, nem podia compreender, pois a mesma fé que faz bailar as montanhas torna as ideias e as crenças mais pesadas e mais imóveis que cordilheiras. Por isso morreu como um crente, dando vivas á doutrina ideal que lhe encheu a vida, o que a não impede de ser, do ponto de vista pratico, morta de nascença.

O homem, além de ser surdo para os ensinamentos do Passado, é cego para a observação de sua própria natureza imutável. Bastou que um conjunto de circunstâncias determinasse a generalização de govêrnos fracos, que na verdade são governados como folhas ao vento pela imprensa e pela rua; bastou que a figura glabra do último Conquistador empalidcesse de vez em Santa Helena sem ser ainda substituída ao fim de noventa anos, para que toda a Humanidade — centenas de filósofos eternamente vesgos, milhares de políticos eternamente míopes, milhões de operários eternamente esfomeados e cegos — supusesse possível o advento de uma nova idade do mundo, em que as fronteiras internacionais sejam sébes floridas, e cada nação um refeitório tranquilo e disciplinado de meninos bonitos, todos da mesma altura, com o mesmo apetite, o mesmo uniforme, a mesma nota de bom comportamento; comendo a mesma sopa, na mesma dose, pela mão de monitores eleitos por cada mesa, para cada jantar. E esta ilusão imbe-

cil tem de durar até o dia próximo ou remoto, mas fatal, em que a alma de Alexandre, de Júlio César, de Albuquerque ou de Napoleão se incorpore de novo e venha lembrar aos homens que Deus os fez para serem, ou duques, ou escravos.

III

O GENERAL E O ENGRAXADOR

14 de dezembro, 1911.

«Eu não seria general, se o meu guarda portão não tivesse dado boas informações a meu respeito.» Tais são as palavras com que um oficial general do exército francês caracteriza, sem ponta de rancor, o sistema das fichas ou informações políticas reservadas, que continua em pleno vigor, embora sem requintes odiosos. É claro que, uma vez posto em dúvida o republicanismo dos oficiais, o governo procura informações e

procura-as por intermédio do prefeito; êste, por sua vez, não póde averiguar directamente o que se passa com milhares de officiais: serve-se do *maire* e de outros delegados que, para informarem conscienciosamente, vão ter com o guarda-portão do prédio onde mora o general e lhe perguntam se êste vai muito á missa, se educa a filha num convento, se assina jornais monárquicos, etc. Outras vezes a informação será dada por um criado, pelo limpa-chaminés do prédio, pela mulher que vende tabaco ali perto, e outros congéneres expositores das vidas alheias.

Êste sistema é democrático e por isso faz honra aos políticos que dirigem a França: não sería fácil encontrar um exemplo mais eloquente de govêrno do povo pelo povo, do que êste de ser impossível a um coronel passar a general, sem a informação favorável do seu engraxador. O critério de que o engraxador só entende de graxa, é estreito e medieval. Na Grécia antiga já o sapateiro elevava a sua opinião acima da chinela; a Revolu-

ção Francesa libertou-o definitivamente, permitindo-lhe que tocasse rabeção á sua vontade.

Não sendo o engraxador menos que o sapateiro, é preciso, em boa democracia, que êle seja mais que o general. Por isso êste depende daquele, não só pelo brilho das botas, mas tambem pelo lustre da sua própria carreira, que poderá ficar deslustrada com uma informação má do engraxador.

Está tudo, como se vê, admiravelmente organizado. E quando a França for á guerra, e colher as vitórias que são o fruto natural de uma organização militar tão perfeita, fará gôsto ver nos jornais futuros a explicação do aniquilamento da Alemanha. Assim como em 1870 se disse: « Foi o professor alemão que venceu em Sedan », dir-se-á em 191...: « Foi o engraxador francês quem venceu em Berlim... »

IV

FRANÇA E ALEMANHA

1 de Fevereiro, 1912.

A diplomacia alemã é uma diplomacia de negócios: opera sem reservas em benefício de industriais ou comerciantes, que são o estado maior do exército económico, reconhecidos pelo Imperador e pelos seus ministros, e por êles estimados segundo a sua intelligência, a sua fortuna e a sua fôrça. É por isso que na Alemanha, quando o governo entende fazer pesar a fôrça imperial ao serviço do comércio, da indústriá ou da finança nacional, toda a gente o aplaude. Mas em França, se os poderes do Estado procuram pôr-se ao lado dos representantes de interesses económicos, gríta-se logo que há luvas e gorjetas, e assim se deita abaixo o ministério.

Escrevendo agora no *Matin* estas pala-

vas fotográficas, o senador francês Pierre Baudin pretende explicar os motivos por que havia fracassado o acôrdo franco-alemão de 1909, tendente a estabelecer, sobretudo em Marrocos, uma colaboração económica dos dois países. Êstes não puderam entender se sobre tal base e, desavindos irredutivelmente, decidiram afinal fazer cama á parte, fechando o novo e recente acôrdo de 1911, pelo qual a França assume de vez a direcção política em Marrocos e dá á Alemanha, como compensação, um pedaço do Congo.

Isto resulta, com efeito, de haver uma honra política francesa, diferente e até em certo modo antípoda da honra política alemã. Assim como, entre os homens, a noção de honra varia de classe para classe, assim os políticos têm, de nação para nação, maneiras várias de serem, e de parecerem honrados.

A diplomacia ou a política alemã não desdenha de professar e exercer a honra característica dos comerciantes; mas os diplomatas e os políticos franceses cultivam

de preferência a honra dos cavaleiros medievais, para quem o dinheiro era vilão. E é assim que na partilha dos bens do mundo a França tirará do sacco as honras, e a Alemanha os proveitos; é assim que Marrocos há de ter governadores, administradores, directores, generais e soldados franceses, pagos pelo contribuinte francês, e a maior parte dos caixeiros, engenheiros e empreiteiros serão alemães e darão trabalho ao operário alemão, pedindo emprestado capital francês. Uma pagará a própria conquista com novos impostos; a outra ganhará com a conquista alheia novos mercados. A França, poupada, tirará apenas 5 0/0 ao ano em títulos e acções marroquinas. A Alemanha, exportadora de homens e de energias económicas, terá nos lucros a parte do leão.

¿É possível alterar isto e, como diz esperar o senador Baudin, ver curados os métodos franceses de governo, *dos defeitos que a experiência condenou tão claramente?*

Não é fácil, porque esses defeitos são orgânicos. Era preciso que a França fizesse

mais Franceses do que faz, que o capital francês fosse mais ágil do que é, que os políticos franceses deixassem de ser um corpo estranho no organismo económico da França. Era preciso... o que não é possível.

V

ALCOOLISMO E SOCIALISMO

16 de Fevereiro, 1912.

A Europa é humanitária, e por isso empreende ás vezes (em congressos) a tarefa suave de evitar que os pretos se envenenem com alcohol e os chinas se suicidem com ópio. O socialismo é uma religião meiga e prática, que empreendeu a replantação do paraíso terreal, tornado campo maninho por uma cabala urdida entre Jeová teocrático e a Serpente capitalista.

Sucede porém que em França o alcoolismo faz estragos medonhos, o que levou o

Senado francês a aprovar uma proposta para que seja limitado por lei o número das tabernas. E essa proposta foi depois presente á Câmara dos Deputados, que a enterrou sem piedade sob duzentos votos de maioria.

Todos sabem que é entre os operários que o alcoolismo faz mais vítimas em França; no entanto, a maioria que não quis limitar o número das tabernas é constituída por muitos socialistas e por todos os operários deputados, *menos um*. Êste facto, á primeira vista incompreensível, foi explicado por alguns jornais republicanos moderados da maneira seguinte: a Câmara votou pelas tabernas, porque não quis alienar a simpatia eleitoral dos taberneiros; a Câmara antepôs o seu egoismo estreito á saúde física e moral da nação que representa!

A acusação era tremenda. O deputado socialista Jules Guesde appareceu immediatamente a levantá-la. E disse, em carta ao *Temps*, estas coisas formidáveis: «*O alcoolismo foi engendrado pela sociedade capitalista,*

e só póde desaparecer com ela. Nas lutas contra o Capital, a abertura de uma taberna é muitas vezes, para o trabalhador que cumpre o seu dever de syndicado, o único refúgio contra as perseguições patronais. O partido socialista, preocupado acima de tudo com a organização cooperativa e política da classe operária, não póde deixar que a esta se tire essa última arma, que é indispensável á luta imposta ao proletariado para a sua própria libertação, e para a libertação da Humanidade.»

Fica assim entendido que, a cada expulsão por motivo de parede, o operário despedido se defenda dos patrões, alcoolizando em mais uma taberna os companheiros. Fica entendido que em face de um flagelo que devasta exactamente as classes proletárias, o partido instituido para as defender adopte e cultive até, como arma política, um dos peores males de que elas hoje sofrem. Fica entendido que, para libertar a Humanidade futura, um político francês acha conveniente e bom que continuem a envenenar-se

á vontade alguns milhões de Franceses. Fica entendido que no socialismo, como no jesuitismo, os fins justificam os meios.

Não há nada novo debaixo do sol.

VI

PEQUENA EUROPA NA GRANDE

14 de março, 1912.

Carlos Mayer, o espirituoso *vencido da vida* há pouco vencido pela morte, recusou sempre admitir qualquer espécie de superioridade da Alemanha sobre a França.

Um dia que alguêm lhe falava no estacionamento da população desta em face da colossal progressão da da outra, Carlos Mayer respondeu, empedernido nas suas preferências francesas:

— Sim, nascem mais Alemães do que Franceses; mas isso só prova a favor dêstes.

Isso prova que é mais difícil fazer um Francês, do que fazer um Alemão.

Veio-me este dito á memória, ao ler num jornal de hoje a estatística dos habitantes da circunscrição de Briey, no departamento de Meurthe-et-Moselle. Segundo o ultimo censo, Briey abriga, a par de 43.000 Franceses apenas, nada menos de 57.000 estrangeiros. E êstes agrupam-se assim:

Italianos, 32.069

Belgas, 10.596

Alemães, 9.404

Luxemburgueses, 3.581

Austriacos, 743

Suíssos, 247

Russos, 239

Outros estrangeiros 132.

Quási todas as nacionalidades europeias estão representadas em Briey, e por isso esta merece o nome que lhe deram de *pequena Europa na grande*. Um jornal francês explica o fenómeno pelo *prodigioso arranco industrial* que tem dado o departamento de Meurthe-et-Moselle, e pela grande necessidade

de mão de obra que por isso ali se faz sentir.

A explicação não disfarça, e antes patenteia mais a nú a gravidade do facto. O progresso da indústria, desacompanhado do progresso da população, irá espalhando pelos tempos fóra outras *pequenas Europas* por toda a França; e essas pequenas Europas, calculadas pela bitola de Briey, serão antes pequenas Itáliaes, pequenas Bélgicaes e pequenas Alemanhas. Depois, com o progresso da indústria, anda um companheiro siamês, que é o progresso do socialismo. E êste arrancha quási sempre com as más companhias do anarquismo, do anti-militarismo, do anti-patriotismo...

Uma parede geral em Briey seria, já hoje, uma batalha contra a ordem francesa travada com sessenta por cento de *fôrças estrangeiras*. Amanhã, e depois, esta percentagem será maior na circunscricção de Briey; e o número de circunscricções em que a mesma ou semelhante desproporção se reproduza, irá crescendo de ano para ano...

Isto leva a pensar que o dinheiro gasto pela França nas suas admiráveis fortificações de terra e aço é perfeitamente deitado á rua, porque se destina a suster a invasão de um país normal e irremediavelmente invadido a cada hora e a cada instante, em plena paz.

E apesar de tudo Carlos Mayer tinha, no fundo, razão, e poderia continuar a dormir descansado, se os destinos da França o preocupassem ainda a estas horas. Outras fortificações a defendem, e contra essas nada póde a fôrça bruta das multidões que a invadem sem cessar. Apesar de impalpáveis, são tão fortes que, por elas, a França invadida se torna realmente invasora; absorve, em vez de ser absorvida; e da sua aparente morte lenta ressuscita mais viva cada dia. Para as destruir seria necessário aniquilalhe a cultura, a literatura, a arte, a língua; amputar ao mundo o génio francês. Não é a golpes de milhões de homens, operários ou soldados, que uma brincadeira destas se póde fazer...

VII

FUNCIONÁRIOS REVOLUCIONÁRIOS

12 de abril, 1912.

No recente congresso socialista revolucionário de Lyon declararam dois chefes sindicalistas que entre os filiados no partido havia um inspector de polícia... *et plus d'un gardien de la paix.*

Certas amantes duvidam do amor que as não maltrata. Os funcionários públicos só são fieis, quando o Estado lhes dá além do pão, o pau. Desconfiado e ciumento quando é mais forte, e menos receio deveria ter das infidelidades dos que o servem, o Estado exige-lhes juramentos solenes; e êles são os servos submissos do regime: chamam-se soldados do Rei, ou funcionários da República, e honram-se de o serem. Depois, á medida que a Ordem vigente vai sendo abalada pela Revolução, o funciona-

lismo continua a jurar fidelidade ao poder constituído; mas começa a fazer *in petto* distinções casuísticas ácerca do juramento que prestou e acaba por dizer alto e bom som que serve a Pátria, e não o Rei; a Nação, e não a República. É assim, por gradações insensíveis, que os esteios da ordem desertam para a revolta, e contribuem para o seu triunfo, tomando alguns parte activa nela, enquanto o maior número guarda nos momentos críticos uma neutralidade expectante, pronta a transformar-se em acendrada lialdade ao vencedor de amanhã.

Por isso os maiores inimigos internos do Estado francês são hoje os funcionários franceses; e por isso tambem as revoluções, sobretudo nos países de administração fortemente centralizada, são feitas mais de covardia, que de heroísmo. Quem verdadeiramente triunfa, nas revoltas assim feitas, são os que ficam a ver em que param as modas.

¿ Mas que papel cabe, nestas revoluções

de comodismo e de inércia, ao herói raro que arrisca e se atreve?

O seu papel é entrar e sair: entra com o seu ligeiro pêso para fazer tombar afinal o grande pêso neutro dos hesitantes. E sai de novo, cumprida a rábula fugaz, para a obscuridade na vida e para a estátua depois de morto.

Ai dele, se pretende exagerar o valor da sua colaboração! Trambolho vivo, remorso insuportável, ninguém lhe perdôa a ousadia de ter ousado sósinho no meio da hesitação de todos.

VIII

EXÉRCITO E POPULAÇÃO

20 de junho, 1912.

Parece que a França continua, por seu mal, a *perder cada ano uma batalha*. Pela estatística de 1911 vê-se que a sua população

decrece assustadoramente. Em face de 65 milhões de Alemães já não há mais que 39 milhões de Franceses. E ao passo que a Alemanha terá em 1913 um efectivo de 700.000 homens, a França só poderá opor-lhe pouco mais de 500.000, *sem esperanças de conseguir nivelar esta enorme inferioridade.*

Visto que pelo número não póde já equiparar-se á sua rival, pois tudo ao contrário indica que a desigualdade se acentuará ano por ano, restava á França uma única solução para o grave problema da própria defesa: era pedir á qualidade o que o número insuperavelmente lhe recusa, e dar ao seu exército uma tão grande eficácia militar, que cada homem valesse por dois, cada Francês por dois Alemães. Assim obteria ela uma folga de alguns anos, e o lar francês poderia continuar a vadiar sem perigo de lesa-pátria, pois de cada menino que nascesse faria a cultura militar intensiva dois soldados.

Para conseguir este resultado não precisava a República Francesa de ir procurar receita ou processo novo: nos seus pró-

prios papiros o encontraria, pois que os soldados da Revolução foram muitas vezes um contra dois, o que os não impediu de derrotarem as fôrças europeias aliadas contra êles. E o princípio de organização a que se deve êsse admirável efeito está compendiado nesta simples frase do grande Hoche, um dos mais célebres generais republicanos: «O trabalho contínuo é o segredo da disciplina militar.» Mas a República de Hoche está já a mil léguas da de Millerand; á disciplina do trabalho substituiu-se a do civismo, do sentimentalismo e do humanitarismo; os novos quarteis possuem junto ás portas espelhos altos onde o soldado se remira antes de sair; o tempo que devia ser avaramente aproveitado na preparação para a guerra esbanja-se em conferências de ensino primário sobre a vida militar das abelhas e os deveres paisanos do cidadão; e há cooperativas regimentais cuja função principal é fornecer absinto e outros venenos do corpo e do espirito...

Ao mesmo tempo que isto se passa em

França, a Alemanha continua a evitar sábia-mente que os mesmos fermentos de indisciplina lhe invadam a casa; e vai educando as suas tropas para a guerra, pela contínua e restrita actividade militar. Com cento e tantos anos de atraso nas conquistas sublimes da democracia e da liberdade, persistem ali os velhos métodos de disciplina férrea que ela aprendeu em Iena á sua custa e applicou depois em 1870 com um êxito de cujos efeitos os Franceses nunca se esquecem, mas cujas causas perderam de memória. Assim se mantêm, asseguram, além-Rheno, as vantagens combinadas da qualidade e do número. E a França vai mal, se rápidamente não tratar de pôr de novo em uso a receita de Hoche, que os seus generais poderiam reaprender praticamente, vendo a applicar pelos sargentos alemães...

IX

UMA CIRCULAR ENÉRGICA

27 de agosto, 1912.

Seis mil professores primários franceses, representados no respectivo congresso de Chambéry, acabam de declarar-se anti-militaristas, prégando a deserção em face do inimigo, com gravíssimo escândalo da opinião conservadora e patriótica. Mas o illustre Mr. Guist'hau, ministro da Instrução Pública, foi-lhes logo para cima com uma valente circular em que declara ilegais os sindicatos socialistas, que o professorado primário vem organizando tranquilamente *há cerca de dez anos*.

Dez anos de olhos fechados, de braços cruzados e de ouvidos de mercador; e ao fim deles uma circular enérgica contra a *ilegalidade!* Os dirigentes da França ignoram evidentemente que o mais eficaz de todos os

legisladores é aquele velho andarilho de pernas duras a quem chamamos Tempo, porque as suas passadas são os séculos. E vê-se também que não leram nunca, do saboroso Machiavel, o inolvidável bocadinho em que os males sociais se comparam á tísica : «Ed interviene delle cose dello stato come dicono i medici della etica, che nel principio suo é facile a curare, e difficile a conoscere ; ma nel corso del tempo, non l'avendo nel principio conosciuta nè medicata, diventa facile a conoscere, e difficile a curare.»

Tendo deixado medrar anos e anos o micróbio do anti-patriotismo e do anti-militarismo, os dirigentes franceses acordam agora para aplicar á escola doente a medicina da autoridade. A autoridade é um grande remédio, de certo ; mas a circular de Mr. Guist'hau lembra o rótulo sobre um frasco vazio. E o que cura, não é o papel que se cola por fóra, mas a droga que deve estar dentro.

De entre as fórmulas diversas da autoridade, as mais precárias e desprezíveis são

decerto o polícia fardado e a circular do ministro. Para lhes dar eficácia e valor inventou o instinto ou o génio dos homens, entidades espirituais que excedem os homens: Deus, Pátria, Lei; e fluidos de natureza moral que os excitam contra os seus próprios interesses ou tendências: Virtude, Civismo, Abnegação.

Se todos estes tónicos sociais se evaporaram pela vontade dos homens, nada há que dizer, pois que os homens estão no seu pleno direito, destruindo aquilo que êles próprios criaram. O que os homens não podem, sem ofensa grave para a Humanidade que representam, é serem parvos e estúpidos.

Em nome da Espécie protestamos, portanto, contra a circular de Mr. Guist'hau.

X

FAVORITISMO

31 de agosto, 1912

Pour enrayer le favoritisme é o título de um novo livro em que um publicista francês, o sr. Salaün, estuda as causas e os efeitos do favoritismo, e acaba por confessar ao leitor ameno que a cura do mal é impossível, porque a apreciação quantitativa exacta dos merecimentos de cada candidato ou funcionário é, em política, um problema tão insolúvel, como a quadratura do círculo, nas matemáticas.

A ingénua e cândida Revolução Francesa supôs inaugurar a idade paradisíaca em que a cada um deveria competir no Estado uma situação graduada micrometricamente segundo os seus próprios méritos; mas a Terceira República, sua actual representante, foi-se organizando de modo que

cada ministério recebe anualmente 50 a 100 mil cartas de empenho de políticos, e as recomendações verbais não têm conta possível... Enquanto dominou o estado guerreiro, caracterizado pela violência e pela fôrça, ainda o mal não se fez sentir tanto: o mais obscuro soldado levava realmente na sacola o bastão do marechal, com tanto que fosse digno de o empunhar um dia, como Lannes, duque de Montebelo e antigo aprendiz de tintureiro. Mas, por cruel ironia da natureza humana, o favoritismo alastrou e floriu, logo que a paz acampou e com ela vieram as doçuras e branduras da civilização, afinando progressivamente a inteligência e ensinando-lhe meios cada vez mais subtis e mais irresistíveis de guiar a mão que dispensa as mercês, distribue os benefícios e assina os decretos de promoção.

Procuraram-se em vão remédios complicados para substituir a simples escolha do Poder. A *eleição* falhou, porque indicava os mais populares, com prejuizo e injúria dos mais competentes; a *antiguidade* faliu, sufo-

cando de todo a emulação; o *concurso* filtra a inteligência, e não o carácter, mais importante do que ela...

...E então? Então, não caíamos outra vez na maluqueira de pretender quadrar o círculo. A Justiça continuará a contentar-se com o Pouco Mais ou Menos; o Interesse Público resigna-se fácilmente ao Não Ha Volta a Dar-lhe; e o Empenho irá estendendo cada vez mais acolhedor as suas asas maternais, e cobrindo com elas a ninhada predilecta e feliz da Preguiça, da Incompetência e do Parasitismo. O Mérito é órfão, misantropo e desmancha-prazeres. O seu Reino não é dêste mundo.

XI

LYAUTEY, DE L'ACADÉMIE FRANÇAISE

3 de novembro, 1912.

Em breves dias dará entrada na Acade-

mia Francesa o novo sultão de Marrocos — general Lyautey. Já o sr. Poincaré, em carta aberta, explicou e justificou o seu voto de académico, e de presidente do conselho: o futuro imortal não é um escritor, mas é um homem de acção, *e ha actos que são poemas*. Num país centralizado, como a França, o govêrno tem voto pluralíssimo, ainda mesmo nas coisas mais alheias á sua alçada privativa. Mal que o sr. Poincaré votou, em público e raso, no sucessor de Mulei-Hafid, logo a chusma dos outros candidatos declarou abster-se reverentemente: o general Lyautey será portanto eleito pela unanimidade dos seus colegas, junta á dos seus concorrentes.

No entanto, a Academia Francesa, por muito convencida que esteja (pois assim foi estabelecido por ordem superior) de que há actos que são poemas, julgou necessário salvar a face, e desatou a procurar entre os actos do general qualquer coisa que pudesse, com alguma boa vontade, cheirar mais a literatura do que a pólvora. O encarregado de

tirar a agulha do palheiro foi o ilustre sr. Mézières, que num longo artigo demonstra ser o futuro académico um escritor de raça, um homem com ideias gerais e com princípios, um verdadeiro espírito filosófico. E para nos dar a medida de todas estas altas qualidades literárias, o sr. Mézières saca dos tres livros marciais do general Lyautey este conceito profundo: « *N'oubliez pas que la fidélité des indigènes n'est faite que de notre force.* »

Heine disse que poesia traduzida era *luar empalhado*. É talvez por isso que, posta em português, aquela frase de amostra levaria o seu autor, não a qualquer das nossas aliás menos exigentes academias, mas á porta do *Primo Bastião*, onde o general Lyautey seria recebido, de braços abertos, pelo imortal conselheiro Acácio. Mas será talvez mais certo dizer que o grande soldado merecia uma condecoração menos paisana e, para falar português, menos ridícula. Essa condecoração não lh'a póde dar a pátria agradecida, porque a não tem. E não a tem, porque as

instituições que veste não foram feitas para o seu corpo. Leia-se em vez de Poincaré Napoleão iv. Leia-se Lyautey, duque de Tânger... e tudo ficará certo.

XII

REPÚBLICA MEROVÍNGIA

26 de novembro, 1912.

Cada dia que passa acentua a fraqueza dos govêrnos franceses em face dos funcionários do Estado e das suas crescentes exigências e ousadias. O fenómeno não é de hoje nem de ontem; mas o episódio recente dos professores primários sindicados dá-lhe uma actualidade flagrante e denuncia, como nenhum dos precedentes, a extensão, profundidade e gravidade do mal. Mais uma vez a França dá ao mundo inteiro uma lição admirável e cara. Ela ensina e paga ao mesmo tempo. A lição torna-se intuitiva

pela desgraça de quem a dá. E a consolação única da França vem a ser que o mundo — não aprenderá com o seu novo ensinamento, como nada aprendeu dos anteriores.

Para cima de um milhão de empregados tem a França hoje em dia; e a êste colossal exército deu o exagêro da centralização um general único, que não é um chefe visível, forte, com o poder tangível de fuzilar sumariamente os traidores ou os trânsfugas, mas uma entidade vaga, flutuante, amorfa, pronta a pedir desculpa a cada momento da autoridade tenuíssima que ainda lhe resta, e que dia a dia se restringe e encolhe sob a pressão dos que têm ao mesmo tempo dever de obedecer-lhe e interesse em des-acatá-la. Hoje os ferro-viários, amanhã os telegrafistas e os carteiros, depois os mestres e as mestras, raro é o ano em que, por dezenas e centenas de milhares, os subordinados nominais do Estado se não levantam diante dêle como verdadeiros patrões, ditando-lhe a lei e obrigando-o sempre, quaisquer que

sejam os eufemismos com que o facto se disfarça, a subscrevê-la e a promulgá-la.

Na própria história de França existe uma fase remota de que a actual é, sob diverso aspecto, reprodução equivalente. Os reis merovíngios, sucessores de Clovis, empregavam as fórmulas imperiais: *Nós queremos, nós ordenámos*: mas quem queria e mandava eram os condes do Palácio. Os guerreiros que os rodeavam já lhes não obedeciam senão à boca do cofre, em troca de expedições de pilhagem aos países alheios e de distribuições do próprio domínio rial, quando já não havia em redor matéria prima de saque. Foi assim que se entrou no período dos *rois-fainéants*, que eram puramente os que já não tinham que dar. Ao último dêles, Childerico III, o seu mordomo, o chefe dos seus criados, cortou-lhe o cabelo rente, engaiolou-o num convento e proclamou-se rei em seu lugar.

Que diferença faz o actual Estado francês dos amolecidos merovíngios, que da antiga virilidade régia conservavam apenas cabe-

leiras e barbas compridas e passeavam deitados em carros de bois? Que destino lhe caberá, no dia próximo em que já não tenha dinheiro para aumentar os ordenados dos seus inumeráveis e insaciáveis servidores?...

A cada revolta, a cada empreendimento anárquico, o govêrno clama: *Indisciplina! Anti-patriotismo! Traição!* — e acaba por propôr ao parlamento um novo bôdo de centenas de milhões de francos aos indisciplinados, aos anti-patriotas e aos traidores. É, *ipsis verbis*, o caminho andado entre Clovis e Pepino o Breve; é o advento duma nova dinastia, duma nova autoridade, duma nova ordem, baseado sobre a abdicação e o suicídio da antiga.

XIII

AMNISTIAS EM FRANÇA

3 de abril, 1913.

Na Câmara dos Deputados de França está sendo discutida neste instante uma nova proposta de amnistia para vários delitos políticos.

É talvez oportuno observar, a este respeito, que nunca ou quasi nunca se ouve dizer que nos parlamentos da Suíssa, da Alemanha, da Suécia, da Noruega, da Inglaterra ou dos Estados Unidos, tenham sido trazidas à discussão propostas de esquecimento de crimes de carácter político; ao passo que em França, na Espanha e em algumas outras nações mais ou menos aparentadas com estas, raramente se passa de Janeiro a Dezembro sem que os govêrnos ou os parlamentos respectivos venham pôr freqüentes erratas sentimentais de perdão e

de olvido aos julgamentos dados pouco antes pelos tribunais, em nome da majestade da Lei.

A majestade da Lei depende em primeiro grau da sua permanência; e o que torna os tribunais não só respeitáveis, mas até meramente suportáveis, é a crença mais ou menos funda e exacta na sua infalibilidade. Se o crime de ontem se declara amanhã como não existente, se a justiça se exerce aos solavancos frequentes de castigo e perdão; se a sentença escrita um dia em nome da Lei, tem de apagar-se no outro em nome da paz e da ordem social — a sociedade onde isto acontece não tem ordem nem paz, não tem lei nem justiça, está errada e está doente. A sua verdadeira situação é de equilíbrio instável, de divisão, de revolução crónica.

Amnistia cada ano é o sintoma terrível de que o govêrno é dum partido contra outro ou outros, e não da inteira nação para si própria. E assim como o lar onde marido e mulher vivem na alternativa pen-

dular dos beijos e dos ralhos é incompetente para educar filhos e assegurar o futuro da família, assim também o país que passa o tempo a provocar e a esquecer crimes políticos se constitue inimigo de si próprio e aliado precioso dos seus mais sérios rivais e concorrentes.

Admiremos o patriotismo francês, que não sabe regatear dinheiro ou sangue para levantar em torno da França uma couraça de canhões e soldados ; mas detestemos com igual direito a política francesa, impotente para descobrir a fórmula de bom-senso e equilíbrio que leve a França a assignar por uma vez a paz consigo própria.

XIV

LOUCURA DOS ARMAMENTOS

4 de maio, 1913.

Apólogo dialogal sobre a «loucura dos armamentos»:

Aarão

Boa tarde, Zeferino. Aqui te trago o teu opulento e meigo manuscrito sobre *Dona Paz, e a formosa Riqueza, sua filha*:

Zeferino

Espero que o tenhas lido com cuidado e te hajas emfim convertido á boa causa do desarmamento geral.

Aarão

Cada vez me parece mais simpática e mais económica a sábia instituição dos exércitos permanentes.

Zeferino

Simpática, sobretudo... Não há nada mais simpático do que sustentar centenas de homens válidos na ociosidade, enquanto outros trabalham.

Aarão

O trabalho é um castigo. Dí-lo a Bíblia, e dizem-no os socialistas por outras palavras, onde há menos poesia. Se o exército serve para manter na ociosidade centenas de milhares de homens, chamemos-lhe então francamente o vestibulo do Paraíso, ou o prólogo da Sociedade Futura.

Zeferino

E o dinheiro que se deita fóra para comprar espingardas, canhões, munições, fardamentos, couraçados?...

Aarão

Esse dinheiro não se deita fóra; deita-se dentro. Dentro do mesmo sacco aonde cai,

tansformado em pão, o capital com que se pagam livros, quadros, charruas, escolas, hospitais, estátuas — tôdas as cousas vulgarmente consideradas úteis ou belas. Só um dinheiro se perde, e é o que se guarda.

Zeferino

Bem sei: todo o trabalho cria dinheiro e todo o dinheiro gera alimento ou confôrto.

No entanto, as indústrias absorvidas a produzir a obra de morte tornariam a vida mais fácil e o confôrto mais acessível, se se applicassem á busca directa do confôrto e da vida.

Aarão

A busca do confôrto e da vida é sempre directa; mas o olhar vesgo dos homens, tolos ou filósofos, entorta por si a linha recta e explica o que não percebe, dizendo que Deus escreve direito por linhas tortas.

Zeferino

Um milhão de homens restituídos ao trabalho fecundo fariam, por fôrça, embaratecer a mão de obra e, assim, a vida seria mais barata.

Aarão

A máquina multiplicou enormemente a fôrça do trabalho e embarateceu-o de modo incalculável. O resultado é êste: a vida encareceu por todo o mundo.

Zeferino

Eu sou socialista. Não admito que o suor do povo sirva para manter na ociosidade uma casta guerreira, anacrónica e inútil. As milícias de Mr. Jaurès...

Aarão

...são peores que o soneto. O exército é o Povo, tirante uma restrita minoria de fidalgos que comandam. E esse povo é alimentado, alojado e vestido com impostos

pagos por quem póde pagar, isto é, pelos ricos.

Zeferino

Viva o Paradoxo !

Aarão

Viva o Exército !

XV

A PETIÇÃO DAS FRANCESINHAS

17 de junho, 1913.

Joana d'Arc teria servido muito melhor a sua pátria, se, além de ter ganho várias batalhas, houvesse tido vários meninos. Assim o pensou decerto com os seus botões o chefe político do exército francês, Mr. Étienne, ao receber um dia destes, entre mil documentos graves sobre o projecto de lei do serviço militar por tres anos, a seguinte encantadora petição dum grupo de meninas francesas :

«Sr. Ministro: Quando a lei dos três anos fôr posta em vigor, o nosso exército em pé de guerra não ficará ainda assim com um efectivo equivalente áquele de que podem dispor os nossos adversários eventuais. Essa diferença poderia ser nivelada pela incorporação nas tropas de combate dos homens actualmente destinados aos serviços auxiliares; e nós estamos não só dispostas mas desejosas de substituírmos êsses homens, sujeitando-nos inteiramente á disciplina militar. As associações da Cruz Vermelha pediram já que lhes fôsse permitido servir nas ambulâncias; mas muitas de nós outras, sem tempo para se apresentarem ao exame de enfermeiras, desejam no entanto tornar-se úteis á Patria *na medida das suas aptidões* e pedem por isso a votação immediata de uma lei no sentido exposto. A nossa mais grata aspiração está em podermos oferecer á França uma parte da nossa mocidade e em cooperarmos assim com os nossos irmãos na defesa nacional!»

Joana d'Arc era uma só, e daí resulta

que a França não perdeu muitos franceses por ter morrido virgem — caso raro! — um dos seus melhores soldados. Incomparavelmente mais grave é que as meninas francesas de agora, em número avultado, queiram servir na guerra *com os seus irmãos e na medida das suas aptidões*, mas, uma vez casadas, se esqueçam de preencher, com os seus maridos, a medida das suas aptidões mais naturais.

As mães francesas darão á França algumas enfermeiras, e o seu patriotismo é louvável; mas as mães alemãs dão á Alemanha inumeráveis soldados, patriotismo que é, além de louvavel, contundente.

Assim pensou decerto com os seus botões o pobre Ministro da Guerra de França, antes de deitar ao cêsto dos papeis velhos a graciosa petição das Francesinhas. E logo continuou a parafusar, coitado, na maneira de fazer êle só, com papel e lápis, tantos soldados como fazem, sem nada disso, sessenta milhões de alemães e de alemãs.

XVI

LESA-MAJESTADE

12 de julho, 1913.

Em apêndice ao seu livro *Trois ans d'en seignement aux États-Unis*, publica o professor francês Mr. Lanson uma lição que ali fez sobre a França e as suas tendências políticas actuais. «O que falta muitas vezes aos nossos homens políticos, disse êle textualmente, é o carácter, isto é, a capacidade de resistir ás tentações do Poder, ás solicitações dos seus amigos e dos seus eleitores. A fórmula da nossa corrupção política é o favoritismo, o compadrio, a associação de egoísmos e apetites para explorar o poder e a influência. O país, pela sua parte, está cansado de semelhante veniaga, e o sentimento público de enjôo é tão irresistível que já determinou, «na própria Câmara dos Deputados, uma corrente de honestidade.»

Grande é, decerto, em França, a liberdade das ideas e da sua expressão pública, para que um professor francês possa referir-se, entre estrangeiros e dum modo assim cruamente ofensivo, á mais alta instituição política do seu país. Mas, paralelamente, é preciso que o Parlamento francês se tenha tornado réu convicto de grandes culpas, para que a ofensa possa ter sido, sem castigo e até sem protesto, proferida primeiro em tão especiais circunstâncias de escândalo, e agora reeditada em condições especialíssimas de premeditação, de insistência e de fixidez.

Numa monarquia teocrática, o acto do professor Lanson chamar-se-ia sacrilégio e seria expiado na fogueira que purifica, e leva até aos deuses, nas volutas do fumo e nas implorantes línguas de chama, o arrependimento dos homens que ofenderam a divindade. Numa república, como numa monarquia constitucional, a injúria ao Soberano, parlamento ou rei, constitue um crime de lesa-majestade.

Não queremos saber o que a Constituição francesa estatue, ou deixa de estatuir, sobre a classificação e o castigo de tal delicto. O senso-comum, êsse, é categórico : ou o caluniador é julgado e condenado, ou o soberano tem de ser depôsto.

XVII

POINCARÉ E A MAÇONARIA

25 de setembro, 1913.

Numa das sessões do último congresso ou convento maçónico francês, alguém se queixou de que o Presidente da República, Sr. Poincaré, acabara de percorrer a França rodeado da sua augusta família, como um soberano de visita aos seus Estados.

É certo que a viagem presidencial foi preparada minuciosamente, a ponto de ter havido durante algumas semanas exercícios ou manobras de ensaio, para que no período de realização tudo corresse afinado. Estas

precauções não eram excessivas, visto que o trem de viagem do Presidente se compunha de quarenta automóveis, divididos em três grupos. Á frente, com um quilómetro de avanço, vinha o director da viagem, Sr. Oudaille, e os seus colaboradores ou ajudantes. Depois, o director geral da polícia de segurança, com a sua gente. No terceiro carro viajava o pessoal do protocolo e o seu chefe, Mr. Mollard. No quarto, emfim, vinha o Presidente com Madame Poincaré. A seguir, outro automóvel com a casa militar; outro, com o ministro do Interior, Mr. Klotz, e sua espôsa; e mais três ou quatro conduzindo os senadores e deputados do departamento respectivo.

A seguir a este grupo de nove ou dez automóveis vinha outro de igual número de caruagens mecânicas, postas á disposição dos representantes da imprensa parisiense. Depois, fechando o cortejo, mais vinte automóveis, cheiôs de jornalistas departamentais e delegados de várias associações de cada localidade ou região percorrida.

É claro que a marcha regular dum comboio tão longo só poderia ser assegurada mediante disposições muito especiais. Basta dizer que cada automóvel se mantinha á distancia rigorosa de 250 metros do anterior e do seguinte, estendendo-se assim o cortejo ao longo de uma tira de dez quilómetros de extensão. Foi preciso colocar a 500 metros de cada paragem prevista um homem munido de uma bandeira branca, ao passo que o guarda-freios do automóvel do protocolo levava uma outra, verde, que o portador erguia e agitava, sempre que fôsse preciso determinar qualquer paragem accidental e imprevista.

As estradas, as ruas, os caminhos afluentes, estavam espêssamente guardados por gendarmes; e muitas vezes, horas antes da passagem de Mr. Poincaré, o trânsito quotidiano e normal de veículos de passageiros ou de carga ficava totalmente proibido em tôdas as vias públicas que o cortejo tinha de percorrer horas depois.

A maçonaria francesa não gostou de ver

o chefe de uma república radical viajar como viajava o Czar de Tôdas as Rússias. A maçonaria não viu que o grosso de todo aquele interminável cortejo era açambarcado pela Imprensa e pelo Parlamento, expressões actuais da democracia; e que o Presidente « fait-néant », com os seus guarda-costas, não ocupava mais de tres carros. No seu ódio infantil contra o Rei, a maçonaria não percebe que o que torna o Rei temível é a Côrte; e que a Revolução, abolindo o Rei, não só não conseguiu abolir a Côrte, mas a tornou cada vez mais numerosa, mais intriguista e mais voraz.

XVIII

CAILLAUX E POINCARÉ

13 de dezembro, 1913.

Há menos de quinze dias o Sr. Caillaux, discursando em nome do seu grupo, caía a

fundo sobre os *endormeurs*, os que prégam o apaziguamento, a concórdia nacional, a união de todos os Franceses, e não pertencem, dizia êle, a nenhum partido, pela razão simples de quererem substituí-los a todos, governando sobre o amolecimento dos caracteres...

Toda a gente percebeu esta alusão transparente e acerada á politica presidencial do Sr. Poincaré, eleito há meses pelo voto do mesmo Parlamento que agora acaba de guindar o Sr. Caillaux á presidencia do Conselho, com o pseudónimo de Doumergue. Mas talvez nem todos possam seguir com a mesma intelligência o fio ilógico desta política francesa, que hontem contratava por sete anos um presidente Arco-da-Alliança, e poucos meses depois lhe impõe como colaborador um primeiro ministro Torre-de-Babel.

A situação do Sr. Poincaré é tão cómoda como a do cosinheiro a quem encomendássemos um jantar de dieta, dando-lhe, como únicos tempêros applicáveis, mostarda,

caril e, sobretudo, muitíssima pimenta. Ou lembra talvez melhor ainda o boticário encarregado de executar urgentemente uma receita de brometo de potássio, para calmar um gravíssimo ataque de nervos na vizinhança, e cujo ajudante lhe viesse dizer que não tem na farmácia senão excitantes.

A representação nacional convida ontem o Sr. Poincaré a assumir a direcção do Estado com o programa explícito de fazer a acalmção e a união de todos os Franceses; hoje, a mesma representação nacional impõe-lhe a obrigação de governar contra os outros partidos, isto é, com meia França contra a outra meia.

E o Sr. Poincaré, fica. Fica, como tantos outros chefes de estado, para proceder ao avêso do que quer e pensa; fica, como nenhum outro chefe de Estado, para fazer ao mesmo tempo uma coisa e a contrária, para se contradizer a si próprio de quinze em quinze dias, para mudar de direcção cada instante que o Soberano — a Câmara — muda de tineta.

Ficando, o Sr. Poincaré é bom homem, porque poupa ao seu sucessor o trabalho ingrato de fazer a triste figura que êle faz. Mas que invejas não terá este Presidente Penélope dos antigos primeiros ministros do Xá da Pérsia ou do Sultão de Marrocos, homens felizes de vida suavíssima, cuja missão consistia em adivinhar e seguir os caprichos e guinadas de um único déspota, estúpido, imbecil e cruel!

X I X

O PARTIDO DO MEIO-TERMO

6 de janeiro, 1914.

Cá vamos seguindo com simpatia e curiosidade os esforços de Mr. Briand para organizar em França o partido do Meio-Termo.

Este partido do Meio-Termo é o mais numeroso que existe em tôdas as democra-

cias, mas é também o mais impotente. Compõe-no a gente sensata, cordata e pacata que não quer folias, nem bulhas, nem berros, e que exactamente por não querer nada disto, se deixa sempre vencer pela minoria insignificante e medonha dos berradores, dos agitados e dos loucos.

O Sr. Briand arvorou-se, com o seu discurso de Saint-Étienne, em porta-bandeira dos moderados. Por toda a parte os moderados são, não só legião, mas a nação verdadeira. Em França, país de bom-senso, de equilíbrio e de justa medida, pôde dizer-se que os moderados são a França tôda. O Sr. Briand é, portanto, chefe do único partido verdadeiramente nacional, e neste sentido quási não tem opposição. Pois daí lhe resulta que só com enorme dificuldade chegará a fazer govêrno e, uma vez que o faça, impossível lhe será governar com sossêgo por muito tempo. Depressa os exagerados o deitarão a terra, para afinal lhe usurparem o programa e procurarem inútilmente realizá-lo contra os seus próprios temperamentos ex-

cessivos, contra as dependências que criaram, contra os compromissos desmedidos que não hesitaram em tomar, sem a menor vontade de os cumprir.

Este é o disparate clássico das democracias palavrosas: não se alcança o Poder confessando sinceramente o uso que se vai fazer dêle; nem se conserva, depois, executando á risca o que se prometera. Os jacobinos não podem honrar lá em cima as promessas feitas cá em baixo; os governantes moderados têm de fingir-se jacobinos, para não parecerem reaccionários.

Dir-se-á que fica assim uma coisa pela outra: que o justo meio sai intacto e triunfante, do embate dêstes injustos extrêmos. Parecia dever ser isto, mas não é. E a prova fornece-a a própria França, com a sua política tão pouco francesa. O país da clareza, da lógica, da medida, do equilíbrio, do bom-senso e do bom-gosto, continúa governado da maneira mais irregular, mais destemperada e mais anárquica.

XX

CAILLAUX — CALMETTE

20 de março, 1914.

Madame Joseph Caillaux alega em sua defesa que matou o director do « Figaro », porque lhe vieram dizer de boa fonte que o jornalista ia publicar várias cartas a ela escritas pelo seu actual marido, quando Madame Caillaux era ainda a espôsa legítima dum marido transacto.

Tomando por verdadeira esta alegação, teríamos assim que a forte dama assassinou para desagravar a sua honra, ou para a salvar; e não para desagravar e salvar a honra de Mr. Caillaux. E o seu acto seria então muito menos francês, do que o tínhamos suposto primeiro.

Nos países como o nosso vive-se ainda bastante perto da Idade-Média para se estranhar este cavalheirismo ás avessas, em que a mulher se arma e abala a vingar a

honra dum marido vivo e válido, como parece ter feito, apesar da sua declaração posterior, a ex-ministra das finanças francezas. Mas em França a mulher é, de longa data, um elemento tão preponderante na família, que frequentemente nos aparece como o seu verdadeiro chefe, inspirador, director e executor. A espôsa francesa não se limita a governar a casa e a educar os filhos: é ela também, admirável de energia, de intelligência e de tino prático, quem toma a cargo colocar, promover, administrar, emfim, o marido, empurrando-o, impondo-o, inventando-o até, de quanto em quando, e servindo-se para isso de quasi todos ou ás vezes, segundo as más línguas, de todos os recursos que Deus e a raça lhe deram.

A mulher alemã é hoje ainda *das Weib*, definida na língua por um substantivo neutro, como no tempo em que o guerreiro germano a adquiria por compra, juntamente com a espada e o cavalo. A inglesa reina em casa, mas a sua rialeza efectiva cessa ou abdica á porta do lar. Cá no sul o homem

continua a exercer, sem protesto sensível da interessada, uma espécie de pátrio-poder sobre a mulher. Mas em França...

Em França — notem bem isto — não há feminismo. Não o há, pelo menos, com o feitiço acre de luta e reclamação que se observa na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, em todos os países que rodeiam a França. Apesar de ser esta a nação onde as ideas mais fácilmente aquecem, a ponto de logo brilharem ou queimarem, como luz ou incêndio, esta idea do feminismo, refervendo á volta, esfria e regela, mal toca as fronteiras francesas. Isto quer dizer que em França é já a mulher quem governa de facto, como aliás foi sempre. E, onde a mulher governa, é natural que a mulher do ministro radical imponha, a tiros de revólver, a sua radical lei de imprensa.

XXI

A FALTA QUE FAZ UM REI

9 de abril, 1914.

Na ultima sessão da Câmara dos Deputados de França o Sr. Barrès definiu a « podridão parlamentar », descrevendo o parlamento actual dividido em grupos que nenhum alto ideal determina ou impele, mas que se formam em volta de certos homens, com os mesmos intuitos e a mesma flácida moral das constelações de banqueiros, agrupados para explorarem gordos negócios e levar a cabo operações de dinheiro.

Respondeu-lhe o Sr. Jaurès, o revolucionário, defendendo o soberano francês, isto é, a Assembléa oriunda do sufrágio universal. « A minha convicção profunda, disse êle, é que nas Câmaras francesas há uma imensa maioria de homens de bem, cujo delito único é terem-se deixado até aqui compro-

meter por um punhado de oligarcas e de intrigantes ».

Observaremos sem maldade que estes inocentes comprometidos constituem e sustentam, com a sua soberania, as clientelas, os compadrios e as cumplicidades a que o Sr. Jaurès se referiu logo adiante, quando recordou — palavras suas — o minuto horrível em que dois Ministros da República, Cailiaux e Monis, estiveram separados de Rochette apenas pela « espessura moral » dum jornalista enfeudado ao gatuno.

De quem a culpa, então? Quem são os oligarcas e os intrigantes que praticam o estupro sobre as ingénuas vírgens parlamentares? O Sr. Jaurès verberou em primeiro lugar a Imprensa, que, não podendo gravitar em tórno de ideas, vive de subsídios ocultos e afivela máscaras de partido, para poder realizar as suas operações inconfessáveis. Em seguida denunciou a Finança, potência subtil e formidável, que entra silenciosamente nas consciências e leva por uma arreata invisível a nação que se julga soberana.

Basta ler o diagnóstico do chefe do socialismo francês, para se compreender com clareza a falta que à França faz neste momento um bom e autêntico rei de carne e osso. Se o Sr. Jaurès o tivesse à mão, o seu optimismo seria triunfante e fecundo: os males sociais de que a nação padece e que a palavra desanimada do tribuno nos mostra incuráveis e generalizados, corroendo instituições, partidos, opinião, eleitorado, magistratura, Parlamento — toda a circulação e todo o organismo — parecer-lhe-iam tão superficiais, que uma operação de cirurgia revolucionária, simples e rápida, bastaria para os remover. O Sr. Jaurès diria: «Mate-se o Rei!» E o Rei seria morto, e o Sr. Jaurès responsabilizar-se-ia sem hesitar pela cura da França.

Um rei faz muita falta à República, para agüentar e remir as culpas dos republicanos...

XXII

SEPARAÇÃO DOS PODÊRES

18 de abril, 1914.

No ano da Graça de 1914, cento e trinta e cinco rodados sobre a tomada da Bastilha, a Câmara dos Deputados de França encerrou a legislatura votando a seguinte moção:

«Tendo em conta as averiguações da sua Comissão de Inquérito, a Câmara:

Reprova as intervenções abusivas da finança na política, e da política na administração da justiça;

Afirma a necessidade de uma lei de incompatibilidades parlamentares;

E, resolvida a assegurar de modo mais eficaz a separação dos Podêres:

Passa á ordem do dia.»

A ordem do dia, para uma Câmara que

encontra os podêres públicos tocados de aderências mórbidas, e a justiça dependente dos políticos, e a política infiltrada pela finança — é trabalhosa e comprida. Pode até estranhar-se-lhe o nome de *ordem do dia* e propor-se como mais exacta, a avaliar pelo tempo gasto até aqui sem resultado, a designação de *ordem do século*. Se em cento e trinta e cinco anos a França não conseguiu organizar uma magistratura independente, isolar convenientemente os legisladores dos traficantes, e tornar soberanos os Podêres dentro das suas respectivas esferas — não é de crer que esteja muito mais adiantada daqui por outro tanto tempo.

Bem feitas as contas, podemos ir mais longe, e afirmar que o fecho da moção não joga com os seus fundamentos. Se a imparcialidade dos juizes está ainda a estas horas por firmar; se a honradez da direcção política periclita a tal ponto, que se torna urgente depurá-la dos contágios suspeitos do dinheiro; se o jôgo dos podêres do Estado se baralha em confusões que o viciam — for-

çoso é concluir que o sistema político da França não é ainda hoje o republicano. Pode ser anarquia, oligarquia, plutocracia. Democracia, não é. E então o dever da Câmara francesa não era passar vagamente á ordem do dia, mas proclamar com franqueza, e duma vez por tôdas, a República.

A não ser que os Deputados, caíndo em si e das nuvens, reconhecessem que uma República que se não fez em cento e quarenta anos não se faz nunca, e deliberassem proclamar... a Monarquia.

XXIII

SUBIDA E QUEDA DE MR. RIBOT

21 de junho, 1914.

A morte do ministério de Mr. Ribot na juvenil e esperançosa idade de 48 horas é mais uma prova real da incapacidade em que se encontram as repúblicas de funda

tradição monárquica para organizarem uma política de moderação e de equilíbrio. O jôgo alternado dos partidos conservador e radical é hoje impossível em França, porque o terror da reacção e da restauração vai deslocando a mentalidade política irresistível e indefinidamente para a esquerda, eivando de suspeição monarquista o próprio radicalismo sensato, arrastando para a direita os homens que por temperamento prefeririam o centro parlamentar, e atraindo para a extrema-esquerda, ou para a revolução, os impacientes, os sôfregos e os agitados.

O Sr. Ribot (diz tôda a gente) é grande orador, e político de saber vastíssimo, de consumada experiênciã e duma honestidade digna de todo o respeito. A Calúnia, musa das democracias, não só o não atingiu, mas nunca se atreveu a procurá-lo. Republicano moderado no princípio e no meio da sua carreira, pouco a pouco se foi desviando para a esquerda, até o ponto de se prestar agora, aos setenta anos, desinteressadamente, a dirigir um ministério radi-

cal, para o qual solicitou em vão a colaboração do radicalismo á Caillaux, genuíno, etiquetado, garantido, «dernier cri». E tendo-lhe sido negada esta colaboração, rodeou-se no entanto de pessoas que deviam ser absolutamente insuspeitas aos radicais, como os Srs. Bourgeois, Delcassé, Dessoie; grandes figuras que dariam prestígio ao govêrno sem poderem, por outro lado, causar receio á maioria da Câmara. No entanto, a maioria da Câmara condenou este govêrno antes de o ouvir e executou-o sem piedade, guilhotinando-o com as próprias portas por onde entrava. O Sr. Ribot e os velhos radicais, seus colegas de dois dias, foram assim atirados sem cerimónia para o lixo das direitas, para a inutilização, para o ostracismo.

Pelo geito que leva a política francesa, não tardará o dia em que as fôrças centrífugas que há anos a dominam tenham acabado de produzir os seus últimos efeitos, projectando os cidadãos para dois campos opostos e extremos, de onde não mais possam mexer-se, senão para se atirarem uns aos outros.

XXIV

JULGAMENTO DA SR.^a CAILLAUX

27 de julho, 1914.

Estou seguindo regularmente, nos jornais franceses, o relato estenográfico das audiências finais do processo de Madame Caillaux; e, como do ponto de vista judiciário aquele grande espectáculo me interessa pouco, visto que a esperta e gentil radical há de ser absolvida, é sobretudo como drama clássico, como peça literária, como produto do génio artístico francês, que saboreio e admiro estes inegaláveis jogos florais.

Reunidos em volume, os debates podem ser dados como leitura nas aulas dos liceus de França; o busto da República, que preside ás audiências, seria substituído com vantagem pelo de Racine; e não havia inconveniente, nem disparate, em que o tri-

bunal se mudasse com todos os personagens para o edifício da Comédie Française.

Todos aqueles que teem ido procurar ao pretório o escândalo desgrenhado, encontram a maior decepção para o seu mau gosto e saem das sessões confessando que, apesar das trágicas divergências e dos medonhos conflitos morais ou imorais que dividem aquela companhia de políticos, de jornalistas, de magistrados, de médicos e de mulheres superfinas, que se deitam á noite com um marido e acordam pela manhã ao lado de outro, tudo ali é, como no grande mestre do teatro moderno, *parfaite convenance et souveraine harmonie...*

O próprio «Figaro», que era parte no processo e nêle figurava o papel comovedor do órfãosinho, até êsse foi fiel á sua divisa gaulesa: *je m'empresse de rire de tout, de peur d'être obligé d'en pleurer!*

Façamos o mesmo, tanto mais que nada herdamos nos treze milhões de Calmette.

INGLATERRA & ALEMANHA

I

DESINGLESAMENTO DÀ INGLATERRA

16 de novembro, 1911.

A recente contradança entre vários membros do govêrno inglês não é a primeira que se dá, desde que subiu ao poder o actual gabinete liberal: em menos de meia dúzia de anos as varias pastas teem passado de mão em mão com frequênciam tal, que alguns ministros foram agora investidos na terceira ou quarta, o que dá uma média de menos de dois anos de exercício de cada ministro em cada uma dessas pastas. Semeilhante borboletear afflige o Inglês, que tem vivido sempre no culto da aprendizagem prática, e nesta confia acima de quaisquer outros processos, para formar as competências, e sobretudo as competências técnicas.

O inglês quiz sempre ver *the right man in the right place*, e entende que, para formar *the right man*, é indispensável *the training of a lifetime* — a vida inteira consagrada a um assunto. Se a tiram dêste velho costume, que tem feito a glória e a riqueza da Inglaterra, a opinião inglesa alarma-se e diz, como ainda há pouco se lia num jornal londrino: «A frequência com que os membros do gabinete actual mudam de pasta faz pensar que o ministério está sendo considerado uma simples escola para estadistas enciclopédicos.» Linguagem quotidiana nos ligeiros e saltitantes países latinos, mas absolutamente nova e surpreendente na bôca anglo-saxónica. Estaremos nós assistindo, quási sem darmos por isso, ao desinglesamento da Inglaterra?...

O país do trade-unionismo sensato e ordeiro já nos tem dado o espectáculo das paredes sangrentas e devastadoras. Quando o Continente ainda cita a Inglaterra como educadora suprema do corpo e do carácter, vem o general Baden-Powell revelar-nos que a

moçidade britânica se compõe duma multidão ociosa, débil e fraca de vontade, que assiste parada ás lutas de atletas pagos. Contamos ainda embevecidos uns aos outros a anedota do Inglês que, se não fôsse inglês, querería ser inglês, e eis que Lord Roberts, semi-deus do patriotismo britânico, denuncia em carta aos jornais a existência de operários ingleses que — *horribile dictu!* — declararam não se importarem que a bandeira içada na Torre de Londres seja vermelha, branca e azul, como a inglesa; ou vermelha, branca e negra, como a alemã!

Onde fica, depois de tudo isto, a tão falada superioridade anglo-saxónica?...

Em história, como em geologia, as mudanças maiores não se operam por cataclismo, mas pela acção miuda e formidável das causas lentas. E há mil pequeninos indícios que nos permitem prever a transformação vagarosa e gradual da Mancha num istmo, através o qual já vão passando a vau para as Ilhas da Perfeição os defeitos e as fraquezas continentais.

II

SISTEMA NERVOSO FINANCEIRO

8 de Fevereiro, 1912.

É possível que a tese do escritor inglês Norman Angell esteja errada ; mas ninguém lhe negará sem máu-gosto uma certa elegância. Segundo êle, a segurança da paz universal não nos vem dos esforços conscientes dos pacifistas, mas da organização e da obra da Finança. Filósofos, moralistas, juizes do tribunal da Haya, comissões interparlamentares, pregoeiros do anti-militarismo, tudo isto são poetas ; e os verdadeiros, os únicos salvadores da Humanidade, os pacificadores do Mundo são já hoje, e hão de ser cada vez mais — os banqueiros.

Os banqueiros tornaram as nações financeiramente interdependentes, acentuando e completando a interdependência económica que as agrupava já umas com outras, desde

que a facilidade das .comunicações veio dando a cada uma o seu papel, na divisão do trabalho económico. E assim o sistema muscular, representado pela fôrça guerreira, ficou subordinado a um sistema nervoso, que antes não existia, e que é constituído hoje pela rêde universal dos interesses financeiros ou bancários, tão bem organizados, tão vigilantes e tão fortes, que dominam também os êrros, as fantasias e os histerismos da política.

Daqui resulta que há hoje no mundo, sobretudo, nacionalidades económicas, cujas fronteiras nem sempre, e até quási nunca, coincidem com as fronteiras políticas. E resulta ainda que, se num ponto do organismo a política ameaça fazer surgir uma inflamação — leia-se: uma guerra — logo se faz sentir a reacção do sistema nervoso financeiro: o organismo, como todo, toma consciência imediata, telegráfica, dos perigos que ameaçam uma parte dêle. E á prevenção seguir-se-á rapidamente a defesa e o equilíbrio.

Assim se explica — e só assim — que

em 1911 não tivesse havido, como houve em 1870, uma guerra entre a França e a Alemanha.

Em 1870 a Alemanha não estava ainda politicamente unida e encontrou na frente uma França de população igual á sua. Em 1911 a Alemanha teria a seu favor quarenta anos de união política e de forte disciplina, e os 65 milhões de Alemães que hoje existem defrontar-se-iam sómente com 38 milhões de franceses, visto que a França estacionou, ao passo que a Alemanha crescia enormemente. No entanto, não houve guerra. Porquê? Porque a rêde dos interesses económicos e financeiros alterou profundamente as relações entre os povos; porque Bismarck dista menos de Átila, seu antecessor de 15 séculos, do que Guilherme II dista de Bismarck, que no entanto operou há apenas 40 anos; porque a Alemanha morrerá de fome quando interrompa ou sequer perturbe o seu normal intercâmbio económico; porque o seu progresso industrial é obra, em grande parte, da economia francesa; porque,

em suma, Alemanha e França constituem economicamente uma nação única, de que as duas nações políticas são elementos complementares...

De tudo isto decorre que uma guerra entre a França e a Alemanha seria, economicamente, uma guerra civil. E o que é que a impede, em face da nossa razão, se justamente vivemos num período de guerras civis, que rugem ou rosnam por toda a parte? Se em todo o mundo êsses dois inimigos siameses—Capital e Trabalho—andam numa luta pegada, não é certamente o interesse económico que impedirá o Trabalho-Alemanha de bulhar amanhã com o Capital-França.

O escritor inglês podia reforçar a sua tese com uma imagem ainda mais eloquente. Podia dizer-nos que a Alemanha e a França são, não apenas dois complementos dum todo económico, mas os dois sexos dum conúbio económico: o Capital fecundado pelo Trabalho, na mais íntima e penetrante encarnação. Nem assim ficariam sossegados os pessimistas e convencidos os scépticos,

pois não faltam por esse Mundo divórcios, nem maridos que batem nas mulheres. . .

III

O BARÃO DE MARSCHALL

16 de maio, 1912.

O barão Marschall von Bieberstein, próximo-futuro embaixador da Alemanha junto á côrte londrina, tem todo o direito a ser neste momento a pessoa mais envaidecida — e mais atrapalhada — de todo o mundo. Os tipógrafos de quarenta nações passam dias e noites a imprimir, para conhecimento do Orbe, que é êle o maior diplomata da actualidade, salvo dois ou tres embaixadores japoneses, cujos nomes aliás se ignoram. A imprensa alemã mostra considerá-lo uma espécie de *Titanic*, que a Alemanha atira a todo o vapor de encontro ao *ice-berg* da frialdade inglesa, com o mandato

imperativo de o derreter ao primeiro choque. Nos jornais franceses reflecte-se o pavor nacional ante a perspectiva duma mudança súbita no jôgo das alianças ou entendimentos actuais. E, ao lermos os grandes quotidianos ingleses, forma-se em nós a impressão nítida de que a Alemanha vai introduzir nas ilhas inacessíveis de Albion, não um simples representante, mas uma nova edição, correcta e aumentada, do cavallo de Troia.

Diante dêste quadro curiosíssimo, ocorre perguntar o que é feito daquelle velho e sábio aforismo que considerava o segredo como a alma do negócio; e o que poderá fazer de útil, em país inimigo e precavido, um diplomata que, ao chegar ali, se encontra já completamente devassado pelos raios X da coscuvilhice jornalística mundial. Ainda o barão de Marschall não foi oficialmente nomeado e já a Inglaterra sabe tão bem ou melhor do que êle próprio, o que o illustre diplomata quer e o que pode, para que e como trabalha, quais são os seus recursos

e as suas mais recônditas manhas e fin-tas...

No tempo em que as notícias viajavam em diligência por estradas ásperas, a embaixada que se apeava em qualquer côrte da Europa era uma esfinge, cujos intuitos e planos ninguém podia destrinçar. Hoje, que a telegrafia progrediu até o ponto de perder o fio, sabe-se no mundo inteiro como são as ceroulas e as ideas dos diplomatas em foco; os cordelinhos mais subtis da diplomacia chegam ao conhecimento daqueles que hão de enredar-se na respectiva teia, antes mesmo do pobre homem que será encarregado de a tecer; e vão dobados em carrinhos, tão metódicamente como a linha de Clark.

Em tão disparatadas condições de indiscreta publicidade, não vem decerto longe o tempo em que o melhor diplomata será implicitamente o mais anónimo. Nesse tempo a Alemanha usará para embaixador nos casos graves um Schultz ou Mayer qualquer; e os seus futuros Marschall terão de ser

introduzidos por contrabando, disfarçados em escreventes de legação, sob pena de se lhes evaporar no caminho a virulência tôda.

IV

DEUTSCHLAND GEGEN ALLES

1 de junho, 1912.

Pelo crescimento da sua população e pelo progresso da sua indústria, a Alemanha chegou neste primeiro quartel do século xx a uma situação donde sairá não se sabe como, mas em que, com certeza, não pode demorar-se.

A Inglaterra sonha com ela e os seus sonhos são agitados pesadelos. A França encontra-a a cada instante na sua marcha colonial, além de a ter á ilharga como uma espora aguçada. A Rússia é aliada da França. De vez em quando a Holanda, a Bélgica e

a Suíça, por causa dela, acordam em sobresalto do seu sono leve de nações cuja soberania assenta mais no direito que na fôrça. A Dinamarca sente ainda no corpo diminuido a dor duma violenta amputação. Portugal, mais ao longe, treme pelo futuro do seu vasto império africano. O Congo Belga receia que o traduzam, em parte ao menos, para Congo Alemão. O Brasil preocupa-se com a germanização dos seus Estados do Sul. E da própria América do Norte chegam-nos vozes de alarme, acusando a insuficiência das fôrças navais americanas, na eventualidade dum assalto germânico á muralha de Monroe...

Aí temos, pois, para falar direito, uma nação que bem merece viver e que incomoda meio mundo, pelo simples facto de existir. O mêdo que a Alemanha inspira, a desconfiança que alastra á sua volta, custam a ela própria e ao mundo inteiro milhões de braços e milhões de libras. E a sua urgência de crescer é tão grande, tão instante e absorvente a necessidade que ela tem de tratar

sobretudo de si mesma, que a Alemanha, semeadora de inimizades, rodeada de perigos, não pode, no entanto, manter verdadeiras e sólidas alianças. Os amigos desconfiam tanto dela como os inimigos. A Áustria faz sentinela ao pan-germanismo. A Turquia supõe-na cúmplice da Itália, a Itália julga-a entendida com a Turquia.

Pode, pois, dizer-se, sem sombra de exagero, que a Alemanha se encontra, em face da Europa e do Mundo, numa situação de inimiga, de rival e de concorrente de todas as nações fortes, e constitue ameaça e perigo sério para muitos povos fracos.

O corolário lógico desta situação seria a aliança de todos contra ela, ao grito uníssono de *Delenda Germania* : mas nem sempre o que é lógico é possível, nem sempre a linha recta é o caminho mais curto entre dois pontos. O mais provável é que o sossêgo de alguns seja comprado ao preço do sacrifício de outros. A Inglaterra e a França, principais interessadas em aplacar a fome do lobo, designarão em breve qual deva ser,

de entre o rebanho dos fracos, o cordeiro da Paz e da Concórdia.

V

DISCIPLINA

2 de agosto, 1912.

A administração dos caminhos de ferro prussianos não é positivamente uma casa de bonecas...

Um orçamento ordinário de quasi meio milhão de contos de réis, oiro; 350:000 trabalhadores e 150:000 empregados, ao todo uma população de meio milhão de homens ao seu serviço; e, para lhes pagar, uma despesa anual de 165 mil contos de réis, oiro, números redondos.

A administração dos caminhos de ferro prussianos comanda, portanto, um formigueiro de homens, cujo número total é sensivelmente igual á população de qualquer

destas grandes cidades europeias: Barcelona, Madrid, Marse'ha, Copenhague, Dresde, Leipzig. . .

Admiremos o poder do esforço humano, capaz de criar e pôr em movimento, não só os maquinismos onde a sciência e a indústria aprisionaram as fôrças físicas da Natureza, mas também a fôrça moral resultante do afinamento e da harmonia de centenas de milhares de vontades humanas, actuando juntas para a realização dum pensamento ou dum interesse comum.

Esta última fôrça, sem a qual os comboios prussianos, por muito que os empanturasse o vapor, nunca partiriam nem chegariam a horas, tem um nome muito feio, um nome que não se pode dizer diante de crianças, que não vem nas últimas edições dos dicionários da gente livre, e que nós vamos escrever muito a mêdo: chama-se, com licença, DISCIPLINA.

VI

MACHIAVELLI SAUDOSO

7 de setembro, 1912.

Na dedicatória que faz do seu tratado do *Príncipe* ao magnífico Lorenzo de' Medici, o astuto Machiavelli pede perdão do seu atrevimento de homem *di basso ed infimo stato*, que ousa discorrer sôbre o govêrno dos Príncipes. E explica que, assim como aqueles que pintam a paisagem se colocam em baixo plano para considerarem a natureza dos montes e das alturas, e para observarem os vales sobem ao alto das montanhas, assim convêm ser príncipe para conhecer a natureza dos povos, e para compreender bem a dos príncipes é necessário pertencer ao povo: *conviene esser popolare*. Astuto Machiavelli, que viveste no tempo em que os príncipes nasciam príncipes e o povo ficava povo! A História que tu viste formar-se, a vida cole-

ctiva exposta ao teu agudo olhar, tinha o pitoresco das paisagens acidentadas, com os seus escarpamentos, os seus abismos e as suas mudanças repentinas de cenário, surpresa e delícia dos olhos que sabem admirar. Não conheceste a majestade amorfa do Número, nem a monótona soberania da Planície. A política foi para ti um panorama de grimpas e vales, de ravinas e grutas, animado pela passagem dos emplumados *condottieri* e dos seus bandos coloridos. Era um romance vivo, que empalidecia quando escrito; uma ópera que só tinha a perder transportada ao teatro; uma primeira representação de tragédia, obra prima de fantasia e de imprevisto, interpretada com flagrante naturalidade por actores que não vinham do Conservatório, carregados de prémios e de estúpidas receitas escolásticas.

Se cá voltasses agora, saboroso Machiavelli, verias como a História passou a ser feita em escritórios, fábricas e redacções, pelos caixeiros dos bancos, pelos secretários dos

sindicatos socialistas, ou por jornalistas analfabetos, de alastradora circulação. E em vez de te pores de joelhos, a pedir humildemente licença a estes principes para escreveres o teu *Príncipe*, rezarias um convicto padre-nosso por alma do magnífico Lorenzo, e irias talvez a Berlim, chorar nos braços de Guilherme II da Alemanha a chateza dos tempos, e a falta de assunto.

VII

O HOMEM QUE ENTENDIA DE CAVALOS

16 de Setembro, 1912.

Guilherme II acaba de conquistar moralmente, pelo seu prestígio e encanto pessoal, a indomável Suíça, pequena ilha de altivez nacionalista, rodeada de todos os lados por um oceano rugidor, em que as rivalidades, as ambições e os perigos se encastelam e desmoronam, como ondas sequiosas de terra:

« Il est des gens que chacun de ses gestes exaspère, car il est fort et il n'est pas comme les autres princes, qui n'agissent que sous l'impulsion de leurs ministres et lisent des discours qu'ils n'ont point faits. Il est une brillante exception, il porte haut son drapeau, affirme bravement ses idées, il croit, travaille et combat: c'est un caractère, c'est un roi.» Assim recebeu a *Gazette de Lausanne*, porta-voz da Suíça latina, o pavoroso Átila Germânico de que nos falamos nos jornais francezes; e assim se pode dizer que a Montanha foi ter com êle, esquecendo o seu escarpado orgulho republicano, para prestar sincera continência ao rei de Direito Divino.

Guilherme II visitou a Suíça como soldado, para ver manobrar, chefe duma aristocracia guerreira, um exército de cidadãos. Mas não foi apenas como soldado que êle soube impor-se á admiração e á simpatia dos suíços que se lhe acercaram. Foram-lhe apresentados representantes de vários cantões e com todos conversou tão demorada-

mente, que as pessoas que de longe testemunharam a conversa sem poder ouvi-la perguntavam intrigadas a si próprias, *o que teria êle que dizer-lhes*, até que mais tarde o souberam pelos próprios interlocutores encantados. A um falou das culturas da região, revelando-se conhecedor dos seus particulares; a outro surpreendeu pela justeza e variedade das noções que tinha sobre a indústria das rendas. E assim os bons burgueses ou agricultores de São Galo e de Turgóvia se confessavam admirados daquelle imperador que *entendia tanto* do que mais interessava a cada um...

Há bons vinte anos, ou mais, um outro homem de talento e de génio estava sentado na ante-câmara de Oliveira Martins, que então morava na casa das Aguas Férreas, do Porto. Com êle se encontraram outros homens igualmente á espera de serem recebidos pelo malgrado historiador e economista do *Portugal Contemporâneo* e dos *Problemas de economia nacional*. Por fim, ficaram apenas dois frente a frente, e o mais expansivo entabu-

lou conversa, apesar de não conhecer o outro. E conversaram meia hora sobre cavalos, pois que o iniciador do diálogo dificilmente abordaria outro assunto. Era um fidalgo do Porto, conhecido pelas suas cocheiras, parelhas, *charrettes* e *dog-cars*, que êle próprio guiava com perícia. Quando o criado entrou para introduzir o sr. Brandão — assim se chamava o homem dos carros — a primeira coisa que o sr. Brandão perguntou a Oliveira Martins foi esta:

— Ó Martins: quem é aquele homem tão inteligente com quem eu tenho estado a conversar lá dentro, e que entende tanto de cavalos?...

Aquele homem que, no dizer de um perito, *entendia tanto de cavalos*, era um dos maiores poetas que tem produzido até hoje o génio latino. Chamava-se Antero de Quental.

VIII

CREPÚSCULO DO DEUS KRUPP

3 de maio, 1913.

A opinião pública alemã acaba de descobrir, tarde e a más horas, que tudo se transforma em modo de vida, incluindo a Guerra, que é um modo de morte. O nome de Krupp soava-lhe aos ouvidos como o dum deus da exuberante mitologia germânica, ocupado a forjar desinteressadamente, em qualquer escuro, subterrâneo Nibelheim, o gládio invencível com que a Alemanha conquistará o Mundo. E eis que o deputado Liebknecht aparece a denunciar a prosaica verdade: Krupp é afinal o cúpido Alberich, industrioso caçador do Oiro do Reno: a espada que êle forja e torna a fundir indefinidamente é um pretexto guloso para atrair a si o dinheiro suado pelo contribuinte alemão...

Ó pátria clássica da Filosofia, como se entende que filósofes tão pouco? Ó céu tingido pelo crepúsculo de tantos deuses, porque te espantas de que se afunde mais um?...

Krupp não é afinal Wotan, nem Dónner: é Krupp & C.^a, com escritórios, chaminés, facturas, máquinas de escrever, caixeiros, accionistas, directores, estómagos—tôdas as fraquezas, todos os interesses, todos os appetites humanos. Krupp transforma em dividendos o patriotismo alemão; a Águia Imperial é a sua marca de fábrica; cada estátua de Bismarck funciona como um anúncio ou um reclamo de bronze aos produtos da firma industrial. E o que há nisto de raro, ou de novo? A casa Krupp não foi fundada para exercer uma missão, mas para explorar um negócio. E quando é que, neste mísero mundo, a missão mais pura deixou de transformar se em indústria, e o sacerdócio em emprêgo?

A arte, entre tôdas sagrada, de educar crianças degenerou em ganha-pão de homens

mal educados: abrir uma escola não é fechar uma prisão, mas uma bôca esfomeada de professor.

Inventou-se a Política para governar os povos e a Política serve, muita vez, para os políticos se governarem.

Os padres surgiram como enviados de Deus, e logo ficaram nédios e rubicundos, tanto bem fez aos corpos deles o cuidado pelas nossas almas...

IX

LLOYD GEORGE IMPOPULAR

29 de maio, 1913.

Lloyd George queixa-se de que os conservadores e os aristocratas do seu país não podem resignar-se a ser governados por êle, que não estudou em Eton e foi educado por um pobre tio, que ganhava a sua vida remendando as botas da gente pobre. May-

faír, diz êle, horripila-se ao pensar nisto e vingá-se, espalhando a meu respeito as mais negras histórias. E o Ministro das Finanças britânicas sintetiza humorísticamente na seguinte historieta a má fama que lhe criam na opinião média os seus implacáveis e numerosos adversários:

— Uma vez, um bom homem salvou outro de morrer afogado. Levado á presença do Lord-Mayor da terra, que o elogiou com calor, o herói respondeu modestamente: «Não fiz senão o meu dever. Vi que não havia ninguêm ali perto, meti-me á água e trouxe o afogado, tendo tido o prévio e natural escrúpulo de verificar bem que êle não era Lloyd George».

Isto mostra que Lloyd George se sente já impopular não só entre os snobs e os ricos, mas também nas próprias camadas mais vastas de onde parte a popularidade.

O seu êrro está em suppor que só daquelles lhe vem o mal-querer; e é filho dêsse êrro maior que leva os reformadores inimi-

gos dos ricos a descontar a beneficio próprio a gratidão eterna dos miseráveis.

Os pobres são essencialmente ingratos por motivos vários e eternos, e o principal é quererem êles ser, não menos pobres apenas, mas ricos como os que o são. Ora o político que traz para o Govêrno o programa antiqúissimo e nunca realizado de empobrecer os ricos a bem dos pobres, em breve descontenta e desespera uns e outros, porque a uns tira muito sem poder dar aos outros bastante. E os mais desesperados não são os ricos, que com muito menos ainda não ficam pobres, mas sim os pobres, que afinal se vêem na mesma ou peor.

Os pobres são pobres, não por terem pouco, mas por serem muitos. É isto o que torna a pobreza incurável e faz com que o Ministro mais popular seja sempre o que consiga iludi-la. Os que tentem curá-la perderão depressa e totalmente a efêmera popularidade ganha a prometer uma cura impossível.

Populares foram os distribuidores de

paliativos: os que fundaram religiões, espalhando ilusão e resignação; os cézares romanos, empresários de circos; Napoleão, condutor de exércitos ao saque europeu. Lloyd George, coitado, seguiu o peor caminho. Os ricos não lhe perdoam, é certo, o ter segurado nas suas manápulas fortes de vilão a vara do mando, que parece mais dura quando muda de dono; mas ainda menos lhe perdoam os pobres, a quem êle deixou durante a oposição entrever a riqueza, que a vara do poder se não transforme na sua mão em cornucópia inesgotável.

X

ESTATÍSTICA ALEMÃ

2 de setembro, 1913.

Dizem as estatísticas...

É assim que começam todas as fábulas modernas, em que os números falam, quasi

*

sempre com menos verdade do que dantes falavam os animais.

Pois, dizem as estatísticas que a Alemanha está passando, demográficamente, por uma transformação total e inesperada: povo emigrante de outros tempos, ei-la voltada do avêso no decurso dos últimos anos e convertida nem mais nem menos que num país de forte imigração.

Em 1881 dá-se o êxodo máximo dos Alemães para todo o mundo, com a cifra de 220.900 emigrantes: em 1910 este número enorme, diminuindo sem cessar de ano para ano, aparece reduzido a 25.500. Por outro lado, a estatística da imigração para dentro da Alemanha apresenta uma progressão constante e importantíssima:

1890	433.264
1895	486.190
1900	1.028.560
1910	1.259.873

Ora, acontece que estes números, repre-

sentativos da imigração para a Alemanha, interessam sobretudo e grandemente a Áustria, visto que muito mais dum têtço dos homens que anualmente se transferem para o território alemão são austríacos de língua alemã, e que esta forte proporção tende a aumentar.

Mas, se assim é, abra também os olhos a França e vá pondo, com tôdas as aflitivas leis de defesa que possa architectar, os seus preciosos ossos no seguro: agora a população da Alemanha já não aumenta sómente pelo excesso da actividade produtora das mulheres alemãs sôbre a das francesas; aumenta, porque a Alemanha deixou de esvair-se pela válvula escancarada da emigração; e aumenta ainda, porque uma boa parte da produção das mães austríacas vai engrossar, como indicam aquelas estatísticas, os futuros contingentes do já bem pavoroso exército alemão.

E aqui está como a Áustria, sem se haver obrigado a tal pelos tratados, valoriza extraordinariamente, em benefício da Ale-

manha, a quota parte de energia militar que deve fornecer-lhe, nos termos da Tríplice-Aliança. Verdade seja que, por outro lado, dos mesmos números que estamos comentando como tão assustadores para ela, póde a França tirar as mais sorridentes esperanças. Com efeito, o que restará, muito em breve, da Áustria, se os Austríacos de raça alemã continuarem a evadir-se para a Alemanha, na proporção de meio milhão, e mais, por ano? A Áustria é já hoje uma nação onde o elemento eslavo predomina, pelo número e pelo maior valor prolífico. No dia em que o poder hegemónico do elemento alemão desapareça do território austríaco por falta de matéria prima, a fôrça centrífuga do eslavismo actuará sem contrapêso, e a Áustria des-germanizada há de acabar por precipitar-se, em virtude das leis da gravitação política universal, no fóco de atracção da imensa nebulosa russa.

E eis aqui como a Alemanha se prepara, sem dar por isso, para fazer ingredir a Áustria na «Triple-Entente». E eis aqui como

os números dizem tudo, e muito mais, a quem os tome a sério e lhes puxe com geito pela língua.

XI

REFORMAS DE LLOYD GEORGE

2 de novembro, 1913.

O regime da propriedade do solo, na Inglaterra, assenta ainda hoje sôbre este princípio feudal e medieval: *The Crown is the Lord paramount of the soil*. O senhorio da terra pertence á Corôa, e todo o direito de propriedade sôbre o terreno é exercido em nome dela.

Uma das mais estranhas consequências deste artifício jurídico é a prescrição, ao cabo de 99 anos e a favor do dono do solo, de quanto foi edificado sobre êste por quem o arrendou e usufruiu durante aquêle longo período. E assim se explica por exemplo a

monstruosa fortuna actual do Duque de Westminster, a quem pertencem por antiga herança 600 acres de terra no centro de Londres e que hoje chama sua não só a essa área já de si preciosa, mas a tôdas as casas, fábricas, palácios, que a actividade febril de milhares de homens ali construiu durante um século de trabalho, de prosperidade e de progresso.

Assim immobilizado o senhorio da terra nas mãos de meia dúzia de famílias aristocráticas, foi possível a estas custear com o enormíssimo rendimento dos seus bens urbanos a aplicação puramente luxuosa e ornamental de imensos domínios rústicos. E a Inglaterra fez-se deste modo o admirável país onde as cidadés negras de fumo emergem, como pequenas nódoas feias, da verdura edénica dos parques, das matas, dos relvados sem fim e sem iguais...

Lloyd George, rude e bárbaro desmancha-prazeres, declarou guerra á Inglaterra de Ruskin, e quer transformar em fazenda lucrativa a deliciosa quinta de recreio. Tra-

têmo-lo de vândalo, de inestético, de campeão absurdo da Utilidade contra a Beleza; mas não o consideremos, desta vez, como revolucionário.

A Corôa é a verdadeira dona do território. A Corôa, hoje, chama-se o Estado. Dispondo-se a expropriar os *Lords*, a arrasar os castelos, a abater as tapadas, para transformar a pitoresca Inglaterra num imenso e útil batatal, Lloyd George nada inverte, nem inova, nem altera, em matéria jurídica. O que êle quer é, pura e simplesmente, restabelecer em tôda a sua amplitude o velho direito medieval.

Quando o Duque de Sutherland, possuidor actual de quasi milhão e meio de acres de terra inglesa, for chamado a entregá-los ao Govêrno, nada mais fará do que dar o seu a seu dono. Os socialistas do mundo inteiro estão a estas horas satisfeitíssimos com esta nova revolução. Mas esta *nova revolução* é, na realidade, um mergulho profundo na Idade-Média.

XII

ALEMÃES EM ANGOLA

17 de fevereiro, 1914.

A Alemanha está praticando na África uma política intensiva de penetração ferroviária, que visa manifestamente á conquista económica de territórios muito mais vastos e muito mais valiosos do que as suas duas grandes e ressequidas colónias actuais de Leste e Oeste. O avanço tem sido tão rápido e tão certo, que a Bélgica, ao dar por êle, deitou contas á sua vida e achou que precisa de vinte anos e de inumeráveis milhões, para defender contra a infiltração do commercio e da indústria imperiais o Congo herdado de Leopoldo II.

E como a manobra alemã leva geitos de ser um verdadeiro cêrco, tambem do lado de Portugal se ouvem gritos de alarme, que aliás não são, nem fácilmente poderiam ser, seguidos de qualquer acção eficaz.

A Alemanha entendeu-se com a Inglaterra para meter em Angola o seu bedelho financeiro; está tratando de obter participação dominante na nossa linha férrea em construção do Lobito á Catanga; e acaba de conseguir do Govêrno republicano um decreto a que já se chamou da «porta aberta», porque escancara a rica província ultramarina á indústria alemã, e do mesmo golpe trucidará, se for mantido, não só a indústria, mas a navegação luso-africana.

Não sabemos se a Alemanha adoptou êste processo sôrna da penetração pacífica por não estar na sua mão impor o da conquista violenta; ou por escrúpulo jurídico espontâneo de usar pura e simplesmente o *Faustrecht*; ou ainda por cálculo, habilitade e previsão política.

O que é certo é que os Portugueses teem ainda uma longa missão a cumprir na África, e hão de cumpri-la, quer a Alemanha queira, quer não. Expulsar os Belgas do Congo e prescindir deles inteiramente, são coisas simples e fáceis, pois que a substituição

dos Belgas pelos seus primos germânicos se fará sem diferença sensível na obra de aproveitamento dos imensos sertões africanos. Mas o Português é ali insubstituível, porque nenhuma outra raça europeia tem como êle, além da capacidade de resistir aos estragos do clima, as sciências difíceis de lidar com o preto na paz, e de o dominar pela guerra.

Para adquirir estas duas aptidões basilares foi precisa a obra lenta dos séculos, que não se imita, e muito menos se pode improvisar. E assim como, inventado o Estado Livre do Congo e dado mais tarde de presente á Bélgica, não foi possível prescindir dos Portugueses, que lá continuaram a commerciar como dantes, ou até melhor do que dantes—assim o comércio com o indígena será português, quando a Angola já for, se vier a ser, alemã. E se para bater os Franceses bastam os Blücher e os Moltke, Vátuas e Cuamatos não vão abaixo senão com Mou-sinhos, Almeidas, Roçadas e Couceiros.

XIII

INGLATERRA E ALEMANHA

19 de março, 1914.

O caso da penetração económica da Alemanha em Angola continúa naturalmente a apaixonar a opinião portuguesa.

Ainda ontem o «Comércio do Porto», sentinela serena, mas vigilante e incorruptível, dos interesses industriais e comerciais do norte do país, consagrava ao palpitante assunto um artigo que, desde o título ao último período, soava como um dobre de finados.

O que para Portugal há de grave neste caso de Angola é que, longe de ser um caso simplesmente português, êle constitue o novo episódio de uma longa e lenta evolução, que deslocou o centro de gravidade do equilíbrio económico e político do mundo inteiro. O que o «Comércio do Porto» chama, como

bom Português, a «perda de Angola» é muito mais do que isso, porque confirma e acentua o fenómeno mais amplo e mais importante (pondo de parte o que a Portugal importa) da decadência ou da abdição da Inglaterra.

Muitos se iludiram — e nós com êles — com as prestigiosas visualidades do reinado de Eduardo VII. O filho da Rainha Vitória conseguiu triunfar politicamente da Alemanha, isolando-a e tirando-lhe o primado político nos negócios da Europa. O que êle não pôde, nem podia, foi fazer recuar os tempos até o apogeu da era vitoriana, quando a Gran-Bretanha exerceu, económica e politicamente, uma hegemonia que ninguém lhe contestava. A obra do político foi hábil; mas a marcha das fôrças naturais, essa, era e é irresistível.

Diante da Inglaterra levanta-se e impõe-se cada vez mais a expansão formidável dum povo que em nada cede ao inglês pelo carácter, e lhe leva decisiva vantagem pelo método e pelo número. E a Inglaterra recua

e abdica, visivelmente, por t \hat{o} da a parte, sendo hoje incontest \acute{a} veis, sobre a terra e sobre a \acute{a} gua, os sintomas desta abdica \acute{c} o \tilde{a} o.

Os Ingleses perderam j \acute{a} o monop \acute{o} lio do mar e v \tilde{a} o em bom caminho de perder-lhe tamb \acute{e} m o predom \acute{i} nio. A terra firme deixou de estar, como em outras eras, ou nas m \tilde{a} os da Inglaterra, ou em m \tilde{a} os de que a Inglaterra era o bra \acute{c} o. A Turquia era turca, o Congo era belga, Angola era portuguesa, porque, realmente, parecia mal que o mundo f \hat{o} sse todo ingl \hat{e} s, e era justo, ou decente, que uma parte dele se contentasse apenas... em o vir a ser.

Agora \acute{e} o pr \acute{o} prio Ministro ingl \hat{e} s dos Neg \acute{o} cios Estrangeiros que declara em arenga oficial: «Temos terras de mais; aproveitemo-las, e n \tilde{a} o nos faltar \acute{a} que fazer.»

Pobre Inglaterra, for \acute{c} ada a confessar \acute{a} sua custa que o mundo \acute{e} uma p \acute{i} lula muito pequena para dois apetites como o dela!

XIV

ESQUADRA ALEMÃ

22 de abril, 1914.

Os jornais alemães rejubilam, e com razão, das entusiásticas referências que encontram na imprensa brasileira á boa ordem, á disciplina e á correcção dos navíos de guerra e dos marinheiros imperiais, que recentemente visitaram o Rio de Janeiro. E o Govêrno alemão fará bem, se arvorar em sistema de política internacional a exposição das suas esquadras pelos portos de todo o mundo.

Um navio de guerra moderno é uma eloquente fôlha de cadastro da nação cuja bandeira leva. A sciência aperfeiçoou e complicou a tal ponto êsses instrumentos de combate, que cada um deles só pode tomar-se a sério e infundir respeito, quando seja, além dum mecanismo complexo, uma ver-

dadeira instituição social, inspirada e mantida pelas virtudes colectivas que formam e robustecem uma grande nação.

O «dreadnought» é um aparelho de precisão, mas é ao mesmo tempo uma cidade populosa. E é preciso que a povoação fluatante seja admiravelmente governada pelas fôrças reflectidas, humildes, metódicas e honestas, que na terra firme asseguram a Ordem, a Prosperidade e a Paz, para que a máquina possa exercer com eficácia na guerra a sua função devastadora e fulminante.

Mas um «dreadnought», por si só, é nada, afinal. Considerado do próprio e único ponto de vista da sua razão de existir—militarmente considerado—cada um dêsses vulcões-relógios, cada uma dessas grandes povoações concentradas e deslocáveis, não passa de simples unidade e parcela dum todo. Cada um deles, depois de rigorosamente afinado em si próprio, tem que afinar com outros, e com irrepreensível precisão, sob pena de contraproduzir. E na batalha naval

que a esquadra ganhar terá vencido, não o génio do comando, não o heroísmo dos combatentes; mas as qualidades sociais, muito menos dramáticas e espectaculosas, da capacidade administrativa da Nação, e da honradez, da pontualidade e do rigor severo na direcção e no Govêrno do Estado.

Togo não teria destruído em Tsushima a esquadra do Almirante Fulanoff, se do lado japonês não combatesse um patriotismo que se revelou, é certo, por actos de religiosa heroicidade, mas cuja mais sólida característica militar era êsse meio século de administração pública edificante, durante o qual o Japão assimilou e adoptou as virtudes da civilização ocidental. Hoje sabe-se que a direcção naval de Tóquio sofre já de consideráveis vícios europeus; e isto basta para se poder afirmar que é menor agora do que há dez anos a diferença entre um couraçado japonês e um couraçado russo....

XV

REINADO DE GUILHERME II

14 de julho, 1914.

Guilherme II conservou a paz e tornou-a fecunda, zelando o seu papel de generalíssimo dum exército vitorioso e de almirante duma frota militar que êle próprio criou — sem se envergonhar de ser ao mesmo tempo o patrão dos caixeiros e o capataz dos fabricantes. E o seu mérito não está tanto em fazer a Alemanha temida no Exterior, como em a ter mantido em paz consigo própria.

As lutas de classes, de ideas ou de interesses, que devoram outras grandes nações e as vão arrastando ao suicídio, actuam na Alemanha como tónicos e tornam o Império mais forte cada dia. E o mecanismo do Estado é ali tão perfeito e tão ajustado á Nação, apesar das suas aparentes contradições e anacronismos, que os seus serviços públicos

*

não parecem, como em França, rivais que se hostilizam ou ignoram, mas obreiros pontuais e disciplinados da grandeza comum.

Primeiro que nenhuns outros, foram os Cônsules e os Embaixadores alemães que puseram em voga este conceito moderno da «diplomacia de negócios», a diplomacia que não desdenha amarrar no mesmo pacote os catálogos, os preços-correntes, as régias credenciais e os pergaminhos fidalgos. O socialismo alemão é antimilitarista nos livros e nos discursos; mas, na prática, tôda a gente sabe e vê que, no momento preciso, cada deputado da Democracia Social envergará sem hesitar a sua farda de reservista, para ir defender a tiro, contra o querido camarada francês, a intangibilidade do mercado alemão. E o sábio Topsius, filho da douta Alemanha, universalmente caricaturado com os seus óculos, o seu microscópio, a sua filosofia e a sua distracção, estudando em longuíssimos anos pequeníssimas cousas, é o autor das oficinas colossais, das máquinas admiráveis e

dos processos milagrosos que fizeram da Alemanha, numa vida de homem, a concorrente industrial do mundo inteiro. O sábio que os caricaturistas supunham prisioneiro dá sua Torre de Marfim desceu na hora própria, sem ninguém dar por isso, e fez a Escola Técnica. E depois de ter sabido pôr assim a sciência ao serviço da indústria, a Alemanha prepara-se agora para realizar esta idea original e imprevista: fundar por sua conta escolas de engenheiros em todos os países que possam oferecer vasto campo de exportação aos seus artefactos e aos seus maquinismos. Depois dos diplomatas tocou a vez aos professores de descerem da sua prosápia, para se transformarem em caixeiros-viajantes da indústria alemã.

Na História de Portugal chamou-se a D. João II o «Príncipe Perfeito» e isto é injusto, porque mais perfeita que o Príncipe foi a Nação no tempo dêle. Assim é também a Alemanha hoje em dia uma nação perfeita, presidida por um chefe que é a cúpula da perfeição nacional. Se o reinado de

Guilherme II se encerrar sem guerras que destruam o que êle construiu, não é difícil profetizar que será catalogado pela História como uma das obras-primas do nosso tempo.

XVI

A ALEMANHA A CRESCER

20 de julho, 1914.

Quem ler a estatística alemã de 1910 verá que a cada hora nascem, em média, na Alemanha, 225 pessoas e morrem 125. De 16 em 16 segundos nasce um Alemão e de 28 em 28 morre um Alemão. Esta diferença de 16 para 28, no Deve e Haver do balanço demográfico, é o coeficiente do progresso e da expansão da Alemanha: cada minuto que passa aumenta a população do Império em mais de 16 pessoas, ou 100 novos habitantes numa hora, 2.400 num dia, 16.800 por semana, 863.600 por ano.

O pan-germanista ferrenho é assim um dos sêres mais felizes da terra.

Suponhamos que o seu bem empregado dia se consagra todo ás obras patrióticas : suponhamos que, logo depois do pequeno almôço, foi pagar a sua quota ou fazer o seu discurso no respectivo clube naval, contribuindo o melhor que pôde para o aumento da marinha de guerra ; suponhamos que, a seguir, escreveu um longo e documentado artigo, provando que a Alemanha só terá obtido o seu famoso e condigno lugar ao sol no dia em que os dois hemisférios sejam alemães ; suponhamos que á noite assistiu a uma douta conferência, demonstrativa de que o mapa-mundi continúa errado, enquanto Angola e o Congo, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, a Holanda e a Suissa, o Luxemburgo e a Bélgica, a Dinamarca e a Suécia, não forem alemães. Nos curtos intervalos dêstes trabalhos consideráveis bastar-lhe-á pegar no relógio e consolar-se a ver girar os ponteiros.

Enquanto êle assim espera ou repousa,

outros, e outras, labutam activamente na Grande Causa. E nada pode alterar o bom humor ao pan-germanista.

O carro electrico demora-se um minuto e pico? Não importa: entretanto ficam existindo mais dois Alemães na Alemanha.

Chegou a hora de fazer a barba e é preciso ficar 15 minutos parado, inactivo, inútil, ás ordens do barbeiro? O relógio lá está, e não mente: findo êsse quarto de hora enervante, há mais vinte e cinco Alemães neste mundo.

O dia acabou, vem a noite, são horas de dormir, e o pan-germanista é solteiro, ou viuvo, ou está de mal com a mulher? Durma oito horas descansado e feliz: quando acordar, a população da Alemanha contará mais oitocentas almas que na vespera...

... E, assim, sucessivamente, até o dia feliz, e próximo, em que Universo e Alemanha sejam sinónimos.

ÁUSTRIA, RUSSIA, TURQUIA E BALCANS

I

« MALA BESTIA »

24 de março, 1912.

Cavour dizia, defendendo o parlamentarismo num tempo em que, aliás, êste se defendia ainda razoavelmente por si próprio:

— Conheci os dois regimes, o novo e o velho, e cada vez estou mais convencido de que a peor Câmara é ainda assim preferível á melhor ante-câmara.

Cavour tinha razão, decerto; mas o robusto Balzac não era também desarrazoado, quando pela mesma época escrevia que o

despotismo fizera ilegalmente grandes coisas, ao passo que a liberdade não se dá ao trabalho de fazer legalmente coisa que se veja.

É claro que não pretendemos resolver aqui, com frases de vitrina, o problema de saber se nos convêm mais ser mal governados por Nero, se por João Fernandes & C.^a, Limitada. A solução dêste problema é absolutamente destituída de qualquer interesse prático e por isso resta-nos *desfrutar* o parlamentarismo, visto que temos de o sofrer, ou só o poderemos substituir... por coisa que o valha.

Um dia dêstes votou a Duma de todas as Rússias uma lei nova contra o alcoolismo de todos os Russos. Por essa lei fica proibida a venda de bebidas aos sábados e ás vésperas de feriado, desde as duas horas da tarde; e durante todo o dia aos domingos, nos dias de grandes festas religiosas, nos dias de gala imperial, nos três primeiros dias da Páscoa, e ainda nos de festas locais ou paroquiais, e naquêles em que haja distúr-

biós, paredes, catástrofes e quaisquer regozijos populares. Isto equivale a proibir a venda de bebidas—incluindo o vinho e a própria agua com açúcar, 365 dias cada ano e 366 nos bissextos. No entanto é assim que reza a nova lei, pela qual apenas fica permitida a sopa, o bochecho, o gargarejo e a lavagem dos dentes. O próprio beijo passará talvez, em face dos textos, a ser ilegal, quando se não mêta entre as bôcas um papel de mata-borrão.

O leitor dirá talvez, com bondosa indulgência, que a Duma é um parlamento ainda de mama, um parlamento bebé, que quer fazer leis, mas apenas consegue, como é tão próprio da sua verde idade, fazer tolices. E acha que tudo ficará bem, desde que combinemos chamar «gracinhas» áquilo que os deputados russos chamam leis. Mas, se olhar para outros parlamentos adultos, e até velhotes, que abundam por êste mundo, verá que a Asneira é quasi sempre o Espírito-Santo das assembleias legislativas.

Os Romanos, como falavam em latim,

não tinham papas na língua, e definiram o fenómeno com esta conhecida brutalidade :

SENADORES BONI VIRI; SENATUS AUTEM
MALA BESTIA

Os Romanos não perderam o seu latim, porque de há dois mil anos para cá — não há a êste respeito nada de novo.

II

ELEIÇÕES NA TURQUIA

19 de abril, 1912.

*Paisagem eleitoral, chegada agora, fresqui-
nha, da Turquia :*

Ouve-se ao longe uma orquestra e começa-se a ver avançar, lento, grave, solene, um cortejo de algumas centenas de pessoas. No meio delas, roda vagarosamente um carro enfeitado de colchas e flores, com uma grande caixa de madeira, que é a urna, em viagem para o bairro onde

a eleição se realiza nesse dia. E sentados nos bancos da carruagem vem um velho de longas barbas brancas e duas meninas turcas, vestidas de branco e toucadas de rosas e papoulas. A cada passo pára a procissão e levanta-se o velho de barba fluvial, para fazer um discurso donde consta que Allah é grande e o partido União e Progresso um nadinha, apenas, mais pequeno. A multidão aplaude e o cortejo segue o seu caminho.

Para votar, o cidadão turco incorpora-se na procissão, empunha uma bandeira, marcha, aplaude e grita como os outros. Depois, na grande sala onde a urna foi pousada, o mukhtar declara que a eleição vai começar e cada um póde votar como quizer. O eleitor recebe vários papeis que lhe apresentam e que êle não distingue uns dos outros, porque não sabe ler nem escrever. Alguêm diz-lhe do lado: «Allah é grande!» e indica-lhe qual o papelinho que deve ir para dentro do caixote. O homem cumpre, pois

que Allah é grande. E o acto cívico recomença identicamente para outro cidadão...

Às vezes, raras vezes, há graves casos de consciência e perturbações da paz eleitoral. Exemplo, a revolta que ia provocando o boato espalhado pela opposição de que o pêlo da barba de Mafoma, enviado pelo governo para a mesquita de Pritchina, na Albânia, não era tal de Mafoma, mas dum pachá qualquer contemporâneo. O povo quiz pôr o pêlo á prova, isto é, submetê-lo á acção do fogo, pois sendo do Profeta ficaria incombustível, e, ao contrário, arderia como palha, se pertencesse a uma barba sem história. Allah é grande; mas o governo esteve, por um cabelo, a ponto de perder as eleições numa província.

Tal é a paisagem eleitoral, chegada agora, fresquinha, da Turquia. Dela podemos concluir afoutamente que Allah é grande — e que as eleições, no fundo, são assim turcas para todo o mundo.

III

VELHICE DOS JÓVENS-TURCOS

9 de agosto, 1912

Os Jovens-Turcos envelheceram tão rapidamente, que a Turquia está sendo outra vez governada pelos velhos Turcos, e não sente a mudança. O partido da União e Progresso, revoltado contra a tirania, organizou, para salvar a pátria, uma tirania apenas diferente da anterior em ser exercida por gente diferente. A União e Progresso, tornada assim Retrocesso, ficára apenas União; mas também êste pouco acabou já: o Senado, votando sem custo a dissolução da Câmara, tão joven-turca como êle, iniciou irremediavelmente a fase sombria da desunião.

Mas os redentores não se limitaram a crucificar-se a si próprios. A Turquia, que não quer morrer, continuou a mostrar, como dantes, que não sabe viver. O Crescente não saíu do seu quarto minguante. Perdeu a Bos-

nia, a Herzegovina, a Romélia e a Bulgária, de todo. E vão pelo mesmo caminho a Tripolitânia e as ilhas do Egeu, não falando da Albânia que, porque tem montanhas, já cuida que mais nada lhe falta para ser uma república de tipo montanhoso, como a exemplar Suíça.

Incapaz de viver, a Turquia tinha no entanto um remédio, único e último, para ir morrendo devagarinho, Esse remédio era o seu exército, que vencera os Gregos, ia vencendo os Russos e esperava vencer os Italianos. Nunca foi, é certo, a nação armada; mas não era também, como agora, a nação armada contra si própria. A política, subtil veneno, transformou a arma de defesa em instrumento de suicídio. Os generais perorraram nos comícios: os soldados assinaram jornais; a tropa filiou-se num partido. E então o que tinha de acontecer, aconteceu. *Partido*, vem de *partir*, *quebrar*; donde resulta que não pode haver *um* partido, mas, pelo menos, *dois* cacos. E a Itália espreita o momento em que os dois cacos se sobrepo-

nham de geito, que a sua bota possa reduzi-los eficazmente ao pó inicial e derradeiro...

Feliz Itália! Ia batendo com as ventas na Sublime Porta — e afinal dá com ela arrombada de dentro.

IV

A QUESTÃO DO ORIENTE

(Edição infantil)

9 de outubro, 1912.

A razão por que existe uma «questão» do Oriente e não a há do Ocidente é o mapa da Europa quem no-la explica melhor do que quaisquer longos discursos. Para ocidente a Europa é amplamente aberta sôbre o mundo inteiro. Os Alemães, os Ingleses, os Franceses, e quási todos os outros povos europeus tem livre o caminho do mar, sem receio de que alguêm lh'o intercepte. Os próprios Aus-

tríacos e Italianos, se bem que ameaçados pela estreiteza da porta de Gibraltar e pela instalação da Inglaterra no ombral europeu, confiam no entanto que a internacionalização de Tânger lhes deixará sempre folgada a passagem do Atlântico; e, além disso, como nações mais orientais, o Oriente interessa-as mais do que o Ocidente.

Mas do lado do Levante o aspecto é muito outro. Aí encontra-se o longo e espesso muro da Rússia, o gradil mais baixo e mais fraco da Turquia e o corredor de Suez. A passagem oriental é assim, não um amplo embarcadouro acessível a todos, como a de ocidente, mas uma vedação que, por terra, é preciso saltar com licença da Turquia. E a Turquia dá sempre e a todos licença, pela razão forte de que não tem fôrça para a recusar a ninguém. É por isso que a Turquia dura, apesar de fraca; é por isso que ela não pôde ser forte, e é por isso que existe — e há de existir sempre — uma questão do Oriente. A questão do Oriente é, em resumo, o mêdo de que se feche uma porta; e este mêdo re-

sulta naturalmente do desejo que muitos, se não todos alimentam, de a fechar cada um em seu próprio proveito. Se a Turquia, se a Rússia, se a Áustria, se a Bulgária pudessem, qualquer delas reforçaria a porta oriental e diria: *Por aqui não passa senão quem eu quiser*. E o receio que esta violência possa ser tentada e realizada por qualquer nação da Europa faz com que todas vivam num permanente estado de desconfiança recíproca e explica muitas anomalias, disparates e crimes, que parecem inexplicáveis quando se encaram isoladamente e com olhos superficiais.

A Áustria, única das grandes nações europeias que não possui colónias distantes, julga que lhe deveria caber, como á Rússia, o direito de expandir-se por contiguidade; não o pode fazer, porque lho não consentem os outros, com mêdo de que a porta se feche. A Bulgária espera ainda merecer um engrandecimento geográfico que englobasse no mesmo todo político irmãos seus agora desabrigados e infelizes; esta esperança não pode

realizar-se, porque uma Bulgária forte facilmente cederia á tentação de fechar a preciosa porta. Assim como em 1815 se inventou a Bélgica, poderia resolver-se de um modo igualmente artificial o problema do Oriente, fundando nos Balcans ainda turcos um Estado semi-autónomo e semi-internacional, que ao mesmo tempo constituisse a indispensável passagem livre entre ocidente e oriente, e a indispensável fórmula de equilíbrio político para a transição entre cristianismo e islamismo. Mas a esta solução preferiu-se a Turquia europeia com as suas desordens e os seus morticínios, porque se receia abrir, modificando o *statu quo*, caminho ao predomínio exclusivo da Rússia ou da Áustria, e assim fechar a porta do Oriente.

E eis aqui como essas míseras populações balcânicas da Albânia, da Macedónia, da velha Sérvia e do Epiro continuam a sofrer um inferno de desgraças e dores. Assim como Martim Moniz se deixou esmagar na porta do castelo de Lisboa para que os seus companheiros de armas pudessem

entrar pela nesga aberta com o seu cadáver, assim a Europa vai deixando atravancar de cadáveres, para assegurar a passagem, essa nefanda Porta do Oriente — que por cruel ironia do acaso ainda ás vezes se chama Sublime.

V

GUERRA Balcânica

3 de novembro, 1912.

Júlio César nasceu em Roma, Alexandre Magno era macedónio e Bonaparte, corso. É bom ter isto em vista, no momento em que os quatro «pequenos estados» balcânicos se encontram em luta acêsa com a sempre diminuenda, mas ainda exorbitante Turquia. Cinco nações em armas, combatendo-se numa guerra de vida ou morte que mais parece uma cruzada, — eis aqui um momento único para o aparecimento e a expansão

de uma nova grande figura militar. E como as terras onde o Mediterrâneo se encaixilha são férteis em génios dessa espécie, quem nos diz a nós que se não está levantando neste instante das bandas do Oriente um futuro sol guerreiro, capaz de iluminar ou incendiar a Europa inteira? A Macedónia antiga era também um pequeno estado balcânico, o que a não impediu de gerar Filipe e Alexandre; a Córsega, que nem tanto era, deu á luz Napoleão.

Lembremo-nos igualmente de que o mundo pertence, em partes aproximadamente iguais, á Fôrça e á Manha; e que a pátria de Machiavel e a do sr. Venizelos — a Itália e a Creta — estão á beira das mesmas águas azuis...

A cavalaria búlgara já chegou, no seu galope, às areias do Egeu; os soldados da Sérvia podem muito bem ter acampado quando estas linhas se publicarem, á vista do Adriático; e os nossos ouvidos ocidentais começam a afazer-se à música bárbara dos nomes de Savof, Dimitrief e Sfepa-

novitch, organizadores ou condutores dessa campanha fulminante que em menos de 15 dias fez da Turquia a cabeça de turco das suas vítimas de cinco séculos.

No entanto a Europa recua. Os *pequenos estados* já vão sendo por ela crismados em *potências* balcânicas. Já se não ouve a cega-rega do *statu quo*, estribilho da diplomacia sonâmbula. A Áustria, adversária profissional dos eslavos do sul, descobre agora que também é eslava, pois que são eslavos 60 % dos seus soldados. Antes de Kir-Kilisse não tinha dado por êles; agora já receia que não queiram marchar contra os seus irmãos sérvio-búlgaros.

O ferro vitorioso é magnético. O clarão do fogo atrai as borboletas e os homens. Neste momento a humanidade inteira sente-se arrastada, por uma corrente de simpatia irresistível, para os aliados balcânicos, pronta a voltar-se para os Turcos se, na sua agonia, êles tiverem um sobressalto de reabilitação.

VI

A SURPRESA ORIENTAL

6 de novembro, 1912.

Se se pode chamar maravilha ao fenómeno cujas causas se não compreendem bem, há um facto mais maravilhoso do que a destruição da Turquia Europeia em menos de três semanas: é a desprevenção total da Europa e do mundo inteiro, em face das premissas donde saiu semelhante resultado. Compreende-se que a vitória do Japão sobre a Rússia pudesse ser e tenha sido uma surpresa para toda a raça branca: afastado e isolado geográficamente, mais ou menos impenetrável á nossa psicologia caucásica, o Japão conseguiu viajar incógnito pela estrada que o levou em poucas dezenas de anos da situação de país colonizável á de grande potência mundial. Compreende-se também que a Turquia se deixasse cair na ratoeira balcânica com a facilidade que se

viu: os próprios factos da guerra mostram que o seu governo era a anarquia; e um país que a anarquia governa marcha a pé firme e de olhos fechados para o suicídio.

Mas como explicar a imprevidência imensa da Europa e a sua formidável ignorância das condições que tornavam fatal a vitória do assalto greco-eslavo? O oriente da Europa não é o Japão longínquo, mas a própria Europa; e, no seu continente, que é o menos vasto de todos, a parte mais melindrosa e vigiada. Ali convergiam, de longa data, as atenções, cuidados, receios, ambições, curiosidades, pesadelos ou sonhos de todo o sistema político internacional do velho mundo. Ali se consideravam assolapados, como numa boceta de Pandora, os maiores perigos e as mais pavorosas ameaças de desequilíbrio europeu. Ali concentravam as nações dirigentes a sua melhor polícia diplomática. E os elementos de informação escrita, sôbre o problema do Oriente, medem-se por toneladas, ou por bibliotecas.

Vivemos, salvo êrro, no século xx, o sé-

culo da Imprensa, da informação rápida e da telegrafia sem fio. Em cada obscuro burgo da terra há um homem encarregado de telegrafar ao seu grande jornal o que se passa na sua aldeia minúscula. E as grandes capitais estão ligadas por fios especiais, com o fim de trocarem umas com outras, sem perda de um minuto, as notícias maiores, aquelas que, na opinião de quem as destaca do infinito dos factos, são susceptíveis de interessar o mundo inteiro, porque influem ou podem influir nos seus vastos destinos.

No entanto, apesar dêste complicado e perfeito organismo de observação e de transmissão, ainda é possível uma surpresa como aquela a que acabamos de assistir: em dez dias, entre 19 e 29 de outubro, a Turquia é literalmente varrida da Europa, onde se conservava há mais de quatro séculos e meio. Para que tão grande resultado se efetuasse em tão reduzido tempo foram por fôrça necessárias preparações lentas e seguras: preparação dos aliados eslavo-gregos para a vitória, preparação dos Turcos para a derrota.

Pois tudo isso se fez sem que a diplomacia e a imprensa o notassem, como deviam, a ponto de poderem matematicamente prever o que afinal succedeu.

Há um conto de Mark-Twain que gira em torno desta idea cómica: o roubo de um elefante branco. O objecto roubado é enorme e único; no entanto ninguem dá com o paradeiro d'ele, nem descobre aqueles que o sumiram. A ignorância da Europa em face das condições que se davam no Oriente lembra a invenção do humorista americano, e mostra que o Homem é incapaz, não só de reconstituir o passado e de prever o futuro, mas até de compreender o próprio presente.

VII

REI DA ALBÂNIA

6 de Janeiro, 1914.

Tive a noite passada um pesadelo horrível: sonhei que havia sido sorteado para

Rei da Albânia e vi-me grego no meio dos Gregos, dos Montenegrinos, dos Sérvios, dos Búlgaros, dos Turcos, dos Austriacos, dos Italiaños e dos Albaneses.

Fui convidado a aprender rápidamente uma língua que não tinha dicionários, nem gramáticas, nem clássicos, nem literatura, nem ortografia; e quando já sabia dizer em albanês, pelo método de Berlitz, que o rei tem quatro castelos, declararam-me que não havia em tôda a Albânia lugar decente onde eu pudesse viver.

Quis estudar á pressa a História Geral da Albânia, para polvilhar o meu primeiro discurso da Corôa de citações e aproximações que concitassem a simpatia dos meus novos súbditos; mas a História da Albânia resumia-se em duas palavras — *vide* Calábria — e só me inspirou esta imagem pouco oportuna e muito impolítica, de um trabuco de salteadores que se transforma em scetro monárquico e de uma capa de ladrões promovida a manto rial.

Perguntei que elementos principais de

colaboração administrativa ficariam de começo á minha disposição, e responderam-me que já havia govêrnos locais organizados e florescentes em Valona, sob a direcção de Ismail Kemal; em Durazzo, sob Essad Pachá; em Aléssio, sob Ded Zozu, não contando os Mirdhitas, dirigidos por Bib Doda, e os Mallissores católicos, com um govêrno eleito pelas tribus. Mas acrescentaram que êstes chefes se mandavam cordialmente assassinar uns aos outros todos os dias, enquanto não chega a hora de se abraçarem uns aos outros, para aplicar a mesma receita ao primeiro chefe que lhes venha, a todos, de fora...

Um rei em projecto tem de mostrar mais coragem ainda do que os que já estão instalados. Quando ouvi aquilo, saltei no primeiro vapor e mandei fazer rumo a Scutari.

— A Scutari não, Sire! atalhou logo o Conselheiro. A Itália desconfiaria...

— Entremos então por Valona!

— Por Valona, Sire?! Não pode ser. A importante família feudal dos Toptani, a que pertence Essad Pachá, veria logo aí um in-

dício de preferência por Ismail Kemal, que governa em Valona...

— A Durazzo, então! gritei, já farto.

— Estamos na mesma, ou na contrária, Senhor. Desembarcar em Durazzo, onde governa Essad, era descontentar de entrada Ismail Kemal e os seus amigos!...

... E assim foram postos de parte, como pontos de desembarque, S. João de Médua, Aléssio, e as mais sumidas baías e enseadas de tôda a costa. Resolvi então cair na Albânia de cabeça para baixo, como o cepo da fábula entre as rãs que pediam um rei. E quando já me tinha despenhado do aeroplano de Pégoud e ia a tocar com a corôa nas montanhas, a aflição fez-me acordar.

VIII

PRELÚDIOS

14 de junho, 1914.

Que me conste, existem hoje em tôda a Europa três países onde os cidadãos este-

jam contentes não só uns com os outros, mas com as instituições que os regem e com os chefes que neste momento simbolizam ou representam essas instituições. Refiro-me á Grécia, á Sérvia e ao Montenegro.

A Alemanha continua no equilíbrio instável entre militarismo e socialismo. A Itália está a braços com um movimento generalizado de paredes revolucionárias. A França vê-se em vésperas de uma dissolução parlamentar ou de uma abdicação presidencial. A Inglaterra encontra-se abalada pelo histerismo das mulheres que querem votar porque ninguém vota nelas, e com ameaças de guerra civil por parte de uma província que se revolta, porque não quer ser autónoma. A Espanha debate-se entre as vermelhidões contraditórias de Maura e de Soriano. Portugal, á beira-mar estirado, não encontra posição na cama. Bélgica e Áustria contorcem-se no pandemónio das raças, das classes, das religiões e das línguas. A Suécia atravessa uma crise que já esteve por pouco a atingir a dinastia. A Rússia é a Rússia,

isto é, um fermento amorfo, misterioso, promedador de todas as surpresas...

Por toda a parte, no velho continente onde em mil e quinhentos anos os homens pouco mais fizeram que bater-se, meio século de paz internacional deu este inevitável resultado: a guerra civil estremece ou rosna dentro de cada nação, e as únicas nações onde os irmãos não arreganham o dente uns aos outros são aquelas que, no extremo Sudeste, ainda não acabaram de digerir a presa opípara das suas vitoriosas conquistas sobre o Turco.

Se outros sintomas não houvesse de que uma grande guerra europeia se aproxima, êste só bastaria para nos edificar a tal respeito.¹

A Europa congestionada precisa de uma sangria e há de tê-la. O homem é um animal belicoso que acomete o irmão, quando não pode atirar-se ao vizinho.

¹ A grande guerra estalou mês e meio depois. Este artigo foi publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, edição da tarde de 10 de julho de 1914.

IX

ENTÊRRO À MODA DE ÁUSTRIA

19 de julho, 1914.

A Áustria é, notóriamente, uma nação composta de archi-duques, e gado.

Naquele curioso país só pertencem de facto ao género humano as pessoas acauteladas que chegam a este mundo pelo único veiculo que a Pragmática julga decente, e vem a ser um ventre de archi-duquesa. As outras amargam a vida inteira, e ainda depois de mortas, o peccado original e no entanto archi-vulgar, de não serem filhas de archi-duques, mas apenas de duques, de condes e de gente.

— Ainda depois de mortas?...

— Como V. Ex.^{as} vão ver:

O herdeiro de Áustria, há dias assassinado na Bósnia, era casado com uma dama que veio ao mundo dentro de uma simples

condessa húngara, o que equivale, para os efeitos arquiducalis, a ter nascido num curral, como qualquer Menino-Jesus. Este defeito de nascença pagou-o em vida aquela senhora, permanecendo a simples esposa morganática, ou tolerada, de um archi-duque; e produzindo assim três filhos que nunca poderão ser archi-duques, como o pai, pela razão irremediável e grave de pertencerem, pela linha materna, á casta inferior do gado austríaco.

Eis senão quando vem a Morte, na figura de um patriota sérvio, e leva de uma vez os dois cônjuges. Porque morreu aquela pobre mulher? Únicamente por ser a mulher do archi-duque herdeiro de Áustria. Se ela tivesse casado com um mísero conde, como era seu pai, ou se ainda fôsse solteira, estaria a esta hora archi-viva e archi-sã. A sua morte foi assim uma espécie de condecoração e, se a morte é um decreto da Providência, poder-se-ia dizer que a Providência quis promover desta maneira à dignidade archi-ducal a esposa morganática do archi-duque...

Mas a Casa de Áustria é muito mais pontinhenta do que a Providência e por isso determinou que nas pompas fúnebres ficasse bem marcada, para os dois cadáveres nivelados pela Morte, a diferença de estirpe e jerarquia que desnivelara em vida os dois esposos. A urna funerária do marido era mais rica, mais bela, e repousava sobre uma eça mais alta que a da consorte...

Francisco Fernando, o archi-duque, mostrou nas suas próprias exéquias, nunca ter tido nas veias o sangue do fogo e no peito o coração de aço, que immortalizaram Pedro o Cru. Pedro o Cru, nas mesmas circunstâncias, saltaria furioso do seu caixão, meteria nele o cadáver da mulher que tanto amara e, mesmo depois de morto, fá-la-ia, emfim, archi-duquesa.

SEGUNDA PARTE

1914-1915

1914

I

FRAQUEZAS DE COLOSSO

2 de agosto.

Em face da possibilidade de guerra próxima os jornais franceses exaltam naturalmente o valor militar actual da Rússia.

Em 1902 a população do Império era de 139 milhões; em 1908, de 155 milhões; em 1913, de 171 milhões. Quer dizer: de seis em seis anos a Rússia aumenta como se tivesse incorporado uma Espanha; de doze em doze, como se houvesse absorvido uma França. O contingente anual dos recrutas vai além de 1.200.000 homens. Em pé de guerra, o exército russo conta hoje com perto de seis milhões de homens e, se fôr necessário, disporá amanhã de déz milhões.

Há dois anos a artilharia pesada contava 21 baterias. Hoje, cada um dos corpos do exército russo-europeu, dispõe de 12 peças de 120; a sua artilharia triplicou. Melhoraram-se ou transformaram-se as fortalezas, a poder de milhões. Junto ás fronteiras da Rússia estão nove corpos de exército; cinco, junto ás da Áustria; e os restantes guarnecem a Finlândia, o Cáucaso e a Ásia Russa...

Não há dúvida: a Rússia é enorme. Esta é a sua grande fôrça, mas tambem, pela ironia das coisas, a sua maior fraqueza. Se a guerra estalou já entre a Áustria e a Sérvia porque a Alemanha a quis; se amanhã a guerra deflagrar em tôda a Europa porque a Alemanha a quer, convençamo-nos todos (e a França antes de mais ninguêm) de que a Alemanha precipitou a guerra exactamente porque o seu melhor trunfo, a esta hora, é ainda a enormidade da Rússia.

No dia em que a rêde das suas linhas férreas estratégicas estivesse completa, a Rússia teria virtualmente diminuido de extensão, pela facilidade de mobilizar com:

maior rapidez, fazendo-os convergir para os pontos mais críticos, os seus contingentes mais longínquos. Êsse dia, com certeza, não o deixará a Alemanha chegar de braços cruzados e espada na bainha. Ela romperá fogo a tempo de que o formigueiro moscovita não possa ainda viajar de comboio.

Se a Alemanha acerta, teremos dentro de alguns meses, a oriente da Europa, uma grande Alsácia-Lorena russa. Se os seus cálculos falham, a Europa vai ver de novo o espectáculo grandioso e terrível, que há mil anos não via, das torrenciais e inundantes invasões de bárbaros.

II

NÃO TENHAM PRESSA !

3 de agosto, 1914.

Ha pouco mais de um mês, comentando o desassossêgo interno de quási tôdas as na-

ções europeias, tirávamos do que víamos esta conclusão profética :

« Se outros sintomas não houvesse de que uma grande guerra europeia se aproxima, êste só bastaria para nos edificar a tal respeito. A Europa congestionada precisa de uma sangria, e há de tê-la. O homem é um animal belicoso, que acomete o irmão, quando não pode atirar-se ao vizinho. » ¹

Ça y est. Fomos profetas na nossa terra, e daí não tiramos maior vaidade, que o *quantum satis* a que tem direito quem vê o que entra pelos olhos dentro.

A Áustria atirou-se já ao vizinho sérvio e espera liquidá-lo em poucos dias, para se voltar de braços livres contra o russo. E a Alemanha preparou-se em segrêdo para se lançar de improviso contra os vizinhos russo e francês ao mesmo tempo.

É possível que o estado de guerra se limite ás quatro grandes potências dos dois

¹ Vide pag. 144.

agrupamentos franco-russo e austro-alemão. É possível que a Itália se poupe para se oferecer a quem mais possa dar. É possível que a Inglaterra aguarde até poder vibrar a seu tempo, com frialdade britânica, o golpe de misericórdia... no vencedor. A guerra não deixará de ser por isso uma guerra europeia, e de dar talvez uma brutal desilusão às almas cândidas que ainda neste momento esperam ver tudo outra vez em paz ao fim de poucos meses ou de poucas semanas.

— Os armamentos modernos (pensam elas) são tão medonhamente mortíferos, que tornam inconcebível a possibilidade de um estado de guerra prolongado. E acrescentam: Os interesses financeiros são tão enredados e vastos, tão íntimamente ligados aos interesses da paz, que em pouco tempo abafarão a guerra...

Ora, a não ser que a douta Alemanha haja treslido; a não ser que ela caia em si, depois de ter caído na tolice de provocar directa ou indirectamente meio mundo; a não ser que ela peça paz amanhã ou depois,

liquidando a sua marrada cega com um prejuízo enorme de terras, de barcos e de marcos, — a guerra, uma vez disparada, não pode parar tão cedo.

Não importa que morram milhares de homens, porque o estado natural de todos os homens é a guerra, e não a paz. Não importa que a Finança experimente de entrada incalculáveis catástrofes, porque o oiro não se some: o oiro desloca-se, e como a sua função normal é gerar mais oiro, êle achará depressa a fórmula de medrar na guerra, como tem medrado na paz.

O que não pode conceber-se facilmente é o contrário: é que um Continente inteiro desarrumado se arrume outra vez em poucos anos, e sobretudo em poucos meses.

III

SALTA UM MINISTÉRIO NACIONAL!

5 de agosto.

Preparemo-nos para ver isto: Se a gra-

víssima crise europeia não pudér ser resolvida pacificamente, estalará em Paris uma revolução, o gabinete Viviani será derrubado e em seu lugar organizar-se-á um Grande Ministério nacional. Ou então, sem revoluções nem motins, o próprio Viviani há de deitar-se abaixo espontâneamente, declarando que em face do perigo soou a hora de ceder o lugar a um govêrno de salvação da Pátria e defesa do território. E isto será ainda mais característico.

Ao mesmo tempo a Inglaterra, e a Alemanha também, entrarão em campanha mantendo intactas as listas dos seus Ministros e dirigentes supremos. Os mesmos homens que eram bons para governar o país em tempo de paz sê-lo-hão para o guiar e dirigir na guerra. Ou, por outras palavras: não será preciso, como em França, compor e organizar á pressa, na hora crítica, um govêrno nacional, pela razão simples de que aquelas nações julgam sensato, elementar, e claro como água, que uma nação seja sempre, e não apenas nos momentos solenes, gover-

nada como nação que é, em vez de o ser como quinta de recreio de um partido, ou monopólio de uma seita exclusiva.

Fizeram-se há poucas semanas eleições gerais na República Francesa. Constituiu-se assim uma maioria parlamentar, de onde por sua vez emanou um govêrno. Êsse govêrno devia ser nacional, visto que saíu da representação nacional. Devia ser, mas não é. É legal, é constitucional, é regular. Sómente, não é nacional. E não é nacional, porque em França há uma lógica política que os políticos estabeleceram e respeitam, mas que não toma em conta as realidades.

No dia em que as realidades, brutalmente, se sobrepõem aos interesses políticos, vê-se então que tudo está errado. Vê-se que se estava governando para gôzo dos políticos, não com a nação, mas sem ela, ou até contra ela. E faz-se á pressa, tarde e a más horas, o govêrno que já devia estar feito e a quem cabe a tremenda tarefa de realizar êle só, em poucas horas, o que os

seus antecessores não realizaram em dezenas e dezenas de anos.

IV

FALTA DE NOTÍCIAS

6 de agosto.

A guerra!... A guerra!...

Em Portugal, em Lisboa, não pensamos noutra coisa. O dia, para nós, só tem duas horas: aquela em que corremos para os jornais da manhã, e aquela em que assaltamos os jornais da noite. Todas as outras são preparatórias destas: ou sonhamos com a guerra, ou comentamos a guerra, ou perguntamos pela guerra, ou esperamos sobre brasas os jornais que nos falem da guerra. E quando essas fôlhas chegam ás nossas mãos, que a curiosidade transformou em garras, ficamos enclausurados na mesma enervante ignorância anterior, porque o jornal, o informador,

o coscuvilheiro, o espião, o infatigável falador de sempre — sabe agora tão pouco como nós.

A guerra europeia foi prevista com horror durante anos, porque todos receávamos que ela viesse a ser a destruição de tudo. Mas não nos ocorreu que a primeira coisa destruída, e por enquanto talvez a única, fosse precisamente o jornal. Não nos lembrámos de que, para haver notícias da guerra, é necessário que as fontes de notícias não sejam turvadas tôdas pela guerra. E custa-nos ainda a habituar-nos a esta idea, no entanto relativamente simples : onde todos se batem, não há quem fique de vago para nos contar como todos se estão batendo.

A guerra atraiu ao sorvedoiro milhares de jornalistas, paralisou os correios, destruiu ou amordaçou os telégrafos, cortou o fio á telegrafia sem fio, generalizou a censura, isolou do resto do mundo nações inteiras e privou-nos do serviço de uma prestimosa classe, que só pode medrar na relativa paz : a dos correspondentes de guerra.

Resignemo-nós, portanto, e quanto antes, á situação de ignorância total que nos compete, e que é mais ou menos a do pobre soldado, perdido e calado no fundo da sua trincheira, último a saber se ainda há guerra ou se a paz já voltou, e se êle próprio venceu, perdeu, ou morreu.

V

A FLEUGMA

10 de agosto.

A Grã-Bretanha entrou na guerra como Alteza Sereníssima que é. E continua, no pleno atordoamento geral, a sustentar a palma da serenidade. Se o mundo pertence ainda á gente fria, devemos supor que não soou para ela, por enquanto, a hora da decadência, porque a sua temperatura é correcta. E, a não ser que o termómetro esteja errado, a vitória final será sua.

Todos notaram que o Govêrno inglêz só declarou a guerra quando viu ameaçada a majestade do interesse britânico; e todos viram que esse momento coincidiu com a quebra violenta da neutralidade belga. A Inglaterra interveio então para acudir aos fracos, para defender os tratados... e para tratar de si. E a esta hora a consciência universal agradece á Inglaterra o ter feito, em benefício da humanidade, a única coisa que convinha á Inglaterra.

Espero que o leitor tenha lido os discursos históricos proferidos ante os respectivos parlamentos, por Mr. Viviani e por Sir Edward Grey. Mr. Viviani chamou mentiroso ao Imperador da Alemanha. Sir Edward Grey não falou da Alemanha, nem de Alemães, nem de Imperadores. Quem lesse o seu discurso, sem conhecer os precedentes e as circunstâncias, ficaria ignorando da mesma maneira a existência de quaisquer elementos, grandes ou pequenos, alheios á honra britânica, ao dever britânico e ao interesse britânico. E quem lá fôsse buscar a definição

histórica, patética e melodramática do pavoroso cataclismo europeu, voltaria desconsolado com a simplicidade oratória do estadista inglês. Sir Edward Grey não fez filosofia, nem literatura: disse o que era preciso dizer, sem comentários e sem franjas, exactamente como se se tratasse de defender um projecto de lei sôbre a tarifa do açúcar ou a mão de obra nas minas do Transvaal.

Quanto ao primeiro ministro, Mr. Asquith, levantou-se na sessão de 4 de Agosto para comunicar ao Parlamento que a Inglaterra entrava em guerra com a Alemanha. Falou cinco minutos, dizendo que o país estava unido; e já a sentar-se, ageitando para essa operação as abas do fraque, terminou desta maneira:

— Amanhã apresentarei o projecto para um crédito de guerra de cem milhões de libras.

Em seguida os deputados trataram de coisas miúdas, como nos outros dias. Estavam todos sereníssimos, menos um. Êsse um era o ruivo Mr. Ginnell, que pedia a pala-

vra muito nervoso, para perguntar como havia, durante a guerra, de escrever para a China. Os colegas sossegaram-no, com uma gargalhada geral; e assim desapareceu esta única excepção, confirmativa da regra.

VI

EMENDA PIOR QUE O SONETO ?

12 de agosto.

Um dos Portugueses que melhor desfia o novelo da política internacional, o Sr. Constâncio Roque da Costa, apresenta e defende hoje, com muita habilidade, uma tese bem original e inesperada: «Não parece que a Alemanha persista no plano de invadir a França, se é que chegou a pensar nisso a sério. O mais provável é que o seu objectivo principal seja, por agora, incorporar no Império a Dinamarca, a Holanda e a Bélgica, com as respectivas possessões, o que alar-

garia imensamente os seus domínios de além-mar.»

Em tempo de guerra, fantasias por mar, fantasias por terra. Já não é brincadeira fazer previsões e profecias desta espécie em tempo de paz, quando as bases de cálculo oferecem alguma estabilidade: agora, que o trunfo é espadas e pólvora, e a regra do jôgo manda «baralhar e tornar a dar», não há papel mais ingrato, nem mais contíguo á «triste figura», que o de profeta na terra própria ou na alheia. Pois se justamente se está resolvendo, a tiro de canhão, quem ficará dono das terras, o melhor que os profetas teem a fazer é meterem-se na concha, abrigando-se do Futuro tempestuoso, entrincheirando-se na neutralidade do Passado e aposentando-se... em historiadores.

Tal é o meu bom conselho. E para prova de que êste conselho é bom, e é meu, passo imediatamente a transgredi-lo — e a profetizar:

A Alemanha não fará mal á Bélgica, nem á Dinamarca, nem á Holanda. O que ela quer

é apanhar as colónias francesas, e sobretudo as do Mediterrâneo. O seu plano actual é uma errata á política de Bismarck em 70. Bismarck lia a Europa como um livro aberto, mas não percebeu a Alemanha. Por muito Bismarck que se seja, não se pode prever tudo: e o esportíssimo chanceler enganou-se redondamente, supondo que a Alemanha precisava de terras cheias, como a Alsácia, quando o que lhe convêm, afinal, são terras vazias, como a África. Em 1870 os Prussianos amputaram á França duas províncias continentais, e Bismarck abriu-lhe, para a consolar, a válvula de segurança da expansão colonial. Era o contrário do que exigiam as condições e as circunstâncias: a Alemanha, exportadora de homens, precisava de colónias; á França, que fabrica sobretudo romances, automóveis e vestidos de mulher, convinham antes terras civilizadas e povoadas.

Agora, trata-se de emendar o êrro crasso de Bismarck. O deus da guerra, acolitado pela Inglaterra e pela Itália, dirá se a emenda

do Imperador vai ser melhor ou pior do que o soneto do Chanceler...

VII

MALUCANDO

14 de agosto.

Mau é pegar a gente numa idea e remirá-la, cheirá-la e apalpá-la por todos os lados. Começa-se logo a duvidar da própria evidência.

É evidente que a França, para confôrto seu e dos seus amigos, que são tantos, foi para a guerra de 1914 muito mais agasalhada do que para a de 1870. Por um lado, a Inglaterra faz-lhe literalmente as «costas quentes», visto que, com a sua esquadra formidável, lhe guarda as costas. Por outro lado, a Rússia, ameaçando despejar sobre a Alemanha a sua caudalosa inundação humana, diminui *ipso facto*, o poder ofensivo

do exército alemão para o lado ocidental, isto é: livra a França de um fulminante murro no peito.

Mas, voltando esta idea de pernas para o ar, vê-se logo que em 1870 a Prússia e os seus aliados não tinham marinha de guerra, ao passo que a Alemanha organizou nestes quarenta e tal anos uma esquadra valiosa. E assim o apoio actual da Inglaterra é absorvido, quer dizer, compensado, pela incidência de um factor novo, desfavorável á França, e que em 70 não existia.

É verdade que a esquadra inglesa não serve só para aquecer as costas á França: a esquadra inglesa esfria tambem a barriga á Alemanha, bloqueando-a, paralisando-lhe o comércio, reduzindo-a, portanto, pela fome. Mas, virando do avêso esta idea, pergunta a gente a si próprio: Que importa á Alemanha a paralisia temporária do seu comércio, se ela esmagar a França em terra e lhe espremer uma indemnização de guerra trinta vezes maior que a de 70? E como é possível bloquear a Alemanha e reduzi-la á fome,

desde que os Alemães se instalem na França, sem bloquear e esfomear a França ao mesmo tempo?...

Alto lá! Esquecia a Rússia!... A Alemanha não esmaga a França, porque a Rússia esborracha a Alemanha.

Pois sim. Mas, esgadanhando esta idea, encontra-se que á invasão russa pelo oriente alemão pode corresponder paralelamente a invasão alemã pelo oriente francês. Por cada casa invadida em Berlim pelo cossaco, o ulano invadirá uma casa em Paris. Por cada aldeia tudesca russificada, haverá uma aldeia francesa germanizada. E é aqui que o Francês se encontra de pior partido, exactamente porque é dele a melhor terra e o melhor clima...

VIII

PORTUGUESINHO VALENTE

17 de agosto.

Somos tão facciosos, em Portugal, e tão puerilmente brigões, que não nos demorámos a tomar partido por uns ou por outros (mas, em todo o caso, uns contra os outros) nesta feroz sarrabulhada da guerra europeia. Em iguais circunstâncias, o Suisso reserva-se, o Norte-americano aposta e o Português... filia-se. E, uma vez filiado, perde a cabeça e atira-se, de cabeça perdida, ao vizinho que pensa de outra côr, ou ao próprio amigo que se não filiou e continúa a pensar noutra coisa.

Eu, por exemplo, tenho sido já interrogado em plena rua por vários cavalheiros que mal me conhecem, mas que necessitam saber com tôda a urgência, para seu govêrno,

se as minhas inclinações tendem para a França, ou para a Alemanha. E põe-se a gente a olhar para êles, sem saber que resposta há de dar, para ficar mais garantido contra uma carga de pau.

Os rapazitos de dez e doze anos também são freneticamente, aliás com a desculpa da idade, uns pela doce França, outros pela sábia Alemanha. E pela sábia Alemanha faltarão ás aulas para discutir; e pela doce França esmurram-se os narizes, sem nada resolver.

Porque não espera tôda esta gente com paciência que vença alguêm, para ser então, e com tôda a justiça, contra o vencedor?

O vencido, seja qual for, tem assegurada desde já a simpatia inevitável do mundo inteiro; choraremos todos, conforme a hipótese, o triste destino da raça admirável que nos deu Goethe e Wagner, ou a sorte mísera do grande povo a quem devemos Anatole France, Pasteur e Victor Hugo. Por isto mesmo, e não só por isto, o vencedor há de ser-nos fatalmente embirrento. Não lhe perdoaremos

a vitória, por muito que lha tenhamos desejado ; e a sua soberba será insuportável, incómoda, e perigosa áqueles mesmos que os apapaticaram com os seus votos. Os pequenos e fracos, sobretudo, devem coibir-se de sentimentalismos platónicos, pois lá chegará a hora tremenda da liquidação, em que o vencedor usará deles sem nenhum platonismo, como simples moeda miúda para trocos...

IX

NEUTRALIDADE PORTUGUESA

19 de agosto.

É justo fazer-se esta justiça aos compatriotas do poeta Bocage: não ficaram a ver em que param as modas. Mal se trocaram os primeiros tiros, os Portugueses apressaram-se a tomar partido: republicanos, ao lado da Inglaterra e da França, porque a

Alemanha é *thalassa*; monárquicos, da parte dos dois impérios germânicos, porque em França governa a «formiga branca», isto é, o socialismo e o radicalismo. A guerra europeia teve assim em Portugal o efeito instantâneo de complicar as guerrilhas nacionais. Quem tem mazela, tudo lhe dá nela...

E no entanto, creia o leitor, Portugal é hoje na Europa o prototipo da neutralidade. Já o Govêrno declarou que a aliança luso-inglesa está em pleno viço; já o Povo correu em massa ás legações da França, da Inglaterra e da Rússia, a vociferar-lhes a sua acalentadora simpatia; já um homem loiro, de lunetas, ia sendo espostejado em pleno Rocio, por estar procurando num dicionário alemão-português a inocente palavra «juízo». E não falta quem reclame a altos gritos, em jornais e conversas, a partida imediata de uma valente legião portuguesa, que vá infligir á soberba teutónica o piparote de misericórdia.

Apesar de todos êstes eloquentes sintomas do contrário, Portugal é, e continuará até o fim, magnificamente neutral. Admita-

mos que a Legião Portuguesa parta ; admitamos que chegue ao seu destino, e tome posição, e entre a combater. Nem então, nem depois, nem nunca, a neutralidade portuguesa corre perigo : uma vez no campo de batalha, republicanos e monárquicos hão-de virar-se uns contra os outros e não terão descanso, enquanto reste um Lusíada vivo de cada lado. Será uma prova sangrenta, e matemática, de que não havia em tôda a Europa outra nação mais neutral.

X

MR. VIVIANI E AS FRANCESAS

21 de agosto.

Mr. Viviani, chefe do govêrno francês, acaba de publicar bem inoportunamente na folha oficial uma peça de mera literatura : um apêlo patriótico ás mulheres de França, para que substituam nas obras da paz os maridos

e os filhos ocupados na guerra. Mr. Viviani devia guardar-se nesta hora tão grave para cuidados mais úteis e mais urgentes. Na sua memória pairava decerto o exemplo recente das matronas búlgaras; e, a pensar nas Búlgaras, esqueceu-se do que são e valem as Francesas.

Só um ministro francês de apelido italiano podia lembrar-se de lembrar ás suas compatriotas o cumprimento de um dever que as mulheres francesas praticam naturalmente em todos os tempos e desde todos os tempos: o de substituírem na casa ou no campo o braço do homem ausente na guerra. Já na Idade-média, já na Renascença, os fidalgos encontravam, ao voltar das correrias ou das caçadas, o castelo limpo e arrumado, a granja em ordem, a seára viçosa ou o fruto recolhido. E as mesmas admiráveis mulheres que haviam consumido o dia inteiro nos trabalhos pesados da terra, tinham ainda á noite a energia e a inteligência precisas para organizarem os saraus de fino gôsto, onde as filhas moças se adestravam para a vida

de côrte, na poesia, na dança e na música...

Os séculos foram caminhando, desde então, e os costumes parecem, a quem os olha distraidamente, ter-se voltado do avêso. No entanto, ela aí está, a mulher francesa de 1914, bem representada (ainda que lhe custe!) na espôsa serena e viril que ao mesmo tempo vinga e serve o marido, matando friamente o seu inimigo, e a seguir escapa aos juizes, para completar a obra-prima, defendendo-se melhor que um doutor.

É possível que Mr. Viviani tivesse uma avó e uma mãe francesas; mas o seu nome deixa suspeitar o contrário, e o seu apêlo oficial desvanece a êste respeito todas as dúvidas. Mulheres que sabem guiar, amparar e empurrar os maridos pela vida fora, como se fôsem seus filhos, dispensam perfeitamente que um decreto ministerial as convide a passar sem êles. E um ministro que ignora isto, ou não receia parecer ignorá-lo, é que não tem no sangue das veias a

confiança ancestral no outro sexo francês, belo e forte ao mesmo tempo.

X I

OS NOSSOS FELIZES PAIS

22 de agosto.

Quantas vezes oiço dizer: — A nossa geração tem sido bem experimentada! Os nossos pais foram muito mais felizes do que nós: viveram e morreram na paz...

É certo. Os nossos pais viveram sem grandes sobressaltos e morreram na doce ilusão de que o mundo progride e os homens se aperfeiçoam. Mas divertiram-se muito menos do que os filhos. Nós, Deus louvado, temos sido mimosos de assunto, e podemos fechar o ôlho, quando chegar a Hora, dizendo, de consolados:

— Morre, Marta, que morres farta!

Nós temos visto, de há vinte anos para

cá, uma guerra por cada ano ; e, numa delas, vimos um povo colonial, de gente miúda e escura, vencer o Branco com as suas próprias armas ocidentais — caso tão grande e raro, que é preciso recuar até os Hunos ou os Arabes, para achar outro que se lhe compare. Temos visto os dois magníficos Sóis em tórno dos quais a humanidade gravitou durante séculos como um satélite, a Gran-Bretanha e a França, caminharem sem remédio para o crepúsculo, ou para o arrefecimento. Vimos neste canto do mundo onde uma velha raça emurchece á beira-mar, assassinarem-se dois reis no mesmo instante e afundar-se num dilúvio de covardia a Rialza mais antiga da Europa. Vimos ascender pouco a pouco para o domínio, no seio do nosso Continente, uma outra raça, fresca, feia e forte, perita em todas as artes, douta em todas as sciências, primeira construtora na paz, primeira destruidora na guerra, bárbara e educadora a um tempo, e tão vivaz, invasiva e fecunda, que o amplo mundo se lhe torna estreito. E estamos agora vendo,

nesta vasta, ubiqua guerra de vida ou morte provocada por ela (grandioso embate de povos e raças como não se via há mil anos) se já chegou ou vai ficar para mais tarde a hora grave, divisora da época histórica, em que a Terra mudará de amo e se liberte do Anglo-Saxão, para logo cair na vassalagem do Germano...

... Os nossos felizes pais, coitados, não viram nada. Mete pena lembrar-se a gente de que morreram sem terem inventado o cinematógrafo, de que êles precisavam muito mais do que nós, para se entreterem.

XII

BATALHA SEM FIM

27 de agosto.

O mundo inteiro espera ansiosamente, há uns poucos de dias, o resultado da batalha que se está travando desde data incerta

*

e com resultados parciais mais incertos ainda, ao longo de uma longa linha cujos pontos dirigentes são também ignorados, entre os dois grandes partidos europeus em luta de vida ou morte. Chamamos áquilo «batalha»; mas, verdadeiramente, o que se está passando a estas horas entre Antuérpia e Verdun ainda não tem nome, nem nas fôlhas dos dicionários, nem nas próprias bôcas humanas. O que ali se está passando nunca se passou em tempo algum, desde que há mundo e homens. Não tem precedente, e, portanto, não tem nome. Nunca se deu no Passado, e por isso escapa inteiramente a todo o esfôrço de previsão futura.

É uma enfiada de guerras simultâneas? É uma extensa cordilheira de batalhas? É um rosário espantoso de dores, de loucuras, de crimes, de tragédias?... Militarmente é uma experiênciã nova, uma espécie de grandes manobras como nunca se fizeram e que, por desgraça de tanta gente, teem de fazer-se ao vivo. De cada lado há um milhão de homens, ou vinte corpos de exército; e ne-

nhum general, em tempo de paz, manobrou ainda com mais de quatro. Ninguêm sabe, portanto, a começar por aqueles mesmos que as comandam, o que farão, o que darão e, até, o que são estas fôrças. Pode ser que o enorme terreno seja ainda estreito para que elas se desenvolvam; pode ser que a sua aplicação útil exceda as raias do génio humano; pode ser que se transformem, por impossibilidade de govêrno, em grandes massas tontas, amorfas, inconscientes e inofensivas; pode ser que a todas estas incógnitas de carácter material e técnico ainda outras se juntem, morais e psicológicas; e que o comando mais sábio, mais sereno e mais preparado, venha a endoidecer na desilusão, na surpresa e no pasmo do que não previra, e ninguêm podia prever.

E também pode ser, afinal, que o formidável problema se resolva numa fórmula simples de aritmética elementar. No fundo, por maiores que sejam os números, e por muito que êles façam ferver a nossa fantasia, tudo se reduz a passar, e a não deixar

passar. E o certo é que, desde que há mundo, nenhuma guerra, por muito grande, ficou indecisa, a começar pela de Deus contra os anjos rebeldes...

XIII

O HOMEM VENCIDO PELO DRAGÃO

28 de agosto.

Foi em 17 de março de 1890 que Guilherme II despediu Bismarck. O Imperador queria ser, como se disse então, o seu próprio chanceler; e pouco antes disto afirmára êle, num discurso célebre, o seu ideal pacífico, proclamando que a sua consciência de cristão lhe não permitia assumir a responsabilidade duma guerra.

Foi nesse mesmo ano de 1890 que se fundou em Berlim, talvez como resposta ao discurso imperial, a famosa Liga Pan-germanista, que a si própria se baptizou, no ma-

nifesto inaugural, de «consciência do povo alemão» (*das Gewissen des deutschen Volkes*). E desde então até ontem, até á guerra, nunca o imperador da Alemanha deixou de encontrar diante de si, em vigilância hostil, e muitas vezes em declarada hostilidade, a «consciência do povo alemão».

Em 18 de janeiro de 1896, vencido ou convencido, Guilherme II anunciou solenemente a sua conversão ao programa pan-germanista. E nos cinco anos seguintes governou a «Liga», sob a taboleta imperial:

Os pan-germanistas reclamaram a intervenção em Samoa e nas Carolinas: a Alemanha interveio, e adquiriu as ilhas. Os pan-germanistas exigiram um porto no Extremo-Oriente, e a Alemanha ocupou Quiau-Chau. Os pan-germanistas pré-garam a acção directa na Turquia: o Imperador visitou o Levante e proclamou-se em Damasco amigo certo do Sultão e do Islame. Os pan-germanistas indignaram-se contra os decretos de Badeni sobre a Boémia austríaca, e a Alemanha aumentou os seus corpos de exército

na fronteira da própria aliada, até obter satisfação.

Tudo isto deglutiu o pan-germanismo em cinco breves anos; mas tudo isto era pouco para a sua fome. Em 1903 a «Liga», pela bôca de Herr Class, que ainda hoje é, salvo êrro, o seu presidente, denunciou com furor a permanente humilhação diplomática da Alemanha, na competência das nações; deitou ao Imperador as culpas de tudo; desejou Marrocos, ainda que fôsse preciso tirá-lo a ferro e fogo ao apetite alheio. E Guilherme II, obedecendo, foi a Tânger.

Mas, depois, a Alemanha teve de ir a Algeciras, onde começou, para não mais acabar, o seu desconfortável isolamento diplomático. E os pan-germanistas, infatigáveis e inabaláveis, atribuem o cheque de Algeciras ao pacifismo imperial...

Tudo isto é história de ontem, e tudo isto está hoje esquecido. Hoje só se vê o senhor absoluto, doido e mau, a cujo sinal soberano milhões de homens se precipitam contra outros. Perdeu-se de vista o pseudo chefe de

uma multidão que ia crescendo sempre, e já não cabia onde estava.

XIV

DEUS É GRANDE, E LORD KITCHNER O SEU PROFETA

29 de agosto.

Instaurare omnia in Christo... Resolver cristãmente todos os nossos desacordos humanos. Tal a santa receita que nas vésperas da grande guerra o Santíssimo Padre Pio x recomendava, num fervoroso e ansioso apêlo, aos soberanos das nações cristãs, armadas até aos dentes que rangiam.

Não foi ouvida pelos homens a prece daquele alto e humilde velhinho a quem Deus atendia do Céu. E poucas horas depois de conflagrada a Europa, o Papa morria de aflição e desgosto, gemendo na última agonia: «A guerra... a guerra...» e expirando

a balbuciar ainda as palavras de paz: — *Instaurare omnia in Christo...*

Lamentemos que não estivesse presente em Roma, para confortar o espírito atribulado do venerando Pontífice, Sua Eminência o Cardinal Bourne, arcebispo de Westminster. Êste príncipe da Igreja Católica-Romana teria decerto salvado a vida ao seu chefe, apresentando-lhe em defesa da guerra, não só europeia, mas universal, os argumentos doutrinariamente evangélicos de que se serviu para a declarar cristã e ortodoxa, num artigo publicado no «Standãrd» de 22 do corrente.

A guerra, diz êle, não é um pecado, visto que o próprio Deus a fez e comandou por si mesmo em várias ocasiões, e até ajudou o seu povo eleito a obter a vitória por meios milagrosos. Ora é absurdo pensar que Deus haja feito ou ordenado qualquer obra pecaminosa. Além d'isso a profissão das armas é tratada no Novo Testamento como perfeitamente legítima. Os oficiais do exército de Roma são por vezes objecto de especial favor da parte de Jesus Cristo (S. Lu-

cas, VII, 2-10). S. João Baptista, longe de aconselhar os soldados a abandonarem a sua profissão, incita-os a serem cuidadosos na observância da disciplina militar (S. Lucas, III, 14); e Nosso Senhor não só previu a repetição da guerra no futuro, como declarou que vinha, Êle Próprio, para trazer uma espada e não a paz. Mais ainda: o Apocalipse diz-nos (XII, 7) que até no Céu houve guerras...

Já fui conferir pela Bíblia, para crer á maneira de S. Tomé, a exactidão daquelas citações. E declaro francamente que as encontrei um pouco sofismadas. Duvido, pois, que o bom, ingénuo e rústico Pio x se deixasse convencer por elas e se reconciasse afinal com esta mísera Vida nossa, que a tantos outros bons, ingénuos e rústicos como êle tem suscitado a amarga vontade de morrer. Mas confesso uma vez mais a minha extasiada admiração por essa perfeita, modelar, irrepreensível Inglaterra, que nenhum embaraço perturba quando a sua existência corre perigo, e no momento contraditório e

grave em que a consciência nacional e a consciência religiosa podem achar-se em conflito, logo tem á mão um padre, um bispo, um cardial, para lhe dizer que malhe á vontade, que não perca uma, que dê a matar, porque Deus, lá do Céu, não quer nem pede outra coisa.

XV

POBRE FRANÇA!

30 de agosto.

Más noticias chegam de França. As piores delas não são as que veem da fronteira, dando conta do avanço alemão e do ataque aos fortes de Lille. As piores são de Paris, e dizem que se formou ali um ministério nacional.

Pobre França, tão nobre, tão infeliz, tão digna de melhor sorte e de melhor govêrno! Em quási meio século de existência não ti-

veste um ministério nacional que fortificasse a tempo e a horas, contra o assalto meditado e previsto, a tua fronteira do Norte. Não o tiveste para cuidar da defesa vital dos teus filhos e do teu nome grande e venerado. Não o tiveste, emfim, que soubesse e quisesse preparar e firmar, na perigosa vizinhança do implacável inimigo comum, a união de todos os Franceses.

Durante êsse longo tempo perdido deram-te sempre governos partidários, escravos do egoismo de bando, sôfregos das doçuras do poder, distraídos do interesse geral. E êles adormeceram com lôas humanitárias o teu antigo espírito guerreiro. Arruinaram as tuas finanças em esmolas aos pobres, prometendo nos seus cartazes o adoçamento das vidas miseráveis que agora não sabem livrar da morte, e a melhor distribuição das riquezas que hoje são incapazes de guardar. E quando, por entre tanta cegueira e tanta insânia, conseguia furar e romper um raro homem capaz de ver e prever, a execranda obstinação política incitava contra êle o povo

ingénuo. Na terra dos cegos, os poucos que viram eram ainda ha pouco mal vistos...

Não tiveste, pobre França incauta! um ministério nacional, enquanto o inimigo hereditário ia crescendo em número e gastando, para te ferir de morte, o dôbro do que tu reservavas á defesa vital. Não o tiveste, sequer, na hora já bem grave da declaração da guerra, porque então ainda o incurável egoismo político supunha que vencerias, e contava condecorar um só partido com as glórias da França inteira. Mas vais tê-lo agora, finalmente, e é êste, nos céus turvos pelo fumo da batalha imensa, o mais pavoroso agoiro.

Se o egoismo político se decide a reunir e a conciliar, fiquemos certos de que se prepara para repartir, não as glórias, mas as responsabilidades...

XVI

BRINQUEDOS ALEMÃES

3 de setembro.

A Alemanha é, dizem as estatísticas, a maior produtora de soldados de chumbo. Para esta indústria considerável preparou-se o Império da melhor maneira, cultivando o imperialismo, o cesarismo, o militarismo, e organizando um admirável exército de carne e osso, modêlo das hostes liliputianas que Nuremberg mobiliza para todo o mundo e de cujo convívio os nossos filhos pequenos tiram, brincando, a conservação das virtudes mais indispensáveis ao homem: o instinto bélico e o gôsto da pancadaria.

Com a guerra entupiu-se a exportação desta indústria, como, em geral, a de todos os brinquedos alemães. E a Inglaterra, que é um país prático e amigo das crianças, to-

mou o caso a sério e está providenciando com serenidade e atenção para que a árvore do Natal de 1914 não fique despida de boncagem.

Eu julgo para mim que a Inglaterra tem tempo para pensar nisto, porque ainda se não convenceu de que o momento não é para brincadeiras. E o primeiro ministro inglês pensa como eu, visto que já se meteu ao caminho para realizar por todo o Reino Unido uma série de conferências, destinadas a abrir os olhos á opinião pública, que insiste, apesar dos sangrentos avisos continentais, na medonha leviandade de não ter mêdo.

Até dêste pequenino caso dos soldados de chumbo se pôde tirar um dos muitos ensinamentos filosóficos retrospectivos que comporta a guerra actual. A Alemanha fez tudo quanto era preciso para avisar os seus vizinhos, rivais e concorrentes; e bem bastava, para que êles se acautelassem e premunissem, ouvir o que ela dizia, vêr o que ela fazia, e até brincar em pequenos com o

material de instrução militar preparatória que ela lhes mandava de Nuremberg.

A Alemanha aumentou de população enormemente, sem papas na língua e em nenhuma outra parte do corpo. A Alemanha organizou às claras um exército que lhe permitiu desafiar ao mesmo tempo, no Continente, a França, a Bélgica e a Rússia. A Alemanha criou em vinte anos e nas próprias bochechas da Inglaterra, uma armada de combate que não teria razão de ser, se não fôsse endereçada, com tôdas as letras, contra a marinha militar da Inglaterra. A Alemanha, assim apetrechada, sem pedir segredo a ninguém, desatou a querer coisas, muitas coisas, e a querê-las muito alto e muito grosso...

Entretanto, os Ingleses e os Franceses, que viam e ouviam perfeitamente tudo isto, continuavam a deixar-se embalar pelas serenatas do pacifismo, do humanitarismo e do anti-militarismo.

Pois queixem-se agora de si próprios e não da Alemanha, que nunca encobriu o seu

jôgo e sempre de pequeninos os educou com soldados, e não com pacifistas de chumbo.

XVII

QUOD NIHIL SCITUR

7 de setembro.

Queixamo-nos de serem parcas e contraditórias as notícias que nos dão da guerra.

A verdade é que, por muito bem informados que estivéssemos, e ainda que pudéssemos ter da campanha vastíssima uma visão a um tempo minuciosa e panorâmica, nós conseguiríamos talvez saber o que se passa, mas continuaríamos a ignorar para onde vamos. E o que mais interessa os homens é sempre menos o «como», do que o «para quê» das coisas.

Nas guerras provincianas, bairristas, mais ou menos microscópicas a que temos assistido, o pormenor apaixonou-nos, porque o

total futuro tirava-se mentalmente das parcelas presentes. Era a Rússia a encolher-se para a Sibéria, se o Japão triunfasse; era a Turquia a sumir-se para a Ásia, se a derrotasse nos Balcans a coligação eslavo-helênica. Era, em qualquer hipótese verificada, uma simples deslocação de valores locais, sem influência, ao menos dominante, nos destinos da Europa e do mundo.

Hoje, o caso é diverso. Ninguém sabe o que será o seu dia de amanhã. Não o sabem a Alemanha, a Inglaterra, a França, metidas na baralha; não o sabem a Holanda, a Suíça ou a Dinamarca, que estão quietas; não o sabem o próprio Brasil e a Nova-Zelândia, por muito longínquos e até por muito antípodas que sejam ou se julguem dos campos de batalha.

E se todos os povos da terra pressentem que a sua vida pode ser uma ou outra, conforme vença êste ou aquele, nenhum pensador e nenhum filósofo é capaz de tirar do que se passa a conclusão do que vai ficar. Uns pensam assistir á agonia da raça latina;

•

outros dizem que o prêmio da vitória vai ser, não o império das terras, mas a rialeza dos mares. Há quem suponha que as nações germânicas serão dispersas e precitas, como o antigo reino de Israel; e quem preveja para breve uma nova deslocação de povos, tão geral e inundante como as de há mil anos. Os políticos profetizam, conforme as inclinações da sua fé, o fim do despotismo ou a revivescência do princípio de autoridade. Incorrigíveis, os pacifistas anunciam: «Será esta a última guerra no mundo!» E os pândegos mostram-se mais contentes do que nunca, porque, mortos tantos milhares de homens na fôrça da vida, vai haver em breve um saldo magnífico de mulheres desempregadas...

Não há dúvida: a guerra é vasta e alastrará decerto ainda mais. A guerra é importantíssima e há de fazer grande figura nos compêndios de história dos séculos XXII e XXIII. As crianças de dez anos saberão então, na ponta da língua, o que *foi* a significação dêste acontecimento universal e qual

a sua posição exacta na longa tragédia humana. Mas, não nos envergonhemos por isso: os sábios dessas eras distantes hão de saber tão pouco a tal respeito como nós hoje sabemos; e por mais que se chamem *burros* uns aos outros, não conseguirão pôr-se de acôrdo. Nós não percebemos nada, porque estamos perto de mais; êles, por estarem longe, perceberão ainda menos.

Por mais voltas que lhe dêem, é sempre assim que se escreve a História.

XVIII

ONDE ESTÁ O HEROÍSMO?

8 de setembro.

Guerra Junqueiro desfechou sôbre um jornalista que o entrevistava esta frase junqueiriana:

— O exército alemão é um ciclone, regulado por um cronómetro.

A definição é óptima e põe em bom relevo um dos mais interessantes aspectos da campanha, que é a falta de heroísmos teatrais. Do comando francês, entre tantos generais que decerto estão cumprindo com brilho o seu dever, só se conhecem dois nomes: Joffre e Pau. Dois nomes pelos quais (digase de passagem) a pobre França parece estar lembrando aflitivamente ás suas terríveis aliadas, muito menos expostas do que ela:

— N'oubliez pas que, pour vous servir...
j'offre ma peau...

Quanto ao exército alemão, apesar da sua marcha triunfante, tão pouco chegou por enquanto até os nossos ouvidos e olhos o eco de um feito dramático e o apelido de um bravo. Êsse então dir-se-ia totalmente anónimo, como a fôrça da Natureza a que Junqueiro o comparou.

É evidente que, assinadas as futuras pazes, hão de ser nos propinadas várias historietas edificantes, muito próprias para leitura infantil e nossas conhecidas desde a guerra

de Tróia. Mas, nem os dramaturgos de cinema, nem os contistas de três francos e cinquenta, nem os cerzidores de selectas, conseguirão impingir-nos novos Aquiles, novos Bayards, e novos estudantes alsacianos. Já sabemos todos que nestas guerras de hoje o heroísmo acaba, quando começa a mobilização.

Heroicos são os que, em dezenas e dezenas de anos de paz, prepararam, afinaram e conseguiram manter a postos o instrumento de precisão que tem de ser um verdadeiro exército moderno. Êsses lutaram dia a dia e minuto a minuto contra as fôrças miúdas, teimosas e formidáveis que se opõem á transformação de milhões de homens numa máquina única e infalível. Lutaram contra a sua própria fraqueza humana, e venceram pela consciência do dever. Lutaram contra a ligeireza incorrigível do povo, que não vê a vantagem futura, mas apenas o sacrificio actual. Lutaram contra a infiltração dissolvente das doutrinas que se exalam da paz podre e aniquilam o instinto de conservação

colectiva. Lutaram com o egoísmo, a imprevidência, a indisciplina, a impopularidade. E venceram a vitória longa e lenta, a mais inglória e a mais difícil, sobre tôdas estas fôrças naturais...

Êstes, sim, que são heróis. Os outros, do mais alto comando ao ínfimo servente de peça, não passam de rodízios da grande máquina construída por aqueles. A sua acção individual está marcada préviamente, como no cronómetro. E não há lugar para lances de teatro numa guerra feita com logaritmos.

XIX

OS TRÊS PARCEIROS

13 de setembro.

No vasto campo de batalha do Norte da França continuam prestando as suas provas, a ferro e fogo, três povos ou três raças superiores. A guerra é um jôgo onde influem, como em todos os jogos, não só as fôrças misteriosas do Acaso ou da Sorte, não só a

perícia e os trunfos de cada jogador, mas também, e por fórma ás vezes decisiva, a psícológia especial dos adversários ou parceiros.

Os Alemães começaram a partida com a sua superioridade numérica e a sua disciplina. Os Franceses entraram no jôgo, cobrindo o «deficit» de fôrça material com as vigorosas escoras da Inglaterra e da Rússia. Quanto aos Ingleses, pertencem-lhes os trunfos gordos do dinheiro, da posição geográfica e da hegemonia marítima. Cada um leva, pois, consigo, um certo número de vantagens materiais que lhe permite confiar na vitória; mas cada um constitui uma alma, com seus defeitos e qualidades, que no decurso da luta podem ter influênciã maior do que os mais importantes e mais bem calculados factores materiais.

Os Alemães, por isso mesmo que estudam a fundo, prevêm com minúcia e tiram tôdas as vantagens do espírito de organização e de sistema, são faltos de fantasia e, daí, incapazes de improvisar. Se lhes falhou, por

qualquer motivo aleatório, o plano que tinham traçado, pode bem suceder que a sua admirável construção metódica se transforme em pânico, anarquia e derrota.

Os Franceses, como bons latinos, poderão suprir, no momento preciso, com a inata vivacidade, as lacunas da sua imprevidência. Entraram em campanha esmorecidos com a lembrança das perdas de 70: a sombra de uma vitória precipitá-los-á sem transição no pólo oposto da megalomania entusiástica. E podem perder tudo, se não evitam perder a cabeça.

Os Ingleses são inimigos terríveis, por terem sido até hoje admiráveis amigos de si próprios. Pertence-lhes ainda o segrêdo de conservarem, no meio dos incêndios mais abrazadores, a cabeça mais fresca e o sangue mais frio. Entre o Germano que leva dezenas de anos a preparar o golpe que vibra num minuto; e o Latino que num instante redime ás vezes as culpas de anos e anos, o Anglo-saxão tem a virtude média e preciosa de saber opor o método ao próprio perigo pre-

sente, de organizar pausadamente a defesa em pleno ataque, de nunca se deixar desnortear nem fulminar. O próprio raio, com a sua presteza específica, daria tempo ao Inglês para mandar vir da Índia, do Canadá, da Austrália, do Egito e da África do Sul um sistema completo e infalível de pára-raios. E só viria a cair em cima dele, quando já o não pudesse partir...

XX

CESARISMO E DEMOCRACIA

20 de setembro.

A Alemanha tem contra si, nesta ocasião, os democratas do mundo inteiro. Todos a consideram como a pátria do Cesarismo, do Imperialismo, do Militarismo; e êstes três palavrões, sempre juntos, constituem a Trindade diabólica, ante cuja invocação se confrangem os corações democráticos.

No entanto, a Alemanha moderna, a Ale-

manha dos Hohenzollern, póde alegar em sua defesa alguns serviços á democracia. «Democracia» quer dizer, mais ou menos, «governo de todos», e o governo de todos pressupõe inevitavelmente a valorização de cada um. Para valorizar os homens só há uma receita: é educá-los, instruí-los, dar-lhes a posse das noções e dos métodos que lhes permitam utilizar as próprias forças no maior grau. Ninguém contesta que a Alemanha tem sabido fazer isto como nenhuma outra nação europeia, e tão bem ou melhor do que a «democracia» norte-americana.

Ninguém nega isto. Mas há muito quem pense que a sua excelência educativa no domínio geral e técnico é duramente compensada pelo absolutismo do Império, pela hegemonia da casta guerreira e pela sufocação da personalidade a que cada indivíduo é sujeito na excessiva disciplina da caserna.

É possível. E também é possível dizer-se que o Império, ao mesmo tempo que ensina os homens a marcharem como bonecos e a obedecerem como fantoches, os educa para

a resistência, para a energia, para a compreensão do dever, qualidades que valorizam os homens e não ficam mal á democracia. Com elas habilitam-se os Alemães a governarem-se muito bem sósinhos, se é que, contra certas aparências, o não fazem já. Ou duvida alguêm de que a Alemanha poderia ser amanhã uma República tão afinada e segura como a Suissa? Ou ignora alguêm que o absolutismo imperial deixou intactas as franquias locais e cada cidade alemã é tão senhora sua, como uma pequena república?

Ninguêm ignora isto. Mas diz-se: «Entalados na coacção do Império, os Alemães são o que se vê. O que não fariam êles, se os educassem na escola da liberdade...»

Deus nos acuda! Se êles, presos, já dão tanto trabalho, uma vez sôltos, aondê iriam parar?...

XXI

MATER DOLOROSA

23 de setembro.

Conta-se a história de uma senhora portuguesa que enviuvou de um Francês, casou depois com um Alemão, teve um filho, um rapaz, de cada um destes dois maridos, e, ao rebentar da guerra, viveu a hora trágica de os ver partir ambos para os campos de batalha, no mesmo dia, mas com rumo a fronteiras diversas. . .

Não sei se esta história é verídica, e affijo-me pouco com isso. Para nunca mais esquecer basta-me que ela seja linda, como é, e deliciosamente simbólica. Quantos de nós, Latinos pelo sangue, recebemos pela educação uma cultura germânica? Quantos de nós, conhecedores por igual do alemão e do francês, não sentimos pelas duas litera-

turas e pelas duas civilizações a mesma grata e devota veneração?...

Aquela pobre mãe trouxe ao seio os dois frutos do seu mesmo sangue, criou-os com o mesmo amor, e, com a mesma exemplar fidelidade á memória dos seus maridos mortos, educou cada um segundo a pátria do nome que trazia. E viveu vinte anos no engano de alma de ter ao pé de si dois irmãos para a vida, até o dia em que a guerra veio buscar-lhos, como a dois inimigos de morte.

O amor que nós temos cá dentro pelo espírito de duas raças, a nossa igual e imparcial ternura pelas flores de beleza moral que uma e outra criaram, são como a aflita mãe de coração partido e de lábios que tremem e param na oração, sem saberem como hão de rezar...

Vivem ainda aqueles dois irmãos? Ou mataram-se já um ao outro os dois adversários que o mesmo leite fez crescer e o mesmo carinho atirou sem querer, braço contra braço e peito contra peito?

Mais felizes que a infeliz mãe, nós sabe-

mos que a guerra, ao fim da sua odosa refeição de milhares e milhares de vidas, nem por isso logrará devorar o que as duas civilizações em luta já produziram de imortal ou evitar que, vencida ou vencedora, cada uma se erga de novo, com retemperada energia e mais ansioso desejo de viver. Sabemos que os juro colhidos pela Alemanha em quási meio século de paz subsequente á sua vitória sôbre a França, não lhe trouxeram riqueza comparável áquela estelar florescência de Poetas, de Sábios e de Artistas que o sangue germânico fez brotar no tempo em que, militar e politicamente, só conhecia a humilhação, o esfacêlo e a derrota. Sabemos que o esplendor e a miséria de Napoleão I não tiveram influênci ponderável na Arte, na Literatura ou na Sciência francesas do princípio do século XIX. Mas tudo isto não nos impede de sofrer com êsse brutal embate de dois povos que nos habituámos a amar através das suas obras.

XXII

A OBRA-PRIMA

24 de setembro.

A Inglaterra decidiu aparar as unhas á Prússia, como meio infalível de cortar as asas á Alemanha. Esta é a significação da guerra actual, e tudo mais são franjas.

Qual é o afiado instrumento de que a Inglaterra dispõe para levar a bom termo aquelas duas operações cirúrgicas, indispensáveis á tranquilidade do seu sono e á eficácia das suas digestões imperiais? É o seu dinheiro? É a sua armada? É a sua inimitável serenidade em face do perigo urgente?...

Tudo isto é grande, sem dúvida; mas tudo isto seria pouco para lutar vantajosamente contra um povo que tem sobre o inglês, na concorrência moderna, tôdas as su-

perioridades, menos uma. E basta essa única, deficiente no Alemão e altamente desenvolvida no Inglês, para desequilibrar a balança a favor dêste.

Vai um rapazinho de quinze anos estudar para Inglaterra. Vai de Portugal, de França, de Berlim ou de Viena de Áustria? Não importa. Ao fim de três meses volta a casa, nas primeiras férias, e a família encontra-o inglês por fóra e tão inglês por dentro quanto é possível ficar-se, só com três meses de banho inglês. Mas, se o mesmo pequeno for mandado para a Alemanha e por lá se demorar cinco ou seis anos, voltará decerto orgulhoso da cultura recebida e grato, no seu espírito, á civilização que lha deu. No fundo, no sentimento, voltará português ou francês, ou russo, ou brasileiro, sem perdão para as falhas ou grotescos que viu, ou que julgou ver. A Alemanha educou-o, fê-lo gente, mas não o conquistou...

Há meio século a Alemanha é uma grande nação. No entanto, ainda agora, a força centrípeta do seu prestígio não é bas-

tante atractiva para se opor ás fôrças centrífugas que fazem de tantos dos seus emigrantes uma multidão de filhos pródigos... sem bilhete de ida e volta. O Inglês assimila e conserva-se. O Alemão não assimila e ainda agora, apesar dos progressos do patriotismo germânico nos últimos cincoenta anos, se evapora fácilmente, logo que o tiram do frasco.

Donde vem á Inglaterra este dom maravilhoso de poder dispersar-se pelo mundo inteiro sem se enfraquecer e de poder absorver o mundo inteiro sem se adular? Enquanto ella o conservar, pode julgar-se invencível: os seus inimigos imaginam sempre que, para a vencer, lhes bastaria invadir uma ilha; quando a atacam, sacodem contra si um planeta...

Costumam dizer os bêbados, com admiração e respeito uns pelos outros: « Fulano aguenta muito ». A Inglaterra apresenta-se-nos, entre os povos imperiais de tãda a História, como o mais apto a aguentar a prosperidade e o poder. Todos os outros se

teem embebedado com iguais ou menores doses do capitoso licor; a Inglaterra aguenta sempre, e com tanto maior merecimento, quanto é inabalável a sua fé em si própria.

Quem analisa esta superioridade moral encontra-lhe um fundo de perfeição estética, que lembra a genial definição de Schiller: «A Natureza só faz criaturas. Foi a Arte quem fez os homens.» Além de um privilégio de raça, esta superioridade representa um grau inexcedido, e inexcedível, de civilização.

Sirva isso de consôlo aos inferiores e aos vencidos. É difícil lá chegar, mas dali já se não passa...

XXIII

A GRAN-BRETANHA RESSUSCITA OS LÁZAROS

4 de outubro.

O ministro inglês Winston Churchill disse a um jornalista italiano: «O que nós

queremos, com a guerra actual, é remodelar o mapa da Europa, segundo o princípio das nacionalidades e as justas aspirações dos povos.»

Por outro lado, o almirante inglês lord Beresford, num projecto de condições de paz da sua lavra, entende que o canal de Kiel deve ser neutralizado e entregue á guarda da Dinamarca, assim como os portos alemães do Mar do Norte, cujo usufruto será confiado a vários pequenos Estados, para que não possam ser constituídos em bases navais alemãs.

* Tudo isto são velhas doutrinas inglesas, adaptadas ás novas circunstâncias, segundo o clássico aforismo político da Gran-Bretanha, que manda guardar o vinho novo nas vasilhas velhas.

Mas tudo isto tinha sido lamentavelmente esquecido pelos estadistas ingleses, de há vinte e poucos anos a esta parte.

Foi há vinte e poucos anos que lord Salisbury proferiu aquele discurso famoso das «nações moribundas», ameaça clara de expo-

liação e de expropriação aos Estados pequenos e fracos, condenados á perda do seu património histórico e legítimo, em proveito dos grandes e dos fortes. Nesse tempo a Alemanha, que começava a sua política de expansão e já andava á caça de terras vagas ou vagamente ocupadas, achou sem dúvida que lord Salisbury falava como um livro aberto. Agora a Inglaterra engaveta outra vez a doutrina das nações moribundas, por ter averigüado um pouco tarde que ela vestia melhor ainda ao imperialismo alemão, do que ao imperialismo britânico...

Assim voltam as «nações moribundas» ao gôzo imperturbado das suas respectivas agonias. E até pode acontecer que algumas delas, que o acaso tenha feito vizinhas de qualquer base naval alemã, venham a receber da enfermeira Inglaterra um pôrto, uma ilha ou uma cidade, isto é, um caldinho, um copo de leite, ou um ladrilho de marmelada...

Não seremos nós quem vá perturbar, com estéreis filosofias, a doce brisa de con-

valescença que a reviravolta inglesa bafeja sobre o hospital das nações. Mas não de permitir-nos que traduzamos aqui, para o nosso melhor português, esta concepção britânica da liberdade dos povos: a liberdade de ter saúde em plena e geral invalidez dos outros.

XXIV

O DIVÓRCIO DA ITÁLIA

5 de outubro.

Cada um de nós tem direito a divagar sobre o mistério da neutralidade italiana. E eu usarei dêsse direito para condenar uma vez mais a diplomacia alemã.

A diplomacia alemã não soube, quando foi da guerra ítalo-turca, soffrear as suas claras preferências pela Turquia contra a Itália. A Itália, irritada pelos remoques da imprensa de Berlim e de Viena, saiu da

guerra com a impressão de ter conquistado a Líbia, não tanto á Turquia, como ás suas próprias aliadas.

A diplomacia alemã não se dignou prevenir a Itália da guerra da Áustria contra a Sérvia. Foi sómente pelos jornais que o marquês de S. Giuliano, e eu, tivémos notícia dêsse grave passo. E a Itália achou decerto que vinte anos de despesas com armamentos, queimadas no altar da Tríplice Aliança, mereciam um pouco mais de consideração.

A diplomacia alemã não conseguiu, ao estalar do conflito europeu, colocar a Alemanha na postura simpática em que logo magistralmente se escarranchou a Inglaterra.

Não soube, ou não pôde, demonstrar que o lobo é que era o lobo, ou que o cordeiro não era o cordeiro.

Assim foi a Itália empurrada pelas suas próprias aliadas a transformar um casamento de conveniência, num divórcio de conveniência ainda maior. E se a Alemanha for vencida e a Áustria espostejada, a Itália passeará a sua viuvez pelo Trentino, pelo Tirol

e pela Albânia — emfim só! — numa deliciosa lua de mel sem marido.

É claro que os sábios alemães escreverão a história, chamando a isto, com tôdas as letras, a traição ou a felonía italiana. A Itália será pintada por êles como a adúltera sem pudor, que vende a sua honra e mercadeja o seu corpo, a trôco de duas ou três joias cubiçadas.

Mas outros moralistas dirão que neste, como em tantos casamentos infelizes, o êrro da mulher se explica e desculpa pelos êrros do marido. E ás vezes o primeiro e o maior êrro do marido é casar-se contra a natureza, sem querer saber do coração da mulher, e sem inquirir se ela não preferiria casar com outro, ou ficar solteira.

XXVII

A LAGARTA E A BORBOLETA

7 de outubro.

Uma vez envolvidas na guerra, apode-
ra-se das nações uma espécie de delírio fe-
bril que por um lado lhes assegura benéfi-
camente a tensão nervosa necessária ao rude
e heroico esforço para a vitória, mas por
outro lado lhes tira, aliás sem prejuízo sen-
sível, a justa visão das realidades. As na-
ções endoidecem; e é tão certo ser a guerra
um estado irracional dos homens, que não
faz mal ás nações endoidecerem.

Veja-se a Inglaterra, país clássico do
sangue-frio, do equilíbrio e do bom-senso,
conservados e exercidos em alto grau, na
própria hora do perigo. Leiam-se os seus
jornais mais serenos e admire-se a seriedade
com que, em longas colunas de colaboração

normal ou adventícia, ali se alvitram receitas infalíveis para destruir *per omnia se-cula* o comércio alemão e a indústria alemã, aproveitando as oportunidades oferecidas pela guerra e fazendo beneficiar a Inglaterra da herança opípara da Alemanha.

A herança industrial e comercial da Alemanha! Morreram então já, ou vão morrer dentro em pouco, os setenta milhões de Alemães cuja torrencial vitalidade é a causa real e única da grande guerra? Pode alguma cabeça bem feita e bem fresca acreditar na possibilidade humana de extinguir aquele foco ardente de vida e energia? Há no mundo canhões e explosivos bastantes para destruir as qualidades morais que fizeram de uma só raça de homens a concorrente incómoda das outras tôdas?...

Não é por aí o caminho. A derrota militar da Alemanha, o seu esmagamento político, a união de todos contra ela, não fariam decerto senão acirrar o poder de infiltração mansa que os Alemães revelaram neste meio século de paz. E a Inglaterra só poderá ven-

cer, depois da guerra, a concorrência dos seus rivais, não pelos estratagemas delirantes concebidos em tempo de febre e loucura patriótica, mas pela fôrça inconsciente e espontânea das próprias virtudes e superioridades britânicas.

Finda a guerra, a Gran-Bretanha e as suas colónias continuarão a ser invadidas como antes pela actividade penetrante do Germano. Mas o Germano continuará a ser destilado como até aqui no alambique anglo-saxão, assimilador infalível de quanto se lhe deita. Cada imigrante alemão há de ser ainda por muito tempo, para a Inglaterra, o futuro pai de mais uns poucos de Ingleses. E que importa á Inglaterra que a pesada lagarta inimiga venha fazer o casulo á sua árvore, se a borboleta que sai continua a levar nas asas o brilho do génio inglês?...

XXVI

POBRE BÉLGICA !

15 de outubro.

Parece que se avizinha o momento em que a Holanda, que nestes três meses de guerra tem ganho rios de dinheiro e poupado mares de sangue, á sombra da sua neutralidade — terá de decidir-se por um ou outro lado, entrando á fôrça numa guerra medonha onde não tem senão que perder.

Isto mostra uma vez mais que a soberania dos pequenos países, mais ou menos teórica em tempo de paz, se transforma, quando a guerra chega, na mais triste desilusão e no mais feroz dos sarcasmos.

A Bélgica está desfeita, unicamente por ser pequena e porque a fatalidade a colocou no caminho dos grandes. Hoje não é mais que uma província alemã e amanhã nin-

guêm, a começar por ela, sabe o que será feito da Bélgica.

E, no entanto, gastou oiro á farta a construir fortificações que os Alemães em poucos dias destruíram, tão facilmente como se derrubam castelos de cartas. Quem sabe se não lhe teria valido mais fincar-se apenas na confiança barata dos tratados e deixar-se engolir provisóriamente, como fez aquela migalha de pão mole que vem nos mapas com o nome de Luxemburgo?

É lindo, não há dúvida, o heroísmo de um pequeno povo, que se deixa matar e arrasar na defesa do seu direito. Mas é bastante feio, por outro lado, que todo êsse heroísmo não houvesse causado á Bélgica senão mal, e que só a Inglaterra e a França tivessem lucrado com êle. Compreende-se que um homem se deite á água para salvar o filho de outro, arriscando os seus próprios a ficarem sem pai. Qualquer de nós o deveria fazer, se soubesse nadar, e o heroísmo consiste justamente em aceitar sem reflectir o dano próprio para evitar o dano alheio. Mas

qualquer de nós tinha todo o direito a hesitar e a recusar-se, desde que na praia estivesse também ao nosso lado o pai do náufrago estranho, mais forte e mais hábil nadador do que nós.

A Bélgica sacrificou-se por quem podia e sabia nadar melhor do que ela, menos do que pelo seu dever e pelo seu direito. O seu dever é viver, e ela está hoje morta, e ninguém lhe assegura que ressuscitará, nem como e quando ressuscitará. O seu direito era um presente dos grandes, sujeito, nas aleatórias vicissitudes da rivalidade e da guerra, a ser mantido, ou retirado, ou trocado por outro melhor. Se foi por êle que ela desembainhou a sua fraca espada, pode dizer-se que entrou na guerra para defesa de uma miragem, que só poderá voltar a ser realidade quando for assinada a nova paz. Se a Bélgica combateu pelo que julgava ser o seu interesse, então não se diga que ela se sacrificou. Diga-se francamente que jogou na lotaria e que do naufrágio salvou apenas um papel que hoje não vale

nada, e onde pode estar amanhã a fortuna, ou a miséria.

XXVII

GUERRA INUMERÁVEL

17 de outubro

Leio num telegrama de origem alemã que por êrro do Estado-Maior russo ficaram cem mil homens abandonados nos campos de batalha do teatro oriental. E acho isto delicioso.

Não acredito, é claro, que a Rússia, por muito milionária que seja de soldados, perca cem mil sem dar por isso, como o invejável Rotschild perde uma estampilha, ou mesmo uma nota de mil francos. Mas ainda me não habituei a esta nova e estranha realidade de que se possa dizer a sério, de cem mil homens, que ficaram... abandonados.

Cem mil homens, aqui, são cem mil sol-

dados, com generais, com oficiais, com espingardas, com canhões, com víveres,—com tudo quanto serve para fazer boa companhia a um soldado, além de cem mil soldados menos um. E quando se diz que êsses cem mil homens ficaram abandonados, êste adjectivo tão próprio para aplicar á menina que se perdeu na floresta, parece-nos cómico e mal empregado.

Pois não há que rir, nem que estranhar. Há apenas que habituar-se a gente, ainda que lhe custe, a essa nova espécie de guerra que não conhecíamos e se define pelos algarismos vertiginosos que até aqui se usavam sómente para marcar as imensas distâncias siderais.

Hoje lêmos que cem mil homens, coitadinhos, foram abandonados pelo alto commando russo. Amanhã dir-nos-ão: «Fizemos trezentos mil prisioneiros neste pequeno combate.» Ou: «Na batalha de Algures entraram apenas seis milhões de soldados de parte a parte.» Ou ainda: «O general von Coisa meteu no bolso a divisão finlandesa,

composta de trinta mil homens, e continuou a almoçar...»

Antes de começar esta guerra, supunha toda a gente que a sua duração seria breve, porque o formidável poder destrutivo das armas novas havia de fazer com que ela se liquidasse depressa. Afinal estamos vendo durarem as batalhas um mês, e mais, sem se decidirem para qualquer lado. Dão assim tempo a que vão nascendo, crescendo e preparando-se novos soldados, e isto é justo e útil, porque uma geração só não bastava para tamanha destruição.

XXVIII

GRANDE NAU

22 de outubro.

Encarregado pelo imperador Fernando v de organizar um exército de doze mil homens, o grande Wallenstein recusou-se, dizendo:

— Não posso, porque não teria que lhes dar a comer. Para assegurar o sustento das minhas tropas é preciso que elas sejam compostas pelo menos de sessenta mil homens...

Com isto queria o famoso aventureiro militar dizer na sua que doze mil homens nunca poderiam formar um núcleo bastante forte para se impor ás populações ocupadas; ao passo que, cinco vezes maior, o exército, ainda que viesse a ser dividido, ficaria sempre suficientemente respeitável para as obrigar a alimentarem-no.

Vem-nos á memória o paradoxo de Wallenstein a propósito das tentativas da Inglaterra para bloquear a Alemanha. Há de ser mais fácil a setenta milhões de Alemães iludir um bloqueio no século xx, do que o era no século xvii a sessenta mil soldados sustentarem-se no centro da Europa. E o aspecto que a campanha está tomando a norte e a nordeste da França indica que a Alemanha se prepara mais para impossibilitar o bloqueio, do que para apressar militarmente a vitória. O avanço lento, a ocu-

•

pação densa, a fortificação defensiva em territórios alheios, mas contíguos ás suas próprias fronteiras, a ameaça de confisco sôbre os bens dos Belgas que abandonaram a Bélgica invadida, tudo isto permite supor que a Alemanha procura resistir á fome, tornando-se cada vez mais populosa e maior. Assim metem-se ao mesmo tempo dentro do cêrco mais bôcas e mais recursos. Põe-se o bloqueante na contingência de esfomear simultâneamente o amigo e o inimigo. Dispersa-se por mais extensos litorais a vigilância marítima. E, emfim, vão-se chamando ao partido da paz as nações neutras, produtoras e exportadoras, visto que a guerra as priva de um mercado cada dia mais importante.

Diz um provérbio que muita gente junta não se salva. É conforme. Mas mais certo é que muita gente junta... não se bloqueia.

XXIX

FEITIÇOS BÉLICOS

28 de outubro.

Em tôrno dos Alemães e do seu poderio militar estão-se formando lendas que revelam por parte da Europa um estado de espírito semelhante ao que se observou quando os Japoneses venceram os Russos.

Logo a princípio, a Alemanha deu a meio mundo a impressão de estar desafiando o outro meio. Em seguida, a Inglaterra e a França, chamando a seu lado o Japão e mandando vir tropas da Argélia, do Canadá, da Índia, da Austrália e do Senegal, pareciam açular o mundo inteiro contra a Alemanha. E então ocorreu a muita gente esta idea pueril, mas justa, de que um país a quem tal situação não fazia perder a cabeça, decerto estava ou julgava estar na posse de um talisman invencível.

Preparados assim os espíritos para a intervenção do Sobrenatural, eis que entra em scena, com os seus efeitos mágicos sôbre as dantes inexpugnáveis fortalezas belgas, o famoso, inesperado e cataclísmico obus de 42. Desde êsse dia a opinião popular calejou-se por uma vez contra tôdas as surpresas e já não há elixir, nem feitiço, nem bruxaria, por mais fantástica, que ela não tenha considerado às ordens do estado-maior alemão. Ainda hoje um telegrama de Amsterdam nos assegura com seriedade flamenga que o mundo vai ficar assombrado com os elementos de guerra de que dispõe a Alemanha...

Conta-se com quinhentos Zeppelins, prontos a invadir a Inglaterra. Espera-se a próxima inauguração de um canhão pessoalmente inventado pelo Kaiser e capaz de lançar de Berlim sôbre a Inglaterra nuvens de pó de Keating reforçados, que farão morrer Ingleses como formigas. A esquadra britânica vai ser destruída em menos de meia hora, quando chegar a ocasião, por meio de

tempestades artificiais feitas com rádio e outras drogas ainda inéditas. Um sábio de Göttingen descobriu um gás novo, a que deu o nome de «Revoltite» e que comunica a quem o respira uma grande ânsia de liberdade. Êste gás vai ser empregado sem demora para fazer estalar revoluções em tôdas as colónias inglesas. E, assim, sucessivamente...

Como em tôdas as fantasias, também nesta se encontra um fundo de realidade. A Alemanha possui, com efeito, um talisman precioso, que é o instinto de conservação. Ameaçaram-na de arrasamento, não por meio de um terramoto, mas simplesmente á pancadaria. E ela faz o que nós faríamos em presença de um terramoto, se êste bicho fôsse susceptível de correr-se a ponta-pés. Como não é, cruzamos os braços na mais aflita impotência. Se o fôsse, logo as pernas se nos transformariam em obuses de 49 ou 50. O talisman da Alemanha nada tem, portanto, de sobrenatural. E contra êle dispõem os aliados de um remédio também natura-

líssimo: é estafarem-na o melhor que puderem.

XXX

A RESISTÊNCIA DA FRANÇA

29 de outubro.

Até êste momento a verdadeira grande surpresa que nos tem feito a guerra é indubitavelmente o admirável poder de resistência que a França está mostrando. Sabia-se que o exército alemão era um prodígio de organização e de fôrça; calculava-se que a Rússia avançaria com lentidão de paquiderme; previa-se que a Inglaterra açambarcasse os mares e operasse no Continente as suas costumadas maravilhas de energia e de improvização. O que ninguêem previa é que ao fim de três meses de campanha o exército francês tivesse revelado tão brilhante e ao mesmo tempo tão útil eficiência defensiva.

É fácil dizer que, sem a resistênciã heroica da pobre Bélgica, sem o precioso apoio das tropas de French nos pontos e nos momentos mais graves, sem as cócegas feitas pela invasão da Prússia nas fibras mais sensíveis do exército alemão — Paris estaria tomado a estas horas e a França vencida e humilhada. T o certo ou mais certo do que tudo isso é haverem os soldados franceses entrado em campanha sem fé na sua própria prepara o, e com plena consciência de terem de cobrir s o com os seus peitos uma vasta fronteira que o crime dos govêrnos deixara indefesa.

A França, agora, pode ser vencida: mas já não pode ser humilhada. A vitória sôbre a fôrça alheia será, ou não será dela. A vitória contra a própria fraqueza, ningu m lha pode tirar. E, se só aquela a salvaria da derrota física, esta salvou-a já da vergonha, que é a derrota moral, e a pior.

Não é a Deus que a França tem de agradecer a sua inesperada fortuna, pois que Deus, pelas b cas autorizadas de dois Papas,

se declarou neutral no conflito europeu. Agradeça-a em primeiro lugar ao incoercível Acaso, a quem deve (bom presente recebido da mão do mau govêrno) um comando mais sereno e mais sábio que o que tem tido o exército alemão. Agradeça-a depois a si mesma: á decisão com que soube refrear os próprios nervos, á energia com que está retezando os próprios músculos, ao instinto de conservação que a leva a sublimar-se, e ao mesmo tempo a transformar-se, para se salvar...

XXXI

PATRIOTISMO ERRADO

2 de novembro.

Entre as amenidades que os soldados mais apreciam para os distraír do inferno da linha de fogo destacam-se, naturalmente, as cartas e bilhetes que recebem de paren-

tes e amigos. O serviço postal dos exércitos em campanha é considerado hoje um dos mais importantes e mais dignos de cuidado e carinho por parte das autoridades militares, e colocado por estas, na escala dos seus primeiros deveres, logo a seguir á pontualidade das refeições e á saúde física dos combatentes.

Compreende-se bem que assim seja, e que assim seja hoje muito mais que nas guerras antigas. Nos tempos em que quasi ninguêm sabia ler, poucos se tinham habituado na paz a êste vicio ou confôrto moderno de receber e de escrever cartas. E o feitiço da guerra moderna, feita de batalhas que se arrastam indecisas meses e meses, mais incompreensíveis talvez, e mais enervantes, para os que estão dentro delas do que para nós, que as seguimos de longe — elevou a princípio estratégico, e quem sabe se a factor de vitória, a vantagem de conservar entretido e são o espírito de tantos milhões de homens. Noutro tempo os homens eram menos, e os espíritos, menos ainda...

Ora acontece que uma das formas de correspondência mais espalhadas entre os exércitos em campanha, como aliás em tôda a parte, é o bilhete-postal ilustrado. E acontece também, como era de prever, que a imaginação dos caricaturistas, aliada ao ódio patriótico, determinou nas fileiras beligerantes uma inundação de estampas odiosas, em que o soldado inimigo aparece sempre em postura risível e deprimente.

O que não era de prever, e altamente nos consola de muitas barbaridades a que temos assistido, era o efeito contraproducente dêstes esgares de um patriotismo cego e cruel. Era o aparecimento em jornais alemães de protestos de soldados alemães, dizendo que lhes repugna ver tratados com escárneo e desprezo imerecidos, adversários que se batem com honra e que tanto lhes custa vencer. . .

Belíssima lição de moral aos que no sossego das suas casas se desenfastiam confortavelmente a atiçar as paixões e os ódios, enquanto os que se batem a ferro e fogo

aprendem cada dia a admirar-se e a respeitar-se mais uns aos outros.

XXXII

CANÇÕES DO ÓDIO

7 de novembro.

«Jugend», a famosa e já um tanto velhota revista de Munich, publicou num dos seus últimos números uma poesia patriótica, que é, em papel e tinta, uma espécie de morteiro de 42, disparado contra a Inglaterra. O autor, Ernesto Lissauer, parece ser um bom poeta: mas a sua produção não invalida a regra de que a guerra actual tem causado muita versalhada, e muito pouca poesia. O que se está passando agora no mundo é bem substancial para alimento da epopeia. Infelizmente, visto que o mundo teve de esperar desde Vergílio até Camões que apparecesse um poeta épico, e de Camões até hoje

nunca mais apanhou nenhum, estamos autorizados a recear que o grande assunto não encontre cantor do seu tamanho. . .

Camões é maior que Homero e que Vergílio — e a sua obra é única na história de tôdas as literaturas — por ter conseguido acender o resplendor da epopeia em tôrno de factos tão recentes, que foram quasi seus contemporâneos. Mas, exactamente porque nisso, sobretudo, lhe encontramos e admiramos o génio, também é justo desculpar os poetas da guerra actual, por terem sido até agora muito abaixo de geniais. O mais que se lhes pode censurar é que não esperem que a guerra acabe, para depois lhe espremerem a poesia; e não compreendam que a todos nós agrada muito mais neste momento lê-la em lacónicos telegramas do «Times», sem arte e sem estilo, do que na estirada rima das suas rimas.

O poeta Lissauer, de Munich, não tem génio, mas tem mau génio; e por isso atira-se aos Ingleses com todo o fel que o seu patriotismo destilou em versos como estes:

...Ódio por terra, ódio por mar,
Ódio do cérebro e da mão...

Muito melhor cantava Junqueiro, há
vinte e cinco anos:

Ódio danado, ervado, infrene,
Ódio mortal!...
Ódio que turve e que envenene
A fonte angélica e perene
Do branco leite maternal!...

O ódio de Guerra Junqueiro, incomparavelmente mais poético que o de Lissauer, foi também fulminado contra a Inglaterra, que nesse tempo nos castigara de um namorico entre Portugal e a Alemanha, tirando-nos algumas terras africanas. Mas o ódio é um sentimento tão estéril para semear poesia duradoira, que agora, vinte e cinco anos volvidos, Guerra Junqueiro não poderia dizer em público os seus versos, e as crianças que êle queria amamentadas com um leite envenenado de ódio anti-inglês, estão hoje

em risco de ir, como soldados, combater e morrer pela Inglaterra...

XXXIII

MÊDO AO CHICOTE

11 de novembro,

A antipatia quási universal que a Alemanha concitou desde o comêço da guerra tem, além das causas militares, sentimentais e económicas já tão discutidas, uma outra que se poderia resumir neste projecto de provérbio: «Livra-te de patrão novo e de rede velha.»

Se o mundo é, com efeito, um poleiro que se tornou estreito para os dois galos germânico e britânico, e se a bulha actual tem como significação principal o ciúme dêsses dois gordos concorrentes, o mundo obedece a um instinto inconsciente mas seguro, pondo-se resolutamente da banda do patrão velho.

O hábito de mandar nem sempre traz a sciência de mandar melhor ; mas é certo que quem manda há muito, sabe ou pode mandar mais docemente. O velho símbolo do vilão com a vara na mão quer dizer isto mesmo : confissão popular e universal de que a verdadeira liberdade não existe ; e que o verdadeiro ideal realizável da liberdade é, simplesmente, não mudar de dono.

Parece que a Alemanha tem grande empenho em que o mundo mude de dono ; e o mundo percebe muito bem que esta mudança convêm á Alemanha, mas não lhe convêm a êle. Prefere continuar a ser o criado velho de um velho *lord* que lhe dá as suas ordens com familiaridade e bonomia, a entrar ao serviço de um soldadão improvisado em grande senhor pela sorte-grande das armas vitoriosas, e pronto a berrar a sua lei com mau modo, pois só assim se vencerá a si próprio, pouco a pouco, de que realmente estará então podendo e mandando.

Não há planta de crescimento tão vagaroso como um grande senhor. E a própria

Alemanha é a mais eloquente prova disto. Há quarenta e quatro anos que ela entrou, pela derrota da França, na bela sociedade. Nesses quarenta e quatro anos não fez senão crescer, enriquecer, engrandecer. Meteu-se em tudo, provou de tudo, aprendeu tudo e conseguiu fazer tudo tão bem ou melhor do que os outros. Só num ponto falhou de todo a sua aptidão enciclopédica de imitar, de criar e de organizar: a Alemanha teve tudo o que os outros já tinham, menos uma boa diplomacia. A Alemanha conheceu a riqueza, o conforto, o prestígio; mas não conseguiu adquirir as boas maneiras. Onde era preciso convencer, rugia. Onde era preciso conseguir, maltratava.

A guerra actual resulta um pouco desta falha. A germanofobia universal, também. O mundo sabe que é inevitável ter um amo. O que êle quer evitar é o chicote.

XXXIV

GUERRA DE MAIS

13 de novembro.

Confesso o meu grande pecado:

Quando o céu da Europa começou a entrovistar-se, e a deixar prever para muito breve o inferno da guerra, o espectador curioso da comédia e da tragédia humana falou em mim mais alto que o homem — e receei (*mea maxima culpa!*) que se não quebrasse a paz...

A paz quebrou-se, e esmigalhou-se mesmo. Os seus mil cacos, sob a forma de outras tantas declarações de guerra, tilintaram no ar europeu como uma torrente de pratos, jorrando de um guarda-loiça a cair. E depois, e até agora, tem sido a guerra, a guerra medonha, a guerra pegada e diária, incessante e interminável, indecisa, teimosa e contagiosa.

*

E, agora, já desejo a paz; mas tenho a confessar outro peccado: desejo a paz, sobretudo, para saber como a guerra acabará. E desejo-a tan:bêm para pensar noutra coisa.

Se a guerra tiver de durar anos, é claro que todos nos habituaremos a ela por tal forma, que no dia em que ela acabasse de repente (o que já não é possível) sentir-nos-íamos desempregados; e teríamos de jogar o bridge, ou de juntar estampilhas, ou de fazer paciências, para enchermos o tempo. Mas nesta altura em que a guerra já durou o bastante para sabermos o que ela é, e ainda não durou o preciso para deixarmos de lhe dar importância, o nosso sentimento é o da fadiga e do incómodo. Visitar o museu do Louvre, e ouvir uma verdadeira ópera de Wagner, são grandes prazeres de arte, não há dúvida. Para muita gente, são prazeres grandes de mais. A nossa capacidade emotiva afinou-se com a civilização e com a paz. Ganhou em intensidade o que perdeu em resistência. Não estamos preparados para as grossas emoções, nem aliás se inventou ainda

maneira de comover alguêm durante anos seguidos, mantendo-o num grau permanente de dor ou êxtase bastante alto, para o impedir de abrir a bôca, farto e cansado, e exclamar: — Que formidável estopada!...

O barulho da guerra atordoou-nos a principio, interessou-nos depois, e ainda nos entretém muito, a estas horas. Lá virá tempo em que os ouvidos, afeitos, deixem de ouvir. Antes disso, há de chegar o dia em que êle nos fatigue; e talvez venha a fazer-se a paz, não porque vença êste ou aquele dos grandes adversários, não porque êles consigam cansar-se uns aos outros, mas por descobrirem que os fatigados somos nós, respeitável público, e que não vale a pena fazer a guerra, sem ninguêm disposto a chorar mais catástrofes, ou a aplaudir mais heroísmos.

XXXV

CÂNDIDO, OU O OPTIMISMO

15 de novembro.

Se a única maneira de ser feliz é contentar-se a gente com a sua sorte, podemos dizer afoutamente que os homens mais felizes do mundo, neste momento, são aqueles críticos militares alemães que consideram uma grande vantagem para a Alemanha terem vindo as tropas inglesas combatê-la na França e na Bélgica.

Entendem êles que dessa maneira está a Alemanha atacando a Inglaterra virtualmente em território inglês, sem ter o trabalho difícil de invadir as ilhas britânicas. Amabilíssimos, os Ingleses levam os seus soldados á linha de batalha prefixada pelos Alemães, e fazem ao Estado-Maior alemão o precioso obséquo de o não forçarem a dispersar as suas fôrças e a distraír o seu

comando por um terceiro teatro de operações. Assim, a missão capital ou única que á esquadra britânica tem cabido na guerra actual, e que consiste em proteger e assegurar o desembarque de soldados na França ou na Bélgica, tem beneficiado sobretudo a Alemanha. Esta aproveita-se da vantagem magnífica de ir destruindo os exércitos ingleses sem ter de os ir procurar; e quando, por sua vez, a esquadra alemã for chamada a cooperar na invasão da Inglaterra, não encontrará a fazer-lhe face mais do que um reduzido número de tropas territoriais, incapazes de resistência séria.

Tudo isto é muito bem pensado: A esquadra inglesa a trabalhar pela Alemanha, enquanto a esquadra alemã se conserva em repouso para realizar a seu tempo, fresca e louçã, o trabalho mais fácil... E o exército inglês, em vez de se deixar estar na Inglaterra de perfeita saúde, caindo na asneira de se vir suicidar aos bocados, na França e na Bélgica, diante dos canhões alemães!...

Custa a crer que os Ingleses, que tinham fama de razoavelmente espertos, se deixassem cair numa ratoeira destas. E chega a gente a desconfiar que lord Kitchner é um espião alemão, e que Sua Graciosa Majestade Jorge v, graças ao sangue alemão que tem nas veias, está fazendo disfarçadamente o jôgo da Alemanha.

Sendo assim, já não resta dúvida de que a Inglaterra está perdida. Um belo dia o general sir John French (que manifestamente também anda entendido com os inimigos da sua pátria) anuncia que vai pôr cêrco a Berlim. Esta notícia, transmitida logo para Inglaterra, produz no povo um entusiasmo ingénuo. Entretanto o Kaiser, pela telegrafia sem fio, pisca o ôlho ao seu cúmplice Edward Grey, como quem diz:

— Obrigado, rapaz, por essa excelente idea de me trazeres a Inglaterra ás portas de casa. Para a vitória ser completa só falta agora que me mandes pôr a ilha de Santa Helena aqui no meu quarto de dormir.

XXXVI

A GUERRA E A PAZ

17 de novembro.

O eclipse da paz vai-se fazendo sentir cada vez menos fora da zona de totalidade. Onde passa a sombra negra da guerra ficam arrasadas as cidades, as searas adubadas de cadáveres nada produzem, luto e miséria cobrem a terra infeliz que os exércitos atravessam e pisam. Mais ao longe há países inteiros tranqüilos; e muitos deles estão enriquecendo e medrando, vivendo e gozando da guerra que arruína e assassina outros.

Assim é feito êste mundo, cuja lei parece ser o paradoxo, e cuja função é o equilíbrio.

No entanto, ainda há poucos meses a previsão do conflito arripiava os cabelos a todos nós, por muito afastados que nos supuséssemos das mais prováveis linhas de com-

bate. Tínhamos visto estreitarem-se cada vez mais as relações económicas entre os povos, até formarem uma rêde tão fina e ampla de interesses e dependências, que um rasgão em qualquer dos pontos causaria por fôrça a destruição de todo o sistema. O esquimó na Lapónia, o negro no coração de África, o montanhês dos Andes, o ilhéu do mais humilde rochedo do Pacífico, liam o último discurso de Guilherme II, e tremiam pelos seus futuros almoços, pela inteireza da sua cabana, pelo pudor da espôsa, pela adorável vida do filho...

Eis senão quando, veio a guerra. Muitos de nós, habitantes das latitudes afastadas do foco, julgámos chegado o nosso penúltimo dia, e teríamos ficado na cama, á espera de morrer pelo menos de fome, se a curiosidade nos não impelisse a ir buscar o jornal, para vermos quem estaria a dar mais pancada.

Depois veio a dansa macabra dos câmbios; pararam as importações; subiram os preços, e os ministros reuniram-se em conselho por tôda a parte, para estudarem o

meio de reproduzir, com leis e decretos, o milagre de Cristo nas bodas de Canaan. E nós continuávamos a levantar-nos tôdas as manhãs, não porque valesse a pena viver o pouco que evidentemente nos restava de vida, mas para lermos os telegramas da guerra.

E a guerra continuou, e a guerra continua, e a guerra continuará; e nós cá vamos vivendo, e comendo, e dormindo, e gozando, fora da zona de totalidade, tal qual como dantes, ou melhor do que dantes, porque fazemos o que fazíamos, e duramos como durávamos, e temos afinal o que tínhamos, com mais um assunto palpitante e que se não esgota, de conversa, de distracção, ou de filosofia.

Subiu o preço das couves, mas desceu o dos ananazes. A crise arruinou uns, mas vai enriquecendo outros. A vida encarece, mas como tôda a gente compra e vende, fica uma coisa pela outra. E assim a guerra é o diabo, não há dúvida; mas é o diabo sobretudo no sentido... de não ser tão feia como a pintavam, pelo menos vista de longe.

O hábito não faz o monge, mas o «hábito» faz o homem. E nós estamos habituando á guerra tão depressa, e tão bem, que, se ela durar mais cinco ou seis meses, somos capazes de começar a ter medo á paz, cujo futuro anúncio há de soar a muitos como o de uma tremenda calamidade...

Ainda há dias se discutiam num grupo os perigos que Portugal corre na presente guerra, quando um velho político se saíu com esta :

— A guerra não vem até tão longe, descansem. O pior, e que com certeza cá chega... é a paz.

XXXVII

SABER MANDAR

18 de novembro.

Há vinte e quatro anos, em Coímbra, declarámos guerra á Inglaterra, e fomos

terríveis. Em vociferantes cortejos nocturnos pela Alta e pela Baixa, insultávamos Salisbury e a Rainha Vitória. Á luz sinistra dos archotes, marchávamos pela Sofia até á Estação Velha, ululando de patriotismo e de raiva; e arrancávamos das paredes os anúncios da *Royal Mail*, que eram de fôlha de ferro e soltavam gemidos plangentes sob os nossos pés implacáveis; e queimávamos, reunidos em grandes círculos selvagens, entre gritos do ódio, tôdas as bandeiras inglesas que podíamos encontrar ou fazer.

Êste desespêro durou semanas e meses. A Inglaterra, com os longos ouvidos e olhos dos seus telégrafos e dos seus jornais, viu e ouviu tudo, mas não se zangou. O que ela queria era um pedaço de África, lá ao longe, onde se supunha existir muito oiro enterrado, que nós considerávamos nosso, mas que a Inglaterra considerava útil para fazer libras. Não queria mais nada, e por isso levou-nos as terras, e achou perfeitamente natural que as nossas saudades patrióticas revestissem aquele feitio inocente, mas no

entanto desagradável para o seu nome e para a sua bandeira.

Poucos anos mais tarde florescia em Lourenço Marques um brutinho chamado Pfeil, que era cônsul da Alemanha e tinha dois criados moiros. Nesse tempo ainda o povo português não tinha descoberto que Deus Nosso Senhor não vale um caracol, comparado com o dr. Afonso Costa; e por isso não perdoou que os dois maometanos se ficassem de turbantes colados ao crâneo, ao passar de uma procissão religiosa sob as janelas do consulado. Protestou, gritou, e os homens, convencidos, resolveram mostrar as carapinhas.

Mas o cônsul era alemão. E como o cortejo retrocedesse uma hora mais tarde pelo mesmo caminho, lá estava a varanda do consulado com a bandeira alemã desfraldada, e, por baixo do pano tricolor, os dois moiros de turbantes enfiados, e no meio o terrível Pfeil, com ares de ter o Imperador Carlos Magno na barriga, e com o seu chapéu alto bem plantado na sua cabeça bem quadrada.

O povo, toiro ingénuo, deu a sorte tôda. Os vidros das janelas ficaram quebrados, e parece que uma pedra roçou o emblema sacrosanto. Vinte e quatro horas depois, o govêrno portuguguês era obrigado por um *ultimatum* da chancelaria imperial a mandar saudar com vinte e um tiros da fortaleza a bandeira alemã; e a apresentar, por intermédio do governador do distrito, as suas desculpas ao provocador.

Este paralelo entre a attitude da Inglaterra e a da Alemanha perante casos idênticos, ilustra bem os motivos porque o mundo inteiro é agora germanófobo. Pode ser que a Alemanha vença; mas a sua vitória seria inútil, e efémera, se ela não aprendesse depressa o que ainda lhe falta para *poder mandar*, que é *saber mandar*.

XXXVIII

CRÉPÚSCULO DOS DOGMAS

22 de novembro.

Num jornal alemão escreve um homem de meia idade: «Nós, os velhos, resignemo-nos a não ver o fim desta guerra.

Assim se enterra, no próprio solo onde nascera, um dos dogmas mais firmes em que as nossas previsões se apoiavam ao romper das hostilidades. Para os Alemães, como para quási tôda a gente, a guerra seria fulminante: a França, esmagada em poucos dias; e a máquina militar, precipitada imediatamente contra o inimigo de Leste... Afinal, volvidos quatro meses de campanha, Paris está livre, e a área francesa invadida reduz-se a um cantinho da fronteira.

Outro dogma alemão era a entrada pela Bélgica, rápida e suave como de faca em

manteiga de verão. Outro, a neutralidade da Inglaterra. Por mais inacreditável que agora nos pareça êsse estado da alma germânica, o certo é que os dirigentes alemães supuseram possível que a Gran-Bretanha assistisse desinteressada ao caminhar de uma guerra em que só ela pode lucrar. Hoje, ásperamente desiludidos, já os Alemães atribuem á pérfida Albion tôdas as graves falhas dos seus cálculos; mas, no momento próprio, esqueceram-se de que o Bretão é na Europa o único inimigo digno deles; e até conseguiram esquecer-se de não terem feito outra coisa, durante êstes últimos vinte anos, do que prepararem-se lenta e metódicamente para assaltarem o Bretão no seu próprio fojo insular...

O dogma da invasão russa também encontra hoje muito abalados os seus numerosos fiéis de há quatro ou cinco semanas. E assim vão falhando, um por um, os cálculos que pareciam mais bem assentes e as previsões que se julgavam mais sólidas.

Apesar dêstes exemplos edificantes, ainda

há quem se delicie a prever e a dogmatizar. Há sobretudo os profetas políticos, sempre prontos a acreditar naquilo que desejam e incapazes de verem, nos assuntos mais altos e nos factos mais transcendentos, para além dos seus pequeninos egoismos locais e quotidianos. Onde quer que tremelique uma republiqueta sem fé em si própria, espera-se e acredita-se que vença a França, e que a vitória da República Francesa regará com óleo de fígados de bacalhau tôdas as democracias tuberculosas. Onde quer que um conclave de sebastianistas se reúna para dar balanço aos progressos da Restauração, fazem-se preces ardentes para que vença o militarismo prussiano e para que êle venha entronizar de novo quantos reis de copas há por êsse mundo, exilados dos respectivos baralhos.

Ninguêem se lembra de que a História Universal poderia estar tôda miúdamente escrita em meia fôlha de papel, se as suas leis reguladoras tivessem a simplicidade infantil que a cegueira dos homens lhes atri-

bui. Ninguém aprende, apesar de tantas e tantas desilusões, que a lógica dos factos parece ter como divertimento favorito o seu velho jôgo de fazer pirraças á lógica dos homens.

XXXIX

PORTUGAL NA GUERRA

24 de novembro.

Portugal vai intervir directamente na guerra europeia? Há quem diga que sim e até se diz que, de facto, existe já o estado de guerra entre Portugal e a Alemanha, no sul da província de Angola. Se assim é, já não nos falta que fazer; mas, se tivéssemos de combater também na Europa, não haveria aí razão para rir, nem sequer para desdenhar.

Os louros ganhos na África, contra negros armados de flechas, não são tão baratos como isso. As «flechas» das nossas

guerras de África fazem triste figura na prosa com que alguns jornalistas alemães troçaram da beligerância portuguesa; mas, na realidade, essas pobres «flechas» teem sido substituídas muitas vezes, nas mãos do preto, por excelentes espingardas Mauser. E quando S. M. I. Guilherme II se dignou condecorar Mousinho de Albuquerque com a Águia Vermelha, é porque certamente imaginou que os louros ganhos por êle contra os pretos valiam mais que uma simples galinha depenada.

A Alemanha, desde longos anos, cubiça Angola; e cubiça-a exactamente por saber que o que ali havia a fazer de mais difficil, já está feito. Já está feito por nós, á custa de muita vida, de muito sangue, de muito sofrimento e de muito heroísmo que, conquanto não tenha ainda sido publicado em suplemento aos *Lustadas*, pode fazer menos má figura ao pé do antigo.

Certamente, o preto é um pobre diabo. Mas, talvez por isso mesmo, tem sôbre nós, brancos, a vantagem de viver num ver-

dadeiro inferno. Ali não há palácios confortáveis onde se instalem galhardos príncipes imperiais, nem adegas de Champagne, adequadas a mitigar as sêdes épicas dos soldados alemães. Ali mata-se a sêde com a água dos pântanos; ali respira-se a febre; ali morre-se muito menos confortavelmente do que pelas explosões do conceituado obus de 42.

O que mais dói, e fere, nas guerras, não são as balas, as baionetas e os obuses. O que mais dói e fere, são as chuvas, os frios e os calores, as privações e os desconfortos, inimigos que os Portugueses nunca se desabituarão de enfrentar e vencer, desde longos séculos. E podem os patriotas alemães estar seguros de que, se os Portugueses, bem municados e bem instruídos, fôsem mandados para a França, para a Bélgica ou para a Alemanha, êles iriam como para uma viagem de recreio ou, quando muito, de convalescença.

XL

DA MENTIRA Á VERDADE

5 de dezembro.

O meu amigo escreve-me aflito: «...Mas que futuro triste nos espera a todos ! Os ódios internacionais vão ficar por longuíssimo tempo acesos e irreductíveis. O retrocesso moral e intelectual da Europa é já inevitável. Ninguém tornará tão cedo a saber o que é a Verdade em coisa alguma. E os nossos olhos não verão o fim disto...»

Certamente os nossos olhos não verão o fim disto, porque a terra há de ter mais pressa de comê-los, do que terão os homens de cessarem de aniquilar-se uns aos outros. Os nossos olhos não verão o fim disto ; mas os nossos olhos não teem feito outra coisa senão ver o princípio disto, e no entanto não se cansaram, nem desgostaram de ver.

Os ódios internacionais vão ficar por longuíssimo tempo acesos e irreduzíveis? Ganharão assim em lialdade e em verdade, mostrando-se francamente o que são, em vez de se disfarçarem como até aqui na hipocrisia das fórmulas suaves, das doutrinas pacíficas e das quimeras celestiais. O homem continuará simplesmente a ser o lobo do homem, como foi sempre; mas terá despido a pele do cordeiro, que era a traição sôbre a ferocidade.

Antes de nos afligirmos em face do receio de que a Europa vá retroceder, averiguemos se ela com efeito teria progredido. E havemos de encontrar que se obtivera mais confôrto nas casas, mais rapidez nos transportes, mais claridade na iluminação; mas que as almas se conservaram tão frias, tão rudimentares e tão negras, como sempre foram. Havemos de reconhecer que o esforço para democratizar o Ideal equivalia a rebaixá-lo; e que a Humanidade só pode florir na razão de uma alma clara, por milhões de sombrias feras.

Assim tornaremos bem cedo a saber o que é a Verdade; ou a saber, pelo menos, que ela não está, nem pode estar, nas ilusões e nas mentiras com que temos sido embalados. Devemos, por isso, maldizer da guerra? Talvez. Mas sejamos justos com ela. Não digamos que nos estragou o mundo. Acusemo-la, apenas, de nos haver cortado o sono.

XLI

OS BÁRBAROS

12 de dezembro.

O que na história dos povos meridionais e latinos se intitula de *Invasões dos bárbaros*, chama-se *Migrações dos Povos* nos compêndios de História redigidos pelos Alemães. A mais de mil anos de distância, ainda não foi possível dar ao menos um nome imparcial ao grande facto histórico que separa duas idades da vida da velha Europa. Quando êle se

deu, pouco sangue romano existiria nas veias dos homens da Gália e da Ibéria. Depois dele, essas raras gotas ficariam decerto diluídas e perdidas na torrencial inundação de Godos, Alanos e Suevos. E, no entanto, doze, e treze, e quatorze séculos volvidos, ainda os pequenitos franceses, hespanhois ou portugueses aprendem na escola a designar os homens do Norte por êsse nome que foi primeiro em Roma um apelativo de desprezo, e mais tarde um grito de horror. Dir-se-ia que a batalha de Teutoburgo foi ontem; que Arminio acaba de derrotar Varus, e que todo o mundo latino, ao menor revés ou desfalecimento de Joffre, está pronto a gritar-lhe, como Augusto ao general romano :

— *Legiones redde!* — Restitui-nos as nossas legiões!...

Nada pode exemplificar melhor do que esta resistência de um sentimento antiquíssimo, o predomínio da educação sobre o sangue. Pelo sangue (se alguma coisa existe realmente a que possa chamar-se o sangue

das raças) somos decerto mais germanos do que romanos; mas a educação conserva em nós, mais perfeita do que o insecto no âmbar fóssil, a consciência da latinidade.

Durante mais de trinta anos fomo-nos habituando pouco a pouco a comprar á Alemanha quási tudo o que comprávamos, a curarmo-nos com remédios alemães, e até a imitar as escolas alemãs, e, *horribile dictu!*... o próprio exército alemão. Mas bastaram 15 dias de actividade dêsse mesmo exército que nos esforçávamos todos por copiar como modêlo dos modêlos, para que o velho sentimento romano despertasse no fundo das nossas almas, e começássemos em côro a chamar bárbaros com tôdas as letras, e com todo o ódio em cada letra, aos nossos mestres, modêlos e guias da ante-véspera.

XII

HERÓI SEM PRÊMIO

13 de dezembro.

A vida e o futuro da França estão nas mãos do general Joffre, e parece que não estão mal. Por isso o mundo inteiro tem os olhos fitos nele, e nenhum nome francês soa hoje mais alto que o seu.

Govêrno, parlamento e presidente da república foram imediatamente ofuscados, desde que a guerra começou. E á medida que ela progredia, e que o nome do chefe militar em campanha ia ganhando prestígio, os representantes do poder civil diminuiam successivamente de importância, até ficarem reduzidos a pouco mais de coisa nenhuma. Porquê? Porque, de facto, nenhuma dessas figuras apagadas representa já hoje a vontade nacional. A vontade nacional, agora, é

só uma, e é vencer. E essa vontade única, mais instante, mais profunda e mais verdadeira que a revelada pelo sofisma ou pelo artifício eleitoral, encarna-se hoje em Joffre, e em mais ninguém. Joffre conseguiu sustar a invasão de Guilherme II. Por isso, e por muito desambicioso que seja, êle deve sentir-se no seu íntimo muito mais imperador dos Franceses do que Guilherme II, semi-vencido, o é já dos Alemães.

Mr. Poincaré, presidente da República, foi ao grande quartel-general e entregou ao generalíssimo Joffre a medalha militar. A medalha militar é em França uma altíssima distincção, usada com igual orgulho pelos mais ilustres generais e . . . pelos mais humildes soldados. Assim o disse Mr. Poincaré, no seu bonito discursozinho ao general Joffre; mas a medalha, nem por isso ficou maior. E também não ficou maior porque o presidente se tenha feito acompanhar, no acto da entrega, pelo ministro da guerra e pelos presidentes da Câmara e do Senado.

A democracia é omissa, por natureza, no

capítulo das recompensas ao heroísmo guerreiro. A guerra inverteu em França a hierarquia das instituições internas do Estado. E aqueles quatro senhores, fantasmas de poderes mortos em face de um poder vivo, entregando a sua medalhinha e proferindo o seu discursozinho, assemelham-se, vistos daqui, aos corpos gerentes de uma filarmónica de província, admitidos a entregar ao general Joffre o diploma de seu presidente honorário.

A República só terá um prémio á altura de Joffre vitorioso: é o Panteão.

Para o receber é necessário que êle morra primeiro, estabelecendo assim o compromisso irrevogável de que não deseja mais nada...

XLIII

DIPLOMATAS E SÁBIOS

17 de dezembro.

Os Estados-Unidos responderam vagamente á comissão de Belgas que se lhes foram queixar das atrocidades cometidas pelo invasor na Bélgica. Mas agora os Estados-Unidos falam já muito a sério em se armarem melhor, por terra e por mar, para defesa contra perigos futuros.

Entre a atitude primitiva de neutralidade amável e a actual, de desconfiança prudente, há um fio de ligação que explica como a grande potência americana passou rapidamente de uma para outra. Êsse fio de ligação é, com certeza, o manifesto dos sábios alemães, que procuraram convencer o mundo da necessidade inelutável que teve o exército alemão de proceder na Bélgica como procedeu.

Enquanto os Estados-Unidos puderam distinguir entre a Alemanha do Pensamento e a Alemanha do Fuzilamento, não lhes pareceu necessário aumentar a marinha e o exército. Mas, assim que algumas dezenas de professores alemães de fama universal apareceram a consubstanciar-se com os excessos do procedimento militar, a contestá-los pelo argumento pouco científico da palavra de honra, a afirmar que a sciência alemã encontrara um novo e precioso veículo no morteiro de 42, — então os Estados-Unidos perceberam que não há, efectivamente, duas Alemanhas, a das universidades e a dos quartéis, mas uma só, unida e unânime, cujo alvo comum é a conquista e o predomínio, e cuja mania de procurar um lugar ao sol faz sombra a tôda a outra gente.

O sábio Haeckel não se limitou a assinar o manifesto colectivo: escreveu artigos onde se preconizava a conquista de Londres; a partilha da Bélgica entre a Holanda e a Alemanha; a anexação do noroeste da França, da Polónia russa, das províncias russas do

Báltico, do Congo, e de uma grande parte das colónias britânicas. Outro tanto fez o sábio Wilhelm Ostwald, decretando sumariamente que a Alemanha alcançou um grau de civilização superior ao dos outros povos e que o resultado da guerra há de ser a organização da Europa sob a hegemonia germânica. E assim os maiores sábios alemães vieram completar a obra desastrosa da diplomacia alemã e alienar da Alemanha as raras simpatias que os seus diplomatas ainda lhe não tinham estragado.

XLIV

O ÊRRO ALEMÃO

18 de dezembro.

Alguns estrategistas de chinelos de feltro e barrete de dormir explicaram que a Rússia deixou invadir a Polónia, porque prefere bater ali os Alemães, a defrontar-se com

êles junto da fronteira, protegidos pelas suas óptimas linhas de comunicação e abastecimento.

Êstes felizes seres esqueceram-se de que nenhuma nação e nenhum estado dignos dêste nome se resignam a ver o próprio solo pisado pelo inimigo, a não ser quando não podem evitar essa desgraça, mil vezes pior que o terramoto, visto que os seus efeitos são em geral mais vastos, e muito mais lentos, torturantes e complexos os sofrimentos e misérias que produz.

Êsses felizes seres não viram decerto a Invasão, nem ouviram os pais e os avós falar-lhes dela. Êles são pelos Russos e querem, com muita pressa, que os Alemães sejam vencidos. Mas a sua mentalidade é semelhante á dos comandantes alemães que mandaram incendiar de ponta a ponta algumas infelizes povoações belgas e matar a oito centenas e centenas dos seus desgraçados habitantes. Êstes procederam assim, porque a Alemanha não foi invadida há mais de um século e porque, na orgulhosa segurança da

sua fôrça, imagina que também agora o não será. Os outros pensam assim, por lhes faltar a mesma dura experiência e por ignorarem talvez que a Polónia russa é uma das regiões mais densamente povoadas, mais industriais e mais ricas de tóda a Rússia.

Bem andou aquêlé jornal inglêz que estampava há dias uma grande vista de Cambridge incendiada e em ruínas. A famosa e linda cidade universitária inglesa está decerto livre do triste destino que a invasão alemã proporcionou á sua congénere belga. Mas os Ingleses, que desde Guilherme da Normandia tiveram tempo e retempo para esquecerem os horrores da Invasão, estão ainda muito precisados de que lhes avivem a memória e lhes mostrem, embora em pálidos desenhos, o que seria para êles uma visita de Guilherme da Alemanha.

— Havemos de reparar o mal que estamos fazendo, disse o chanceler alemão, confessando a iniquidade que vitimou a Bélgica.

Para o mal feito á Bélgica, pode talvez

haver reparação. Mas não a há, com certeza, para o mal feito á Alemanha.

Os excessos de repressão, de intimidação e de represália, cometidos contra as populações belgas, hão de ribombar cada vez mais alto pelos séculos fora, como um trovão de ressentimento e de pavor anti-germânico. Duas das literaturas mais ricas e mais espalhadas pelo mundo inteiro apoderar-se-ão deles como de um magnífico assunto de tragédia moderna, que será ao mesmo tempo a mais contundente arma política na continuação desta longa luta de nacionalidades e de raças. E a Alemanha, a doura e sistemática Alemanha, não prevê ainda a estas horas, no mal feito aos pequenos e aos fracos, o dano irreparável que, vencida ou vencedora, fez, na verdade, a si própria.

XLV

NOVA PROFECIA

23 de dezembro.

Já lá vai quasi meio ano e cada vez parece mais difficil dizer quando e como a guerra acabará. Ao romper das hostilidades ainda muitos profetas se atreviam a prometter-nos a paz a praso curto e fixo. Agora os profetas recolheram todos modestamente cada viola a seu sacco e já sabem dizer, como os simples mortais, que a guerra actual transcende, pela grandeza e novidade, todos os limites da imaginação e da razão; que as fôrças em jôgo — fôrças morais, materiais, financeiras, económicas, religiosas, fanáticas — desafiam qualquer capacidade de análise e de investigação; que os nevoeiros do receio e do optimismo, da ignorância e do preconceito, do patriotismo e do ódio, nos im-

pedem a todos de ver o próprio presente e, mais ainda, de calcular o futuro...

E assim é que está certo. A única coisa que nós sabemos, é que não sabemos nada. Pouco sabemos, até, dos próprios factos mais simples e mais susceptíveis de reduzir-se a expressões numéricas irrefragáveis e certas. Não sabemos quantos meses a Alemanha pode durar sem o seu formidável comércio exterior; não sabemos de quantos quilos de pão ela pode dispor neste momento; não sabemos como é que a França está vivendo e resistindo financeiramente; não sabemos de quantos soldados a valer se compõe a fôrça militar da Rússia; não sabemos, sequer, o que vale neste momento e o que irá conseguir, como arma de ataque, o poderío naval da Inglaterra.

Se tudo ou quási tudo ignoramos do que poderia fácilmente exprimir-se em algarismos e estatísticas, como poderemos arrumar em equação aquilo que escapa, de sua natureza, a todo o cálculo e a tôda a contagem? Quem pode prever qual será o estado moral da

população alemã daqui por um mês? Quem sabe dizer-nos agora o tempo que ainda pode durar, esquartejado pela guerra, o artificialíssimo Estado austro-húngaro, tão instável e centrífugitivo no próprio tempo de paz? A opinião pública britânica, sempre equilibrada e prática, quanto tempo preferirá ainda um triunfo esmagador, mas longínquo, a qualquer arranjo mais próximo e mais seguro, embora menos brilhante? E uma vez que a Guerra envolveu no mesmo sedeiro enorme uma tal maçaroca de povos e de raças, de nações e de religiões, quem afirma que não surgirá um outro Napoleão dos campos de batalha da Europa, ou que não se estará chocando um novo Maomé nos desertos ardentes da Arábia?

Tudo pode ser e nada, portanto, se pode prever. Mas, entre as mil profecias e cálculos que eu tenho tido ou ouvido, nenhum me quadrou tanto, até hoje, como os de um Minhoto inculto, mas esperto, que há dias encontrei no comboio. É homem que trata dos seus negócios e não pensa na Guerra mais

de três ou quatro minutos por dia, se é que tanto gasta na leitura dos grossos títulos com que os nossos jornais encabeçam as suas magras e confusas notícias. Não lê mais nada, e nada sabe, nem da história, nem da política, nem sequer da geografia da Europa; mas tem, exactamente por isso, uma opinião bem formada e bem clara: para êle a Guerra durará enquanto a Inglaterra e a Alemanha quiserem. E no fim de tudo vencerão, com certeza, a Inglaterra... e a Alemanha.

XLVI

MICRÓBIO ALEMÃO

25 de dezembro.

O mundo inteiro está a tal ponto atacado da germanofobia reinante, que até os dedos lhe parecem Alemães. Factos e circunstâncias que antes da guerra passavam despercebidos a tôda a gente, ou não affligiam

ninguêm, são agora chamados a capítulo, revistados de alto a baixo, e nos mais inocentes logo se descobre, a olho nu e ás miríades, o desconfortável bacilo pan-germanista.

É o que se está dando na América do Norte (e com mais razão se daria na do Sul) relativamente a uma lei votada pelo *Reichstag* pouco tempo antes de rebentar a Guerra, e na qual se regula a aquisição e a perda da qualidade de cidadão do Império.

No seu artigo 25, esta lei estatui que a qualidade de súbdito alemão se pode conservar, ainda quando se haja adquirido outra qualquer nacionalidade, desde que préviamente se tenha requerido e obtido o consentimento escrito da competente autoridade imperial para apanhar a segunda nacionalidade, sem desistir da primeira e . . . verdadeira. Outras disposições da mesma lei permitem que todo o indivíduo de sangue alemão possa ser considerado pelo Império como súbdito alemão, ainda que, havendo nascido fora da Alemanha, nunca lá tenha pôsto os pés, nem faça tenção de os vir a pôr.

Tudo isto, evidentemente, constitui um documento bem autêntico de imperialismo sistemático, científico e premeditadíssimo. Tudo isto se integra no âmbito dos propósitos de conquista lenta e mansa da hegemonia universal, que a Alemanha vinha revelando desde longo tempo a todos aqueles que não teem a fortuna de ser parvos. Mas tudo isto representa no fundo uma fôrça artificial que se pretende construir sobre uma grande fraqueza natural. Se para nacionalizar os Alemães que emigram foi precisa uma lei tão especial, isso quer dizer principalmente que a emigração desnacionaliza os Alemães.

Vejam lá se os Ingleses precisam de uma lei assim para se conservarem ingleses. Logo que qualquer vago projecto de Inglêsinho começa a desenhar-se dentro da sua mãe que Deus fará, imediatamente esta toma o paquete para que o novo Inglês venha a nascer na velha terra inglesa. E, ao passo que o govêrno alemão gasta rios de dinheiro a subsidiar escolas suas em terreno alheio,

para pôr a Alemanha á porta de cada um dos seus fugidios emigrantes, a Inglaterra não se cansa a fazer nada disso, porque sabe que o verdadeiro Inglês, nasça onde nascer, virá á custa dos pais, e por espontâneo esfôrço deles, educar-se a seu tempo na própria Inglaterra.

Os Alemães são terrivelmente absorventes e ameaçadores, não há dúvida. Mas não são as suas leis que os fazem tais. A sua fôrça é feita da fraqueza das raças ameaçadas. E o que êles põem no papel só nos faz mal, por causa do que nos falta no sangue.

XLVII

MILITARISMO E SOCIALISMO

29 de dezembro.

Os psicólogos que estudaram a alma colectiva da Alemanha contemporânea, são unânimes na afirmação de que o partido da

guerra se recrutava sobretudo entre os fidalgos de província, que ao mesmo tempo constituíam os corpos dirigentes do exército e representavam na política nacional o partido económico dos proprietários territoriais.

Esta classe de indivíduos era impacientemente belicosa por três motivos principais. Primeiro, porque era ela quem fornecia quasi toda a officialidade a um exército poderoso, activo, inteiramente em dia — máquina de caldeiras sempre acesas para entrar em acção á primeira voz. Segundo, porque a evolução da política interna no sentido democrático, ao mesmo tempo que aproveitava ao socialismo, ia aproximando cada vez mais, *ipso facto*, o momento desconfortável em que a nobreza territorial perderia, de todo, a importância e o poder. Terceiro, porque as crescentes despesas militares, não podendo pesar mais sobre a indústria sobrecarregada e o operariado recalcitrante, viriam próximamente a ser pagas em grande parte, sob a forma de um agravamento fortíssimo do im-

posto sôbre as heranças, pela classe aristocrática dos proprietários rurais.

E aqui estão os grandes motivos, bem claros e bem humanos, por que os fidalgo-tes alemães empurravam o país inteiro para a aventura militar, seguros de uma vitória que beneficiaria o povo todo, e a êles lhes asseguraria um precioso acréscimo de valor social e o adiamento de consideráveis sacrificios materiais.

O que nisto há de sumamente interessante, como ensinamento sociológico, é a ironia dos factos. As retumbantes vitórias de 66 e 70 elevaram a Prússia belicosa, latifundiária e aristocrática á testa da Alemanha unificada. Mas a Alemanha unificada sôbre a base das vitórias prussianas evoluiu imediatamente no sentido da expansão industrial e comercial, e criou assim necessidades e aspirações económicas, incompatíveis de todo com os interesses políticos e financeiros da Prússia belicosa, latifundiária e aristocrática. O militarismo triunfante gerou o socialismo; e o filho ameaçou a mãe que o criara.

Boa lição de surpresas e contrastes aos ingénuos que continuam a prever, segundo os seus míopes interessezinhos de hoje e de amanhã, que a Reacção triunfará com a vitória da Alemanha, e que a árvore da liberdade deitará mais sombra, se os Aliados vencerem os Germanos.

XLVIII

IGREJA E ESTADO

31 de dezembro.

Os habitantes da costa inglesa mais ameaçados pelas correrias navais dos Alemães, não cessam de pedir ao govêrno que os defenda. Aos de Yarmouth falou assim o reverendo Mac-Carthy, no seu sermão de Natal:

« É melhor sermos nós bombardeados e sofreremos perdas de vidas e fazendas, do que prejudicar-se o plano geral da guerra

com quaisquer esforços para a nossa protecção especial. Nenhum patriota hesitará em concordar que a destruição das cidades da costa oriental é um sacrifício modesto á salvação da Inglaterra e do Império. Achá-lo-ão duro alguns; mas êsses são os que dão á vida e á riqueza valor mais alto que o que lhes atribuem a Natureza e a Providência. A Natureza considera-as em muito pouco, como a cada passo o demonstrem os terremotos, os ciclones e outros cegos desencadeamentos das fôrças físicas. Deus, pelo Seu lado, ensina-nos que o melhor uso que nós possamos fazer dos nossos bens é pô-los a serviço dos outros; e que o melhor emprêgo da nossa vida é o seu sacrifício em proveito do próximo. Vivendo na costa oriental da Inglaterra, temos o privilégio de estar na linha de fogo. Compenetremo-nos disto e aprontemos os nossos corações. Não temos louvado e exaltado tanto o heroísmo daqueles que morrem nas trincheiras e cujos nomes são inscritos no registro de honra?... Pois, se os nossos louvores eram mais al-

guma coisa do que vãs palavras, preparemo-nos para morrer, como êles, no nosso pôsto e para sermos louvados, como êles, pelo nosso heroísmo, e pelo nosso sacrifício.»

Que bem que falou êste padre! E como havia de ser difícil separar Estado e Igreja, num país onde os padres falam assim! Tão difícil, ou mais, do que separar a alma do corpo, cousa que nenhuma lei ainda tentou e de que nenhum legislador é capaz.

Num país onde os padres falam assim apetece ir ouvi-los; e, ali, por mais que as leis digam, e proclamem, e ordenem, que o Estado e a Igreja vivam cada um para seu lado, a verdade é que os dois estão juntos, e que ninguém os separa.

Nos outros, a lei cirúrgica limita-se a arrombar uma porta aberta, para executar uma operação que já está feita. Separar a alma do corpo, é impossível; e uma Igreja que se deixa separar do Estado, ou que se diz separada dele, é simplesmente um corpo de onde a alma já fugiu.

1915

I

ÓDIO SUÍCIDA

9 de janeiro.

Os jornais ingleses ainda não cessaram de publicar relatos pormenorizados da batalha naval de 8 de dezembro, ao largo das ilhas de Falkland. Deles se vê que os marinheiros alemães, com o seu almirante á frente, souberam morrer com heroísmo tanto maior, quanto foi verdadeiramente teatral, romanesco e inútil. Morreram de propósito, pela beleza da morte, pelo orgulho de mostrarem que sabiam morrer. Quási diríamos que morreram por vaidade, e que naquelas grandes almas pequeninamente se confundiram, no supremo instante, o heroísmo e o snobismo. Deus lhes perdoe, e nos perdoe a nós!

O *Leipzig* recebeu com uma descarga das suas poucas peças ainda úteis os barcos ingleses que manobravam para ir recolher-lhe os pobres náufragos. O *Scharnhorst*, navio almirante, com a pôpa já debaixo de água e a proa voltada ao céu, respondeu da mesma altiva maneira á oferta dos últimos socorros; e quando as ondas se fecharam sôbre o seu vulto desaparecido, cada homem ocupava o seu logar, e nem um se salvou. Sôbre o convés escalavrado do *Gneisenau* a afundar-se, foi a água quem abafou, nas bôcas heróicas dos sobreviventes, os sons do hino patriótico. E os dois navios carvoeiros — êsses mesmos subalternos comparsas — recusaram também entregar-se e preferiram reunir-se, no fundo do mar, ás três unidades combatentes.

Êste excesso de heroísmo, esta soberba de sacrifício e de aniquilamento mistura á nossa admiração um sabor acre, que a desvirtua. O heroísmo deve ser sôbre-humano, mas não desumano. Um alto exemplo de sacrifício entusiasma, e aquece o nosso cora-

ção: essa raiva de morrer, filha da raiva de não poder matar, enregela-nos e petrifica-nos, quási.

Parece que, no momento supremo, inevitável e há quatro meses previsto, em que o almirante alemão se encontrou de repente em frente de fôrças superiores, que em breve marcariam o fim da sua gloriosa acção na guerra, o sentimento dominante na sua alma devia ser o da consoladora satisfação pela consciência do dever tão exemplarmente cumprido. E então morresse embora êle com o seu navio, fiel á honra de marinheiro, que assim o exige e impõe aos mais responsáveis. Mas o sacrificio de centenas de outras vidas inocentes, que um simples gesto do comando salvaria dignamente, êsse não o pode perdoar nem desculpar um coração bem formado. O coração não o perdoa, e o cérebro só tem para êle uma explicação que o satisfaça: a pobre marinhagem dos cruzadores vencidos não foi sacrificada ao dever, nem ao patriotismo, nem á glória, mas puramente ao ódio—ao ódio tôrvo, amargo e feroz.

Êsse ódio inútil fez dizer lapidarmente a um grande jornal inglêz :

— Se os Alemães nos odiarem de tôdas as suas almas, e nós batermos os Alemães acima de tôda a dúvida, esta divisão de trabalho será excelente para a Inglaterra.

II

JOFFRE E RIBOT

10 de janeiro.

Não é bem exacto dizer-se que os destinos da França estão na mão do generalíssimo Joffre. A verdade é que, dentro da própria França, há hoje um outro homem cuja função é menos vistosa que a do grande soldado, mas nem por isso menos vital. Joffre tem sido de certo modo para a França o Napoleão da Inércia, uma espécie de Napoleão ás avessas, que, em vez de defender a sua pátria atacando e conquistando a Eu-

ropa inteira, a está defendendo pela imobilidade e pela firmeza. Napoleão foi uma tempestade, e Joffre é um dique. Napoleão não parava, e Joffre não se move. O futuro dirá qual das duas estratégias trouxe á França a vitória mais duradoira e mais sólida: se a da águia que voou até cair de asas quebradas em Santa Helena, se a da toupeira que dois milhões de Alemães não conseguem desenterrar da sua toca a noroeste da França.

Seja como for, o certo é que Joffre não é, não seria e não será nada, sem Ribot. Joffre, músculo da resistência, tem no ministro das Finanças o clássico nervo da guerra. Para que Joffre continue a resistir, é indispensável que Ribot continue a dar-lhe com quê. E se na ordem militar o grande homem é Joffre, sustendo a fúria alemã com um exército inferior, na ordem civil não o há maior que Ribot, se conseguir alimentar a guerra com as finanças que já recebeu comprometidas. A confiança que a Nação deposita hoje nestes dois homens é infinita e justificada. E o seu orgulho deve ser grande,

e é legítimo, quando um e outro se lembrarem de que os lugares mais difíceis lhes foram dados no momento mais grave,

Mas êste justo orgulho deve temperar-se em Ribot de um travozinho de ironia, quando êle se lembrar de que os mesmos políticos que na hora crítica o julgavam apto para o pôsto civil mais importante, o escorraçaram do poder grosseiramente pouco antes da guerra, quando ainda julgavam que a Fazenda da França podia continuar a ser aquela *roupa de Franceses* por êles próprios reduzida quási, em anos seguidos de desgoverno, a um inútil monte de farrapos.

É verdade que êsses mesmos políticos prepararam — e venceram — a poucas semanas de distância da guerra, umas eleições gerais cujo programa era o enfraquecimento militar do seu país. Não contentes de o terem arruinado, queriam também desarmá-lo. Por traição e felonias? Não, decerto: mas por cegueira e por egoísmo estúpido, não menos criminosos.

Agora fazem-se pequeninos e calam-se

tão bem, que já ninguém os vê, nem ouve. Mas quando a borrasca passar, hão de crescer, e gritar, e agitar-se de novo, como de antes, e o pobre povo ouvi-los-á e atendê-los-á, como de antes, sem dar fé de haver perdido, por grande culpa deles, tanta riqueza, tanto sangue e tantas vidas.

III

ALSÁCIA E LORENA

25 de janeiro.

Talvez esta historieta seja velha; mas eu ouvi-a agora pela primeira vez, e não resisto a contá-la.

Era na Alsácia de ontem, de antes da guerra, atormentada pelo ciúme prussiano, que em quarenta e quatro anos de posse não achou tempo para se transformar em confiança. E era numa reunião em que muitos oficiais da guarnição se encontravam com

algumas famílias gradas, alsacianas a valer, alsacianas desde antes da conquista.

Um deles conversava com uma senhora aparentada com as mais antigas casas de Estrasburgo e, na forma do costume, deprimia os Franceses. Depois de sublinhar-lhes as fraquezas e de enegrecer-lhes os defeitos, entrou também, com pesadona semcerimónia, a contestar-lhes as próprias qualidades. E resvalou a final na falta de espírito de discutir consigo próprio se os Franceses seriam, na realidade, tão espirituosos como se dizia.

Nessa altura caiu do penteado da senhora que o estava ouvindo um cabelo, que foi pousar sôbre a manga do vestido branco. O Prussiano, devidamente autorizado, pegou-lhe com as pontas dos dedos, e disse assim:

— Pretendem que os Franceses fazem espírito com tudo, e com coisa nenhuma. Que espírito poderia fazer o mais espírituoso de todos êles, por exemplo, com êste cabelo?

— Deixe ver, respondeu a dona. E como

tinha em Paris parentes emigrados desde o tempo da anexação, mandou-lhes no dia seguinte, pelo correio, o cabelo e a sua história.

Um mês depois recebia ela de França uma caixa minúscula, dentro da qual se continha uma jóia: uma águia de oiro, tendo preso do bico um cabelinho donde pendia uma criança vestida á moda alsaciana. E na tampa da boceta havia por dentro êste dístico: *«L'Alsace ne tient à la Prusse que par un cheveu.»*

A França teve espírito de sobra para aproveitar o cabelo. Mas ainda não teve fôrça para o cortar.

*

* *

Nunca estive na Alsácia e não posso por isso julgar, de sciência menos incerta que a da leitura do que uns e outros escrevem, se a antiga província francesa se sente mais ou menos feliz, desde que é alemã.

Se eu lesse só alemão, ou só francês, a minha opinião estaria formada há muito tempo e seria firme e inabalável como a rocha. Infelizmente, tenho ouvido as duas partes, como o juiz no tribunal; e daí resulta, como era de prever, que já não posso julgar. Mas posso dizer qual é o meu sentimento e o meu palpite, tal qual faria o juiz no tribunal, depois de instruído pela acusação e pela defesa, se o seu modo de vida, coitado, o não forçasse a dar sentenças num sentido, sôbre provas que provam em dois. Ora o meu palpite é que a Alsácia, a verdadeira Alsácia dos Alsacianos (e não dos Prussianos alsacianizados) está mais próspera, e menos feliz, do que no tempo dos Franceses. *Próspera e feliz* são sinónimos, isto é, são duas palavras que significam a mesma coisa para os gramáticos, e para os simples mortais coisas muito diferentes.

A Alsácia está próspera, porque tem as ruas mais varridas, os correios mais pontuais, as escolas mais eficazes, o comércio e a indústria mais ricos, do que no regime

francês. A Alsácia não está feliz, porque se sente menos bem tratada, menos livre, menos Alsácia, sob o domínio alemão. Se a compararmos a uma criança, diremos que ela andava dantes com o nariz sujo e comia pão sem manteiga, mas vivia com uma mestra indulgente: e que agora traz as botas muito bem engraixadinhas, tem sobremesa todos os dias, mas sente-se vigiada de perto por um prefeito de má catadura.

Além disto, a Alemanha é o presente e a França é o pretérito. Ora o pretérito, ao menos fora da gramática, é sempre perfeito e mais que perfeito.

IV

FÉRULA GERMÂNICA

26 de janeiro.

Quando em 1870 a Alemanha subjugou a França, logo se percebeu e se disse que

a sua vitória tinha sido preparada nas escolas, e que a belicosa França fora derrotada, não tanto pelos generais, como pelos professores alemães.

Viu-se então o próprio vencido prestar ao vencedor a última e mais alta homenagem, que é imitá-lo: ou o mordido curar a ferida com o pêlo do mesmo cão que o mordera. A França desatou a criar escolas, muitas escolas; a tomar por modêlo as escolas da própria Alemanha; e até a ensinar muito alemão nas suas próprias escolas. Por intermédio da França a religião do ensino germânico fez a conquista de todo o mundo, sem exclusão da mesma Inglaterra, tão independente e tão original em tôdas as suas instituições.

A Alemanha, como é natural, sentiu-se a Méca da Pedagogia, tomou-se do orgulho de mestra universal, requintou e ampliou cada vez mais a sua *vis* escolástica e acabou por se impregnar dêste raciocínio vaidoso, mas lógico, de que aquela com quem todos queriam aprender era, *ipso facto*, superior a

todos; e que o monopólio de ensinar a devia conduzir rápidamentee ao monopólio de governar.

Todos nós tivemos, quando crianças, um ou mais professores de que ainda agora nos lembramos com saudade, gratos á intelligência com que nos guiaram, e convencidos de que lhes devemos boa parte do que somos e fizemos.

Mas todos nós fariamos o mesmo gesto de repulsa, de enfado e, sendo preciso, de violenta libertação, se qualquer daqueles velhos educadores da nossa mocidade pretendesse fixar-se á nossa vida com goma arábica, e mandar em nós depois de crescidos, e prender-nos para seus escravos, a título de que tínhamos sido seus discípulos.

A Alemanha é um pouco assim : como o mestre-escola lhe deu Sedan há perto de meio século, entendeu que mais meio século de mestre-escola a tornava competente para *sedanizar* a Europa inteira. E, prevendo que a Europa não estivesse de acôrdo, armou-se de uma formidável palmatória, que não é de

pau de buxo, como a do snr. padre Francisco, mas de quatro milhões de soldados.

V

1815-1915

27 de janeiro.

A 18 de junho faz cem anos que se travou a batalha de Waterloo. E como o homem adora a simetria; como a sua pobre imaginação só pode medir o presente e o futuro pela bitola do passado; como a guerra actual faz lembrar, por mais de um aspecto, as que há um século tinham inquietado a Europa inteira — não falta quem espere para 1915 o fim do militarismo prussiano, tal qual em 1815 foi desasada para todo o sempre, no campo de Waterloo, a águia napoleónica.

Para ser mais completa a simetria das duas situações separadas por um século em

ponto, os papéis estão agora invertidos. Já um caricaturista francês, Jean Veber, desenhou a figura de Napoleão ressurgindo do túmulo dos Inválidos e gritando, ao invés de outro tempo: *Vive l'Angleterre!* E na mesma Bélgica, onde há cem anos a Prússia veio ajudar a despedir o golpe de misericórdia no conquistador francês, esperam os aliados de agora esmagar a Prússia conquistadora. Firme e coerente, a Inglaterra foi, de entre tôdas as nações interessadas nas lutas de então e de hoje, a única que se não deslocou do eixo de simetria.

Vencerá ela agora, como há cem anos venceu? E, vencedora, será a sua nova vitória tão completa, como a que lhe deu um longo e fecundo século de hegemonia mundial incontestada?

Ao contrário do que muita vez se diz, a História não se repete.

Para que a luta de hoje tenha um epílogo semelhante ao da outra, já não basta um Waterloo, seguido da competente Santa Helena. É preciso muito mais do que isso,

porque é preciso que a Alemanha e a Áustria fiquem totalmente esmagadas, isto é, que cem milhões de homens, ou pouco menos, sejam reduzidos a um estado de semi-servidão e quasi postos fora da humanidade. Ver-se-á isto? É possível, mas é difícil. Para lá chegar será necessária uma complicada e rara convergência de factos militares, de intrigas diplomáticas, de elementos financeiros e económicos, de possibilidades materiais, de circunstâncias morais e psicológicas, e até de imponderáveis e incoercíveis acasos, que ninguêem pode prevêr, nem evitar, nem dirigir. E, quando lá se chegar, falta ainda assegurar que lá se fique: falta estabelecer o mais difícil, que é a perduração de um resultado contra a natureza.

Porque em 1815 se acabou com um homem, não se peça a 1915 a exorbitância de acabar com um povo, e de mais a mais com um povo que começa, e cujo grande erro foi querer avançar mais cedo ou mais depressa do que devia.

VI

O RÉU

28 de janeiro.

O illustre snr. Paulo Deschanel, quando foi reeleito presidente da câmara dos deputados de França, disse, no seu discurso inaugural:

«Ao Parlamento da República teem sido dirigidas várias recriminações injustas, que a seu tempo hão de ser discutidas. Por agora basta-me consignar a minha convicção de que uma das grandes lições da guerra actual é exactamente a necessidade de uma futura inspecção parlamentar mais forte do que nunca. Se o Parlamento tivesse ousado mais e sabido mais, a França estaria hoje em melhor posição.»

Ninguêem podia esperar da bôca do presidente reeleito a condenação da obra a que êle próprio presidiu nos anos anteriores. O snr. Paulo Deschanel cumpriu o seu dever,

defendendo a instituição que estava representando e simbolizando, no momento de falar. Mas qualquer de nós está no seu direito, cedendo á tentação inevitável de fitar de perto os seus argumentos, de os cotejar com a realidade e de projectar sôbre êles a luz bem clara da história recente.

Ora esta mostra-nos, *a giorno*, sem qualquer sombra de dúvida, que a França tem sido governada há muitos anos pelo seu Parlamento, e especialmente pela sua Câmara de deputados. E não se percebe bem como é que esta poderá no futuro inspeccionar melhor, ousar mais e, em resumo, governar mais, do que tem ousado, inspeccionado e governado até agora.

Acima dos presidentes fantasmas, que nunca ousaram dissolvê-la, como aliás lho permitia a letra expressa da Constituição; acima dos govêrnos que soberanamente erguia e derrubava, ás vezes com poucas horas de intervalo; acima das próprias necessidades nacionais e das correntes de opinião que as exprimiam, como quando, a dois passos da

guerra, a maioria parlamentar se declarou hostil ás leis de mais prudente defesa militar — a Câmara dos Deputados de França governou a França como quis, sem repartir com mais ninguém os seus direitos e as suas responsabilidades. Outros países haverá em que os poderes do Estado se tenham de frontado e equilibrado como pares. Em França, durante quási meio século, o poder legislativo trepou e medrou sôbre a escravidão consumada e patente dos outros todos.

Não se percebe, portanto, onde é que êste soberano, ou êste tirano, possa encontrar espaço para ampliar ainda mais a sua tirania. Se abolir a presidência da República, acabará simplesmente com uma sombra sem corpo. Se chamar a si a efectividade do poder judicial, não fará mais do que consagrar abertamente a situação que já existe de facto, como demonstra a moção votada a seguir ao último incidente dos escândalos de Rochette.¹ Se passar a exercer directa-

¹ V. pag. 66.

mente, e não por delegação nos gabinetes saídos da sua maioria, a execução das suas próprias leis, também não vemos como fique assim executando e fiscalizando melhor.

Em quarenta anos o Parlamento deu á França trinta e tantos ministros da Marinha e quási outros trinta e tantos da Guerra.

Se no meio século que vai seguir-se, para aperfeiçoar a execução e a fiscalização, multiplicar por dez êste número, não é provável que a anarquia dos serviços aumente, nem que a responsabilidade se evapore ainda mais, nem que a França, coitada, se encontre em pior posição do que agora.

VII

JAPONESES E ALEMÃES

29 de Janeiro.

É curioso recordar agora que S. M. Guilherme II da Alemanha foi na Europa uma

das primeiras pessoas a quem mais vivamente impressionou a vitória dos Japoneses, primeiro sôbre a China, e sôbre a Rússia em seguida. Com o seu multiforme dom de expressão simbólica, que põe alternadamente ao serviço das ideas a música, a poesia, a palavra e a pintura, o Imperador germânico logo deu forma plástica aos seus receios pelo futuro da raça branca, concebendo e realizando aquele quadro famoso em que ás nações europeias se dava um grito de alarme em face do perigo amarelo:

« — *Völker Europas, wehret eure höchsten Güter!* » — rezava a legenda do quadro. E o Destino quis, afinal, que o primeiro povo europeu que o Japão atacou, depois da Rússia, fôsse a própria Alemanha; não, é claro, no seu coração ainda; mas numa das suas mais dilectas riquezas e conquistas de além dos mares.

Ora o que torna verdadeiramente interessante a aproximação dêstes dois factos é, depois da guerra e em face da psicologia alemã que a guerra tem denunciado, ver que

o instinto do imperador alemão descobriu nas vitórias nipónicas uma ameaça tanto mais grave para o povo alemão, quanto é certo que elas revelavam certos pontos de contacto entre a alma japonesa e a própria alma colectiva da Alemanha.

O mesmo patriotismo ardente, religioso e fanático; o mesmo culto eficaz da instrução e da educação; a mesma pontualidade e exactidão das instituições militares; a mesma fé na superioridade da própria raça em face das outras; a mesma aptidão colectiva para divinizar o Estado e os seus símbolos; a mesma disciplina, a mesma prontidão em assimilar os progressos alheios, até a mesma tendência nacional para a espionagem científica e organizada — caracterizam e aproximam os dois povos, tão diferentes e tão distantes. E para nós, que não somos alemães nem japoneses, aparece ainda, como traço comum aos dois, êsse indefinível resíduo de incompreensão e de mistério, que fica e insiste, depois de termos definido, ou procurado definir, a alma de qualquer deles.

Não quererá isto dizer que, na incessante transformação do Presente em Passado e em Futuro, nós somos um passado que se esvai e êles um futuro que se prepara? Não será por isto que não nos entendemos? E não será também por isso mesmo que êles se compreendem melhor um ao outro do que nós os compreendemos, como inimigos dignos um do outro, como futuros concorrentes que se pressentem, e já se vão temendo e detestando adiantado?

VIII

MANIA DE ARRUMAR

30 de janeiro.

De um comunicado alemão em que se resumem os acontecimentos da guerra até o fim do ano de 1914, recortamos duas notas caraterísticas:

«Á volta de Lodz estão quatrocentos

homens trabalhando na reconstrução das inqualificáveis estradas russas.»

«Em 1 de janeiro ocupavam os Alemães 2 milhões de hectares de solo francês. Mais de metade desta área está já gozando os benefícios da administração civil alemã.»

Não é preciso que êles o digam, para que a gente o acredite. E quem conhece a Alemanha pode jurar tranqüilamente a exactidão completa daquelas duas notícias. O exército alemão, ao passar, arrasou quanto quis, e mais alguma coisa. Depois, nos terrenos que êle deixou livres e tranqüilos, por ter conquistado outros mais adiante, instalaram-se os administradores e os burocratas e, sem demora, conscienciosamente, começaram a administrar. Administrar, em tôda a parte, significa muitas coisas, algumas das quais são correntes no Código Penal. Na Alemanha aquele verbo não tem sinónimos; e quando os Alemães se metem a administrar, já a gente sabe que os serviços comuns ficam melhor do que nunca estiveram e melhor que em nenhuma outra parte.

É dêste admirável, inexcédido talento organizador e administrativo que resulta, como consequência necessária, o horroroso poder homicida e devastador do exército alemão. Serviço público, como outro qualquer, os Alemães organizam-no e administram-no á sua inimitável maneira. E como a função do exército é matar e destruir, o exército alemão mata e destrói acima de todo o elogio. Os que apanham chamam-no bárbaro e selvagem, como era de prever. E êstes dois adjectivos violentos significam, nas bôcas que se estorcem de dor, de raiva e de desespêro, apenas isto: que o exército alemão é admiravelmente organizado.

Mas tudo tem, neste mundo mal organizado por um Deus que não estudou na Alemanha, os seus inconvenientes e o seu lado mau. Administradores admiráveis, os Alemães viajaram, e depressa viram que as terras alheias não eram tão bem administradas como a deles. Viram por toda a parte, e no meio das civilizações mais bem cotadas, pequeninos defeitos, e desleixos, e

omissões e desencontros, que a sua aboliu ou corrigiu há muito. E tomaram-se de orgulho, e julgaram-se superiores a todos, e desarrumaram o mundo, para o arrumarem melhor.

IX

HISTÓRIA E CARICATURA

31 de janeiro.

Não se pode levar muito a mal aos caricaturistas alemães que ridiculizem Portugal a propósito dos boatos que teem corrido, da intervenção do nosso país na guerra europeia. E, pelos mesmos motivos, também não devemos estranhar que os historiadores alemães tenham corrigido patrioticamente a verdade histórica, attribuindo á intervenção prussiana um papel dominante nas guerras de há cem anos e na queda de Napoleão.

Caricaturistas e historiadores ligam-se

por muitos traços comuns e distinguem-se uns dos outros verdadeiramente apenas nisto: aqueles fazem a caricatura do presente, e êstes a do passado. É claro que os caricaturistas teem mais graça do que os historiadores; mas ainda isso resulta menos da essência das suas obras, do que do nosso ponto de vista. A graça deles vem de nós, porque somos nós que lha achamos. E se a caricatura nos parece mais engraçada do que a história, a razão disto é que a caricatura opera sôbre modêlos próximos e concretos, ao passo que a história inspira-se em pessoas remotas, ou em coisas difusas e distantes. Não tendo o modêlo á mão e não podendo abrangê-lo, é-nos impossível apreciar quanto êle se afasta da Verdade, e por isso ficamos sérios diante dos bonecos do historiador. Se não fôsse isto, os Sybel, os Ranke, os Mommsen, far-nos-iam rebentar o cós das calças, tão eficazmente como os seus colégas Caran d'Ache, Busch, ou Bordalo.

A gente ri-se, quando vê Portugal representado pela figura de um macaquito muito

pequeno, que a Inglaterra manda avançar contra o nobre e poderoso leão germânico. Mas também não é fácil ficar-se sério ao ler na história de Sybel, relativamente á partilha da Polónia entre a Prússia, a Rússia e a Áustria, que a Rússia e a Áustria procederam com uma rapacidade destituida de todo o escrúpulo, enquanto a inocente Prússia revelava, engolindo o seu têrço de Polónia, o desinteresse mais celestial.

Pelo seu lado a História da Alemanha do famoso Treitschke ensina-nos, com engraçadíssima seriedade, que a Prússia foi quem verdadeiramente libertou a Alemanha e a Europa do domínio napoleónico. E a graça está em que uma simples comparação de datas mostra que a Prússia agüentou quietinha desde 1806 a 1813 todo o pêso da bota do conquistador francês; que só se moveu depois do desastre de Moscou, isto é, depois dos Russos terem começado a descalçar a bota; e que, quando a Prússia se mexeu, já Napoleão estava sem exército.

Outro tanto não aconteceu na Península,

e aqui é que está a graça tôda. Espanhoes e Portugueses foram atacados por Napoleão e defenderam-se dele imediatamente. Para repelirem a invasão não esperaram tantos meses, como de anos esperou a Prússia. É o Napoleão que êles venceram e desfizeram não vinha meio derretido das neves russas: estava ainda em pleno brilho da sua estrêla, e virgem da menor sombra de derrota.

Positivamente, esta História tem muito mais graça, do que a caricatura do macaquito a avançar contra o poderoso e nobre leão germânico.

X

MOUSINHO E O CÔNSUL

1 de fevereiro

Quando há anos a Alemanha exigiu de Portugal satisfações humilhantes, por terem sido apedrejadas pelo povo as janelas do

seu consulado em Lourenço Marques (aliás por culpa e provocação do próprio cônsul) o espirito e altaneria de Mousinho de Albuquerque atenuaram a humilhação, transformando-a até em honra para nós.

As satisfações exigidas eram, primeiro, saudação da fortaleza á bandeira alemã com vinte e um tiros de peça; depois, apresentação de desculpas ao cônsul pelo governador de Lourenço Marques. A primeira parte era insofismável e foi preciso cumpri-la á risca, executando as ordens do govêrno de Lisboa, que naturalmente não estava em condições de resistir ao imperioso ultimatum da chancelaria germânica. Mas á segunda conseguiu Mousinho *dar-lhe um jeito* da sua admirável galhardia, deixando de cara á banda o Alemão provocador, que teve de engolir em sêco, sem dar pío.

Mousinho era o comissário régio ou, como antigamente se dizia, o vice-rei da província de Moçambique, e tinha então a sua residência official na própria cidade de Lourenço Marques. O governador do distri-

to, seu subordinado, veio de véspera ao palácio do Comissariado Régio para combinar com o chefe a cerimónia das desculpas ao cônsul. E Mousinho disse-lhe apenas:

— Marque as três horas da tarde para a cerimónia, e volte ámanhã, um quarto de hora antes, para saber o resto.

Assim se fez. E quando, no dia seguinte, o governador de Lourenço Marques subia as escadas da residência do Comissário Régio, a receber ordens, ia preocupado pela idea de que o tempo lhe faltaria decerto, ou para as ouvir, ou para as cumprir. Mas estas preocupações desvaneceram-se, quando êle viu, de a meio das escadas, que o próprio Mousinho as vinha já descendo com os seus ajudantes, todos de grande uniforme. Imediatamente os sete ou oito oficiais portugueses tomaram as suas carruagens, dirigiram-se a trote largo para o Consulado Alemão e foi Mousinho em pessoa quem apresentou as desculpas ao cônsul. Êste não tinha ainda vindo a si da surpresa, quando, proferidas rápidamente as palavras officiais,

já o Comissário Régio e todo o seu séquito lhe voltavam costas, sem lhe darem tempo a soltar, a não ser ás paredes do consulado, a frase que êle estudara para responder.

A sós consigo, o pobre homem sentiu-se decerto pequenino e ridículo no momento preciso em que, segundo os seus cálculos falhados, havia de estar gozando, com a Alemanha na barriga, a delícia de humilhar Portugal. O humilhado foi êle, naquela rápida scena teatral, em que o grande soldado português deixou de bôca aberta o pequeníssimo escriba alemão.

Nesse instante é que o símbolo imperial teria sido verdadeiramente ofendido, se, por felicidade para êle, a Águia Vermelha não estivesse brilhando, entre outras distinções bem merecidas, sobre o peito de Mousinho de Albuquerque.

XI

O PREÇO DA GUERRA

2 de fevereiro.

Quanto custa a guerra?

Aqui está uma pergunta a que se tem dado infinitas respostas, o que equivale perfeitamente a não lhe dar nenhuma.

Pelo que respeita á Gran-Bretanha, calculou o «Times» que as primeiras dez semanas de guerra ficaram á razão de cinco milhões e meio de libras cada uma; mas que êste encargo deveria ir sucessivamente crescendo até chegar a perto do dôbro.

Mais recentemente, o economista inglês F. W. Hirst avaliou em dez milhões de libras diárias a despesa que a guerra impõe á Gran-Bretanha, á França, á Rússia, á Alemanha e á Áustria. E ficam de fora os gastos feitos pela Bélgica, pela Sérvia, pelo

Montenegro e pela Turquia, isto é, por todos os países secundários envolvidos no grande conflito; assim como o custo das numerosas expedições que Portugal tem enviado para as suas vastas colónias africanas. Outros países europeus — a Holanda, a Suíça, a Itália, a Roménia, a Grécia, a Bulgária — estão em paz, mas tem feito, com mobilizações e preparações, enormes despesas que não entram naquela conta. E fora dela fica também a soma enorme dos lucros cessantes causados pela guerra ao comércio do mundo inteiro, assim como os prejuízos materiais sofridos pelas regiões devastadas da Bélgica, da França, da Polónia, da Sérvia, da Galícia, da Prússia Oriental, da Ásia Menor e dos Dardanelos.

Se fôsse possível facturar tudo isto com aproximada exactidão, ainda assim a factura ficaria incompleta, porque tudo isto são *coisas*, e a guerra devora também milhões de homens na força da vida, e êsses homens valem muito dinheiro.

O melhor será talvez desistir de contar

o que não tem conta possível, ou então concluir que a guerra custa ao mundo inteiro o mesmo que lhe custa a paz, e vem a ser, pouco mais ou menos, coisa nenhuma. Com efeito a idea de *custo*, *gasto* ou *despesa*, implica a de *perda*, *diminuição* ou *desaparecimento* de dinheiro, ou de coisa que o valha; e o dinheiro que se gasta em pólvora, em equipamentos e em víveres não vai para a Lua: muda simplesmente de lugar na Terra, e, portanto, *não se gasta*. As cidades arrasadas e os navios que vão para o fundo deixam evidentemente outras tantas lacunas no património mundial; mas como a verdadeira riqueza do mundo é, além do próprio mundo, o trabalho do homem que o valoriza, e de que o dinheiro é a mera expressão económica, também aqui o mundo não perde nada, visto que se criam, pela distribuição das coisas materiais, novas oportunidades para empregar o trabalho; e a humanidade ainda perde menos, pois tanto lhe importa suar na construção das cidades novas, como na reconstrução das antigas.

A morte de tantos milhares de homens constitui sem dúvida um prejuízo irreparável... para êles próprios. Para a Humanidade, não. A riqueza económica da Humanidade é o Capital e o Trabalho. Finda a guerra, o Capital valerá mais, porque ha de haver mais em que o empregar; e o Trabalho valerá mais, porque vai haver menos quem o faça.

Aconselhamos, portanto, os economistas a que mudem de divertimento, e passem a estudar, não quanto custa, mas quanto rende a Guerra...

XII

ÓDIOS NACIONAIS

3 de fevereiro.

Goethe dizia: «Uma das características dos ódios nacionais é o mostrarem-se tanto mais violentos, quanto mais baixo é o grau

de cultura do povo que os sente.» Eckermann recolheu êste conceito nas suas *Palestras com Goethe* (14 de março de 1830, pag. 706); e aí o foi desenterrar agora um jornal inglês, para o citar com desvanecimento, a propósito do ódio nacional que a Alemanha está votando á Inglaterra neste momento.

Assim destacada do seu contexto, a frase de Goethe é falsa. Se o seu autor vivesse agora e partilhasse, como era natural, do ódio danado que se apoderou dos seus concidadãos, fácilmente a explicaria ou justificaria sem a renegar, e sem ferir o orgulho da actual civilização germânica.

Um homem de génio não tolera nem perdoa o ódio, porque, compreendendo tudo, é, por si próprio, incapaz de odiar. *Tout comprendre, c'est tout pardonner*, como dizia o outro. E, além disso, como um grande ódio, para chegar ao trágico, tem fatalmente de tocar no grotesco, não há na alma dos homens sentimento mais inestético e, portanto, menos próprio para encontrar ressonância ou desculpa na alma de um grande artista,

Um grande homem, um grande artista, não odeia nada; mas, por isso mesmo, não odiaria também o próprio ódio, se o visse de perto, bem explicado pelas circunstâncias que, sendo as da sua pátria, o rodeariam também a êle próprio.

O ódio actual da Alemanha contra a Inglaterra dá-nos a medida, não da incultura da Alemanha, mas da sua impotência, ou do seu receio. Goethe, o admirador de Napoleão I, teria assinado, se hoje vivesse, a mensagem dos «intelectuais» alemães. Mas, a sós com Eckermann, teria confessado que o ódio nacional é tanto mais forte, quanto mais fraca se sente ou se supõe a nação que êle rói.

Doutores em ódio são os escravos diante do senhor que os maltrata; os miseráveis egoístas e incapazes, perante o rico que invejam; os cidadãos a quem o tirano roubou a segurança e o sossêgo. Doutores em ódio são, sobretudo, os fracos sem esperança e sem fé.

Por isso o único elemento que nós temos

para prever qual será o fim da guerra é o ódio dos Alemães contra os Ingleses. Se esse ódio cego vê bem, a Alemanha está perdida.

XIII

BLOQUEIO DA INGLATERRA

4 de fevereiro.

A Alemanha preveniu sonoramente os neutros de que ia agora fazer á Inglaterra, nas suas próprias águas, uma guerra naval sem quartel. E o mundo inteiro, enervado pela monotonia de uma luta sorna, cansado de esperar grandes golpes decisivos, possuído do sebastianismo da paz, arregala os olhos, enrasta os nervos e acredita que vai ver emfim o poderio marítimo da Inglaterra desfeito em dez dias pela acção maravilhosa dos submarinos alemães.

Ó velho mundo incorrigível, que sabes

tudo e esqueces quanto sabes! De que te serve ter averiguado em milhares de anos de observação e de experiênciã que *o cão que ladra não morde*, se a final vens a cair como um pato, logo que um almirante alemão grita aos quatro ventos:

— «Fujam todos, que vai tudo raso!»

Os Alemães são grande gente e teem inventado muita coisa nova; mas o que os fez grandes, mais que os seus inventos, foi o geito para applicarem os inventos dos outros. Aquele teu provérbio, ó mundo sábio e ingénuo!, mostra que o *bluff* foi inventado pelos cães; e os Alemães empregam-no, como toda a gente.

O almirante verdadeiramente eficaz não é o que fala pelos cotovelos; é o que apenas diz: «Cala-te, bôca!» e dá a palavra ás suas bôcas de fogo.

Os fortes de Liége não foram tomados com avisos de generais, mas com morteiros de 42. Aí os Alemães não falaram, porque tinham com que morder. Para conquistarem a Inglaterra, para destruírem o poderío na-

val inglês, só teem submarinos, zeppelins, muito ódio, e as ameaças do almirante von Tirpitz. Total: pouca coisa...

Nos teatros de Berlim e de todo o Império continuam a representar-se diáriamente as tragédias de Shakespeare, e com razão, porque o génio é mais forte que o ódio. O que sonhará o espectador alemão, ao ouvir os três versos do 1.º acto de *King John* :

«... That England, hedged in with the main,
That water-walled bulwark, still secure
And confident from foreign purposes...»

«...Aquela Inglaterra, rodeada pelo seu baluarte de muralhas líquidas, segura e tran-
quìla sempre contra as investidas do es-
trangeiro...»

O almirante von Tirpitz fala muito; mas a última palavra foi ainda Shakespeare quem a disse — e já lá vão trezentos anos! .

XIV

FAÇANHA ANTIGA

5 de fevereiro.

Os jornais portuguezes comentaram com indignação a horrenda manha da guerra que se diz praticada pelos Alemães, de fazerem escudo com os desgraçados habitantes das povoações bélgas e francesas invadidas. Velhos, mulheres e crianças, postos em fila á frente das tropas que avançam, ou sentados e amarrados em cadeiras para servirem de barricadas vivas nas ruas que os soldados seus irmãos e filhos pretendem tomar de assalto—tudo isto seria, com efeito, o requinte da crueldade militar, escárneo das leis da guerra e negação de todos os princípios e sentimentos da nossa época.

Noutros tempos consentiam êstes excessos uma explicação que os atenuava: era,

primeiro, a rudeza ferina dos homens que a civilização não tinha ainda apartado das outras feras, ou, mais tarde, o fanatismo religioso, que via no hereje, no moiro, no judeu, não um homem, como o cristão que o combatia, mas um animal inferior e hostil, sem direito á piedade. É ver como o bom padre Manuel Bernardes (de quem Castilho dizia que estava absorto no Criador ainda quando falava das criaturas) conta deleitadamente a façanha do Português Trancoso, numa das batalhas da Índia:

«Depois de haver pelejado, pôde alcançar com um braço a um mouro pela petrina (que era um cinto, que usavam, de muitas voltas); e, como era agigantado de membros e fiava de suas fôrças, o levantou no ar em guisa de rodela, e se lançou entre os mouros, matando muitos a seu salvo; porque os golpes que lhe atiravam recebia com destreza no miserável corpo do agarrado, o qual era juntamente seu inimigo de vontade e seu protector contra vontade; porque o braço a que servia de rodela lhe dava tan-

tas cutiladas quantas fazia que aparasse. Com que assim êste mouro, como os mais que chegaram, eram todos em ajuda do Trancoso; êste, porque o defendia dos mais; e os mais, porque dando neste, lhe escusavam êsse trabalho...»

Trancoso era simplesmente uma fera, com mais fôrça do que os soldados de Guilherme II. Mas Bernardes, o simpático Bernardes, que viveu e morreu na sua cela do Oratório, entre livros e rezas, narra com delícias a façanha do herói e comenta-a no fim com êste trocadilho gracioso: «Raro modo de fazer do couro alheio coura própria!» Assim falava, decerto, o Português orgulhoso das façanhas dos seus maiores, mas, sobretudo, o padre fanático, para quem mouro e cão eram sinónimos.

Não é por fanatismo religioso que se estão praticando na campanha actual atrocidades repugnantes. Mas os ódios nacionais exacerbados equivalem aos velhos fanatismos; e a guerra apresenta-se tão lenta, e tão difícil de parte a parte, que já se tornou desesperada.

« Homem perdido vale por cem », diz o provérbio. E os factos dizem : « Vale por cem feras ».

XV

GUERRA E SOCIALISMO

7 de fevereiro.

Os factos estão dando razão aos partidários teóricos da guerra, áqueles que dizem ser ela uma operação brutal, mas necessária, de hygiene moral da humanidade.

Em geral opõem-se um ao outro, como antinómicos, os dois termos de « guerra » e de « civilização ». A guerra é então um regresso á barbaria, porque é o predomínio da violência sôbre o direito, da animalidade sôbre a razão. Mas como não existe no mundo nenhum Direito que não fôsse fundado sôbre a Fôrça e não seja por ela mantido, o contraste entre civilização e guerra

é apenas aparente: se a civilização é afinal de contas sinónimo de direito, a guerra, que não tem nem pode ter outro fim senão o reforço ou a reforma do direito estabelecido, deve ser considerada, não como a antítese da civilização, mas como um episódio dela, como uma das suas fases, ou elementos, ou processos.

Mas, por «civilização» entende-se muitas vezes outra coisa. Palavra excessivamente confusa e vaga, significamos também com ela o aperfeiçoamento moral e material: luta vitoriosa contra a natureza interior e exterior; marcha ascensional para o Bem e para o Conforto. Assim entendida, a civilização confunde-se com o progresso; e se o seu valor como progresso material é indiscutível, o progresso moral, pelo contrário, parece muitas vezes e em muitos dos seus pontos fundamentais, paralisado e até comprometido pela chamada civilização. O egoísmo, o vício, o luxo, a falta de ideal, a moleza, a covardia, são vegetações da água social estagnada, são os frutos venenosos

da *paz podre*. E se o povo, na sua genial capacidade de observação e de síntese, associou tão íntimamente as duas ideias de *paz* e de *podridão*, tenhamos como certo que o parentesco delas é estreito, e que a guerra tem de ser, e é muitas vezes, o único desinfectante contra os miasmas da paz. Só ela reacende no coração humano as virtudes apagadas do patriotismo, do idealismo, da solidariedade, da coragem, da abnegação, do sacrifício. Perturbadora do confôrto, ruínosa para os bens materiais, sôfrega de vidas e de sangue, é por êste duro preço que ela se paga do bem que faz. É um remédio amargo, é um tónico das almas feito á custa dos corpos, é a depuração pelo martírio, é um pavoroso *memento homo*. Sem ela o homem esquecer-se-ia fácilmente de que nasceu para sofrer, e não para gozar.

Sem ela os deputados socialistas francezes, que nunca ousaram combater de frente a alcoolização do povo, com mêdo de perderem os votos dos taberneiros, não se teriam resolvido agora a aprovar a medida

radical há tanto tempo reclamada e diferida. Esta conversão tardia dos defensores do Povo á verdadeira defesa dos interesses do Povo deve-se á guerra — á guerra bárbara, á guerra selvagem, á guerra que êles guerream nos seus programas e nos seus livros, considerando-a como instituição imperialista, capitalista, aristocrática, e que no entanto se revela ás vezes mais socialista do que êles...

XVI

ONDE SE PEDE UM HOMEM DE GÊNIO

11 de março.

Assim como a guerra ainda não revelou um grande general, pelo menos no sentido antigo, assim parece também que nem dela, nem dos seus prelúdios, luziu a figura brilhante de um grande diplomata ou estadista.

Pelo contrário: a maneira como a guerra estalou deu a toda a gente a impressão da

falência da diplomacia alemã; a falta evidente de preparação da Inglaterra para ela, mostra a imprevidência da sua política, pelo menos interna. E isto é só falar dos dois principais interessados.

Rôtas as hostilidades, bastou um mês para se ver que os maduros planos estratégicos da Alemanha, com todo o seu génio científico-militar, tinham de ser substituídos por outros planos, ou até por plano nenhum; e a marinha inglesa cometeu um êrro militar que não tem perdão, ao deixar escapar para o Mar Negro os dois grandes cruzadores alemães que empurraram a Turquia para a guerra.

Poderá ser reparado êste êrro com o actual bombardeamento dos Dardanelos? As duches de grossa artilharia com que a Inglaterra está agora espicaçando os nervos mais sensíveis dos povos greco-balcânicos conseguirão decidi-los no todo ou em boa parte a intervirem contra os Alemães?

A Bulgária, crêdora de Berlim; a Grécia, cuja rainha é irmã de Guilherme II; a

Roménia, desconfiada dos Russos; a Itália, que não dá ponto sem nó — ; o que farão todos êstes hesitantes de até agora, entre o mêdo quádruplo de intervir e de não intervir, de se declararem por A ou por B? O que terão cochichado os diplomatas, por debaixo da trajectória e do barulho das balas dos couraçados anglo-francos?

O mais certo será que a guerra alastre mais, e devaste mais, sem que o conflito se decida. Mais gente morta, mais cidades destruidas, mais tempo gasto, e tudo na mesma. Se assim for, poder-se-á talvez dizer que a grandeza da guerra é feita sobretudo da pequenez dos que a dirigem. Consomem-se milhões de homens, porque ainda não appareceu um Homem: um Alexandre, um Júlio César, um Napoleão, um grande diabo destes que parecem deuses, e que a História costuma carregar com a responsabilidade de milhões de mortes, mas que de facto matam menos do que a mediocridade coadjuvada pelo tempo.

XVII

ÓDIO CEGO

25 de março.

Um grande ódio, para chegar ao trágico, tem por fôrça de tocar no grotesco?... Talvez. E ás vezes decai no grotesco, sem ter conseguido exaltar-se á tragédia.

Certamente o ódio dos Alemães contra os Ingleses é trágico, para quem lhe analisa ou lhe suspeita as causas.

A Alemanha sente-se ameaçada no seu futuro, isto é, sente-se fraca em face da coligação que se formou para a atacar, ou para se defender dela. A Alemanha julga que o mais forte, ou o único verdadeiramente forte, de todos os seus inimigos, é, não a França, não a Rússia, mas a Inglaterra. A Alemanha, portanto, odeia a Inglaterra, porque prevê a derrota, a ruína, a miséria, e atribui

•

á intervenção da Inglaterra êstes castigos da sua arrogância, ou estas duras sanções da sua imprevidência. Tal é o significado do ódio alemão aos Ingleses; e, se o não fôsse, teriam falhado então pela primeira vez, desde que há mundo e ódio, as leis psicológicas perfeitamente rudimentares que regulam a erupção e a marcha dêste corrosivo sentimento.

Ora não há espectaculo mais trágico do que o pavor e o desespero de uma nação de setenta milhões de habitantes, que há poucos meses ombreava com as duas ou três que governam o mundo, e agora receia declinar na humildade e na semi-servidão. Mas, pela maneira como se manifestam, êsses sentimentos respeitáveis e trágicos resvalam de vez em quando no grotesco. E, para o espectador superficial, a impressão grotesca domina, abafa ou apaga a outra.

Quem pode, por exemplo, deixar de rir-se, ao ler as razões daquele doutor alemão que protesta indignado, em nome das leis da guerra ofendidas, contra os paisanos ingle-

ses que recebem a tiro os *zeppelins* em trânsito por sobre a Inglaterra?

«Êsses dirigíveis, diz o homem a sério, vão no seu pleno direito, lançar bombas sobre fortificações e obras militares, e devem ser intangíveis, quando passam por cima de outras cidades, no cumprimento do seu dever. Atirar-lhes no seu caminho é, portanto, uma barbaridade revoltante. E, sendo os tiros disparados por paisanos, dá-se um verdadeiro crime de homicídio, contrário a tôdas as leis da humanidade ou da guerra, e merecedor das mais severas represálias!»

Esta veemente e sábia defesa das «leis da guerra», da «civilização» e da «humanidade» só tem uma resposta e um comentário. É aquele famoso dístico francês, inventado para definir não nos lembra que bicharoco :

Cet animal est très-méchant :

Quand on l'attaque, il se defend.

XVIII

«DEUS CASTIGUE A INGLATERRA!»

26 de março.

Um dos fenómenos mais curiosos da vida das línguas é a degenerescência de certas palavras e expressões, cujo sentido se deforma com o uso dos séculos. Isto acontece sobretudo nas formas de tratamento e de cumprimento, decerto porque, sendo as que mais se usam, são as que se gastam e estragam mais depressa.

É por isso que o pronome pessoal da segunda pessoa do singular desapareceu quási totalmente da língua inglesa comum, em que já ninguém se trata por *tu*. É por isso que os senhores reis portuguezes do princípio da Monarquia eram respeitosa e tratada por *Vossa Mercê* e mais tarde por *Vossa Senhoria*, até que êstes apelativos tiveram de

ser substituídos pelos de *Alleza e Majestade*, porque se foram democratizando e esbanjando a tal ponto, que hoje se empregam quási sempre de superior para inferior.

A expressão *adeus*, forma de despedida que nas línguas neo-latinas substituiu o *vale* romano, é um produto do Cristianismo. O primeiro cristão que a empregou dizia: «Encomenda-me a Deus.» Os outros disseram simplesmente: «Adeus», para abreviarem o que por natureza e por necessidade tinha de ser breve. E hoje, ao despedirem-se, os ateus mais conscienciosos encomendam-se a Deus sem dar por isso...

Um sujeito, a quem outro vem incomodar e insultar na sua própria casa, levanta-se furioso da cadeira onde estava sentado, injectam-se-lhe os olhos de cólera apoplética, e, ao mesmo tempo que expulsa o outro a pontapés pela porta fora, grita e torna a gritar, com a voz alterada pela paixão: «Vá-se daqui *embora*, seu maroto, seu tratante, seu patife!» Ora esta fala, que a nós parece perfeitamente ajustada a êstes gestos, soaria

estranha, disparatada e cômica a qualquer Português do tempo de Gil Vicente, porque no tempo de Gil Vicente a palavra *embora* era ainda real e literalmente uma contracção da fórmula *em boa hora*, e dizer a alguém *vá-se embora* correspondia a despedi-lo com affecto, com benevolência e simpatia, como quem diz: *vá com Deus*, — o que de modo nenhum se coaduna com um acompanhamento de murros e de ponta-pés logo á saída...

...Mas tudo isto vem a propósito de quê?

Já me lembra: os Alemães resolveram despedir-se agora uns dos outros, verbalmente ou por escrito, com êste voto invariável:

— Deus castigue a Inglaterra!...

É uma espécie de *Delenda Carthago*, mas com menos energia: aqui invoca-se o auxilio divino, ao passo que a frase de Catão apelava sómente para Roma e os Romanos. Melhor do que *Gott strafe England* seria talvez *England muss zerstört*. E, afinal, como

espevitadores do ódio, todos êstes votos são inúteis. Inúteis para já, porque a Inglaterra faz-se lembrar por si só. Inúteis para mais tarde, porque a história das línguas nos mostra que as fórmulas muitas vezes repetidas perdem completamente o seu vigor e sentido primitivos.

Falem menos—e batam mais, se puderem.

XIX

DISCIPLINA E LIBERDADE

2 de abril.

O que há da guerra?...

O «Times» publicou há tempos um rápido mas eloquente balanço, que lhe foi enviado da própria linha de batalha das tropas inglesas. Vale a pena resumi-lo aqui, como sintoma interessantíssimo do estado de alma dos combatentes no oitavo mês de campanha:

«A verdade plena é que, apesar da di-

minuição dos efectivos do inimigo no teatro ocidental, e apesar do aumento dos nossos, a sua enorme frente de batalha continua firme, ao mesmo tempo que êle executa, contra os Russos, formidáveis operações de guerra, sem que, no entanto, se percebam quaisquer sinais de enfraquecimento moral das tropas alemãs, consideradas em conjunto. O Imperador pode escolher a seu gôsto uma cidade russa, belga ou francesa, e nela surgir como triunfador aos olhos dos seus soldados. A Alemanha combate ainda em terra inimiga, devastada pela passagem dos seus exércitos, e as notícias inexactas que lhe dão, convencem-na de que os seus inimigos se encontram exaustos e empenhados num último esforço desesperado para protraírem a inevitável decisão. No cálculo do valor presente dos nossos adversários como combatentes (continua o «Times») não devemos perder de vista o sentimento nacional da Disciplina, base da educação de todos os Alemães. É êle que os habilita a obter com tropas mal adestradas

resultados que nós só poderíamos conseguir ao fim de meses de contínuo exercício. É êle que lhes permite manter um elevado nível de eficácia militar, apesar das grandes perdas de oficiais, porque a Obediência entranhou-se no povo e nas próprias fibras da Nação.»

É evidente que êste quadro foi pintado pelo « Times » sobretudo para Inglês vêr: a Inglaterra obstina-se a considerar a Guerra como um assunto continental, e os seus dirigentes teem de abusar do negro para a convencerem de que o caso é, pelos menos, fusco. Mas quem está de longe e a frio, como nós outros, vê que o quadro não comporta realmente muito azul e muito côr de rosa. E vê também que as grandes fôrças da Alemanha, nesta crise gravíssima da sua história, são de facto aquelas que o jornal inglês põe em relêvo: a Disciplina e a Obediência. Nós costumamos gabar nos outros principalmente as virtudes que nos faltam; mas temos por outro lado a inconsciente necessidade de fazer passar por virtudes,

aos próprios olhos, os nossos maiores defeitos. A Inglaterra, e outros como ela, orgulha-se da sua liberdade e até já tem declarado mais de uma vez que esta guerra se destina em parte a «libertar» o povo alemão, «esmagado» pelo militarismo prussiano.

Parece então que a disciplina e a obediência são mais fortes que a liberdade. Mas, se são mais fortes, é nelas que está a verdadeira liberdade, porque a liberdade sem força pode ser facilmente o preâmbulo da escravidão.

XX

ROMA OU BISÂNCIO?

10 de abril.

A imprensa alemã rejubila com a atitude dos trabalhadores ingleses, que ameaçam cessar o trabalho nas próprias fábricas de material de guerra, indiferentes ás necessidades vitais do exército em campanha.

A imprensa alemã rejubila.

E terá ela razão para isso? O comportamento dos operários ingleses será com efeito, como ela supõe, um sintoma de fraqueza da Inglaterra, uma falta de solidariedade nacional e de patriotismo, em momento tão crítico? Ou será, ao contrário, a prova de que a guerra de vida ou morte que a Alemanha faz á Inglaterra não aflige, não assusta e nem sequer preocupa as multidões na Inglaterra? Atrofiou-se na alma inglesa a fôrça espontânea e insubstituível do instinto de conservação? Ou a superioridade britânica é tão grande, a intangibilidade do império insular tão segura, que a vitória da Inglaterra tem de vir serena e reflectidamente, como fruto da supremacia intangível, e não pela contracção extrema das fôrças instintivas de defesa, que só precisam de acordar, e só acordam, quando o perigo é decisivo e supremo?...

No primeiro caso será preciso então confessar que a Inglaterra entrou já no processo da decadência, e dar razão ao júbilo teu-

tónico, que vê a Alemanha unida como um só homem, e a Inglaterra dividida e distraída por mil interesses. E será preciso registrar a diferença fundamental entre os dois socialismos britânico e germânico: o primeiro, fiel a si próprio, tão exclusivo na guerra como tinha sido na paz, indiferente ao perigo nacional; o segundo, ao contrário, submisso á necessidade colectiva, integrado na disciplina geral, capaz de desinteresse e de sacrificio.

O Império Britânico tem dado incontavelmente durante a guerra provas admiráveis de solidariedade e de coesão. Mas a própria metrópole é que realmente parece de vez em quando não ser já aquela Roma da grande época, capaz de conservar o *orbis terrarum* ampliado pelos descobrimentos da Renascença, e digna, portanto, de continuar presidindo a êle.

Os operários que se recusam a produzir novas munições de guerra, enquanto não lhes pagarem mais um xelim por dia; os ministros que imprudentemente

se compraziam a despertar em momento tão grave os problemas mais irritantes da política interna; os deputados que veem ao parlamento protestar em longos discursos contra o trabalho dos rapazes na lavoura deserta de homens — tôda esta desvairada gente lembra mais Bisâncio, do que Roma. Tudo isto é dar fôrça aos Alemães. Tudo isto é abdicar. E se a Inglaterra continua assim (diz o *Times* redondamente) a Inglaterra merece ser batida...

Não basta chamar bárbaros aos Alemães. O que é preciso é batê-los, como fez Roma aos avós dêsses bárbaros... enquanto se não deixou bater por êles.

XXI

A PAZ E A GUERRA

12 de abril.

Os pacifistas são aqueles sonhadores incorrigíveis que nunca deixam de sonhar,

nem mesmo quando o canhão troa de maneira que ninguêem pode dormir. Então os pacifistas também não dormem; mas continuam a sonhar.

Êles aí estão sonhando, neste mesmo terrível instante, que a guerra actual será a última guerra. Os outros riem-se; mas os pacifistas, extáticos, teem os olhos pregados no futuro — naquele futuro que êles vêem sempre e nunca apanham, semelhante ao feixe de erva que o cavaleiro da historieta mantinha pendurado diante das ventas do seu pobre burrico, para o fazer andar mais depressa.

Não sei se êsse asno se chamava *Tântalo*, como era justo. Mas os pacifistas são uma espécie de Tântalos muito menos simpática, porque são êles próprios que inventam, com o doce sonho da paz universal, o pesadelo de afocinharem a cada passo na guerra eterna e inevitável.

Por que série de raciocínios chegariam os pacifistas á conclusão de que esta guerra será a última? Para o saber seria preciso

raciocinar-se como um pacifista, condição que a nós outros continuará vedada, enquanto não formos pacifistas, nem irracionais. Se eu encontrasse agora um á mão, um autêntico, saboroso pacifista de antes quebrar que torcer, propor-lhe-ia êste inocente problema:

— O que faz você, finda a guerra actual, aos treze ou quinze milhões de homens que actualmente se encontram em armas? A guerra já dura há perto de um ano e prepara-se para durar outro. Dois anos de guerra epilodal é um pau por um ôlho, ou um ôvo por um chavo, para quem, como você, tem segura, depois desta última noite de fumo e sangue, a aurora irrevogável da paz universal. Verdadeiramente o que lhe agrada (estou a adivinhá-lo) é que o vermelho e o negro durem três anos ou quatro, para acabarmos com êles por uma vez e termos depois garantida a eternidade do côr-de-rosa. E então o que faz você a treze ou quinze milhões de homens, especializados durante uns poucos de anos na arte de se matarem uns aos outros? Está claro que os desarma

a todos um por um, despe-lhes os treze ou quinze milhões de uniformes, e, depois de os ter apetrechado com as ferramentas atinentes ás suas respectivas occupações *ante bellum*, ferra com êles na lavoira, no comércio, na indústria, nas artes liberais, e transforma os soldados em operários, os sargentos em capatazes, os alferes em chefes de secção e, assim, sucessivamente. Basta, até, um sinal seu, para que das próprias coisas da guerra surjam, como por encanto, outros tantos emblemas de paz. As trincheiras, num ápice, serão os sulcos da futura seara; e os canhões, súbitamente enristados para o ar, hão de tornar-se em chaminés de fábrica.

Mas que grande homem que você é, e, sobretudo, que grande... mágico!

XXII

O ELIXIR DA VITÓRIA

6 de junho.

Para assegurar a produção de munições com que pudesse bater eficazmente os Alemães, a Inglaterra chegou a tomar uma resolução inesperada: declarou guerra ao seu velho aliado Portugal. Declarou-lhe a guerra comercial, a única, aliás, que Portugal poderia reccar dos seus maiores inimigos, pois que para outras não está preparado, nem desafia ninguém.

A Inglaterra verificou que os seus operários trabalhavam pouco, porque bebiam muito. Então ocorreu ao govêrno inglês a adopção de uma medida proteccionista do patriotismo, uma medida contra os que bebem sem medida, inteiramente consentânea com as tendências desta medonha guerra europeia, cuja arma por excelência é o blo-

queio. Com essa providência a Inglaterra, já afeita a bloquear pela fome as barrigas germânicas, passava a bloquear pela sêde as goelas britânicas. Do mesmo passo — e aqui é que o caso nos doeu — a Inglaterra bloqueava ingratamente o vinho do Porto.

A economia portuguesa ia sofrer prejuizos graves com a brutal elevação ao quádruplo dos direitos de importação sôbre os vinhos licorosos. Já tínhamos perdido, com a guerra, três fregueses consideráveis: a Áustria, a Alemanha e a Rússia. Se a Inglaterra chegasse a suprimir-se voluntariamente a si própria, retirando as suas prezas das encomendas, aqui ficaríamos nós, Diógenes de outro género e Tântalos ás avessas, chorando sôbre milhares de pipas cheias a desgraça de nos não comprarem o que não podemos beber, por falta de espaço...

O golpe era duro. Duro para Portugal e duro também, felizmente, para a própria nação que o vibrava, mas que teve o bom-senso de o emendar, arrependendo-se a tempo. Com efeito, a história de Inglaterra

está errada, e o seu longo encadeamento de glórias, triunfos e conquistas, não se deve sómente á superioridade anglo-saxónica, mas também, e em alto grau histórico e alcoólico, á superioridade das cepas do Douro. Foram elas quem deu á raça fria, nos momentos solenes, o estimulante necessário para a decisão e para a coragem, sem o qual o cérebro não resolveria a tempo e o braço bateria fora de horas. Trafalgar, Waterloo, Kandahar, Kartum, tôda a grande epopeia imperialista está para o vinho do Porto, como a flor está para o perfume e o corpo para a alma. Se Napoleão começou a ser vencido no Buçaco, é que o Buçaco está a dois passos, entre as quintas da Régoa e os armazens de Gaia. Só o Port-Wine é grande, e Wellington foi apenas o seu profeta.

Assim o penso e assim o digo, com a certeza trançuilta de que a história tem de ser, e há de ser refeita neste sentido. E digo também que a medida proibitiva de Mr. Lloyd George era um novo êrro do seu go-

vêrno revolucionário, que o futuro muito brevemente se encarregaria de evidenciar, para ser corrigido a tempo, como foi e como era indispensável que fôsse. O que é preciso, á própria Inglaterra, é baixar, em vez de elevar os direitos. Se a Inglaterra quiser vencer, tem que dar aos seus generais o elixir da vitória, que só nós exportamos. A guerra está empatada, exactamente porque tem sido até agora a luta chôcha da cerveja contra o chá preto. No dia em que o vinho do Porto intervenha a valer, logo aparecerá o herói que tem faltado, e com êle a vitória e a paz. Hip!... hip!...hurrah!...

FIM

Tábua dos nomes próprios pessoais citados no texto

A

- Albuquerque (Afonso de), 8. Arminio, 265.
Almeida (João de), 108. Asquith, 163.
Alexandre Magno, 8, 133, Átila, 78.
134, 338. Augusto, 265.

B

- Baden-Powell, 74. Blücher, 108.
Balzac, 121. Bocage, 172.
Barrès, 63. Bordalo (Rafael), 315.
Baudin (Pierre), 12, 13. Bourgeois (Léon), 70.
Bernardes (P.^e Manuel), 331, Bourne (Cardial), 186.
332. Briand, 57, 58.
Bib Doda, 141. Busch, 315.
Bismarck, 78, 166, 182.

C

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------|
| Camões, 237. | César, 8, 133, 338. |
| Caillaux, 54, 55, 60, 64, 70, 71. | Childerico III, 37. |
| Calmette, 60, 72. | Churchil (Winston), 212. |
| Caran d'Ache, 315. | Class, 184. |
| Carlos Magno, 254. | Clóvis, 37, 38. |
| Castilho, 331. | Costa (Afonso), 254. |
| Cavour, 121. | Couceiro (Henrique), 108. |

D

- | | |
|------------------------------|-----------------|
| Ded Zozu, 141. | Didon (P.e), 4. |
| Delcassé, 70. | Dimitrief, 134. |
| Deschanel (Paulo), 305, 306. | Doumergue, 55. |
| Dessoie, 70. | |

E

- | | |
|----------------------|-------------------|
| Eduardo VII, 111. | Essad Pachá, 141. |
| Eckermann, 325, 326. | Étienne, 46. |

F

- | | |
|---------------------------|--------------------------|
| La Fontaine, 4. | France (Anatole), 171. |
| Fernando v, 226. | Francisco Fernando, 147. |
| Filipe da Macedónia, 134. | French, 233, 248. |

L

- | | |
|-------------------|----------------------------------------|
| Lafargue, 5, 6. | Lissauer (Ernst), 237. |
| Lanson, 49, 50. | Lloyd George, 96, 97, 99,
104, 105. |
| Leopoldo II, 106. | Lyautey, 33, 34, 35. |
| Liebknrecht, 94. | |

M

- | | |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| Mac—Carthy, 285. | Millerand, 25. |
| Machiavelli, 88, 89, 134. | Mollard, 52. |
| Maomé, 278. | Moltke, 108. |
| Mark-Twain, 139. | Mommsen, 315. |
| Marschall von Bieberstein,
80, 81, 82. | Monis, 64. |
| Martins (Oliveira) 92, 93. | Moniz, (Martim), 132. |
| Marx (Karl) 6. | Monrøe, 84. |
| Maura, 143. | Mousinho (Joaquim), 108,
260, 317, 319, 320. |
| Mayer (Carlos) 17, 20. | Muley-Hafid, 33. |
| Mézières, 34. | |

N

- | | |
|----------------------------|--------------------|
| Napoleão, 8, 99, 133, 134, | Nero, 122. |
| 278, 292, 293, 303, 316, | Norman Angell, 76. |
| 317, 338. | |

O

- | | |
|-------------------------|---------------|
| Ostwald (Wilhelm), 272. | Oudaille, 52. |
|-------------------------|---------------|

P

- | | |
|----------------------|-----------------------------|
| Pasteur, 171, | Pfeil, 254. |
| Pau (general), 198. | Pio x, 185. |
| Pedro, o Cru, 147. | Poincaré (Raymond), 33, 35, |
| Pégoud, 142. | 51, 53, 55, 56, 268. |
| Pepino, o Breve, 38. | |

Q

- Quental (Antero de), 93.

R

- | | |
|------------------------------|----------------------|
| Racine, 71. | Roberts (Lord), 75. |
| Ranke, 315. | Rochette, 307. |
| Ribot, 68, 69, 70, 292, 293, | Roque da Costa, 164. |
| 294. | Rothschild, 224. |
| Roçadas, 108. | |

S

- | | |
|-----------------------------|-----------------------------|
| Salaün, 30. | Soriano, 143. |
| Salisbury (Lord), 214, 253. | Stepanovitch, 134. |
| Savof, 134. | Sutherland (duque de), 105. |
| Schiller, 212. | Sybel, 315. |
| Shakespeare, 329. | |

T

Tirpitz, 329.
Togo, 114.
Toptani, 141.

Trancoso, 331, 332.
Treitschke, 316.

V

Varus, 265.
Veber (Jéan), 303.
Venizelos, 134.
Vergílio, 237.

Victor Hugo, 171.
Vitória d'Inglaterra, 253.
Viviani, 157, 162, 174, 176.

W

Wagner, 171, 244.

Wallenstein, 226, 227.

ÍNDICE

Apresentação I

PRIMEIRA PARTE : Antecedentes

FRANÇA

	Pags.
I—Liberdade	3
II—Lafargue.	5
III—O general e o engraxador	8
IV—França e Alemanha.	11
V—Alcoolismo e socialismo.	14
VI—Pequena Europa na Grande	17
VII—Funcionários revolucionários	21
VIII—Exército e população	23
IX—Uma circular enérgica	27
X—Favoritismo.	30
XI—Liautey, de l'Académie Française	32
XII—República merovingia	35
XIII—Amnistias em França	39
XIV—Loucura dos armamentos	42
XV—A petição das Francesinhas	46

	Pags.
XVI—Lesamajestade	49
XVII—Poincaré e a Maçonaria	51
XVIII—Caillaux e Poincaré.	54
XIX—O partido do Meio-Termo,	57
XX—Caillaux—Calmette	60
XXI—A falta que faz um Rei.	63
XXII—Separação dos poderes	66
XXIII—Subida e queda de Mr. Ribot	68
XXIV—Julgamento da sr. ^a Caillaux.	71

INGLATERRA E ALEMANHA

I—Desinglesamento da Inglaterra	73
II—Sistema nervoso financeiro	76
III—O Barão de Marschall	80
IV—Deutschland gegen Alles	83
V—Disciplina	86
VI—Machiavelli saudoso	88
VII—O homem que entendia de cavalos	90
VIII—Crepúsculo do deus Krupp	94
IX—Lloyd George impopular	96
X—Estatística alemã	99
XI—Reformas de Lloyd George	103
XII—Alemães em Angola	106
XIII—Inglaterra e Alemanha.	109
XIV—Esquadra alemã	112
XV—Reinado de Guilherme II	115
XVI—A Alemanha a crescer.	118

ÁUSTRIA, RÚSSIA, TURQUIA E BALKANS

	Pags.
I—« Mala bestia »	121
II—Eleições na Turquia	124
III—Velhice dos Jovens-Turcos	127
IV—A Questão do Oriente.	129
V—Guerra balcânica	133
VI—A surpresa oriental	136
VII—Rei da Albânia	139
VIII—Prelúdios	142
IX—Entérro á moda de Áustria	145

SEGUNDA PARTE : 1914-1915

1914

I—Fraquezas de colosso	151
II—Não tenham pressa!	153
III—Salta um ministério nacional!.	156
IV—Falta de notícias	159
V—A Fleugma	161
VI—Emenda pior que o soneto?	164
VII—Malucando	167
VIII—Portuguesinho valente	170
IX—Neutralidade portuguesa	172
X—Mr. Viviani e as Francesas.	174
XI—Os nossos felizes pais.	177
XII—Batalha sem fim	179

	Pags.
XIII—O homem vencido pelo dragão	182
XIV—Deus é grande, e lord Kitchner o seu profeta	185
XV—Pobre França !	188
XVI—Brinquedos alemães.	191
XVII—Quod nihil scitur	194
XVIII—Onde está o heroísmo ?	197
XIX—Os três parceiros	200
XX—Cesarismo e democracia.	203
XXI—Mater dolorosa	206
XXII—A obra-prima	209
XXIII—A Gran-Bretanha ressuscita os Lázarus	212
XXIV—O divórcio da Itália	215
XXV—A lagarta e a borboleta.	218
XXVI—Pobre Bélgica !.	221
XXVII—Guerra inumerável	224
XXVIII—Grande nau.	226
XXIX—Feitiços bélicos.	229
XXX—A resistência da França	232
XXXI—Patriotismo errado	234
XXXII—Canções do Ódio	237
XXXIII—Mêdo ao chicote	240
XXXIV—Guerra de mais.	243
XXXV—Cândido, ou o Optimismo.	246
XXXVI—A guerra e a paz	249
XXXVII—Saber mandar	252
XXXVIII—Crepúsculo dos dogmas	256

	Pags.
XXXIX—Portugal na guerra	259
XL—Da mentira á verdade	262
XLI—Os Bárbaros	264
XLII—Herói sem prémio	267
XLIII—Diplomatas e sábios	270
XLIV—O êrro alemão	272
XLV—Nova profecia	276
XLVI—Micróbio alemão	279
XLVII—Militarismo e Socialismo	282
XLVIII—Igreja e Estado	285

1915

I—Ódio suicida	289
II—Joffre e Ribot	292
III—Alsácia e Lorena	295
IV—Férula germânica	299
V—1815-1915	302
VI—O Réu	305
VII—Japoneses e Alemães	308
VIII—Mania de arrumar	311
IX—História e caricatura	314
X—Mousinho e o cônsul	317
XI—O preço da guerra	321
XII—Ódios nacionais	324
XIII—Bloqueio da Inglaterra	327
XIV—Façanha antiga	330

	Pags.
XV—Guerra e socialismo	333
XVI—Onde se pede um homem de génio.	336
XVII—Ódio cego.	339
XVIII—« Deus castigue a Inglaterra ! »	342
XIX—Disciplina e liberdade	345
XX—Roma ou Bisâncio ?	348
XXI—A paz e a guerra.	351
XXII—O elixir da vitória	354
Tábua dos nomes próprios	359

DO AUTOR:

GRAMÁTICA A

Ed. Guillard, Aillaud
1908.

ANALFABETISMO E

Lisboa, 1904 (esgotado).

LEITURAS AL

Ed. E. Ferin, Lisboa, 19

MIL TROVA

(De colaboração com Al
2.^a edição, Magalhães & M

EDUCAÇÃO E E

1.^a série, Porto, ed. Mag
1911.

EDUCAÇÃO E E

2.^a série, no prélo.